



Universidade Federal de Campina Grande
Centro de Humanidades
Unidade Acadêmica de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Ruralidades em perspectivas: trajetórias de famílias agricultoras e metamorfoses do mundo rural – o caso do município de Jaboatão dos Guararapes-PE

Jeanne Mariel Brito de Moura

CAMPINA GRANDE

2013

0231

DIGITALIZAÇÃO:

SISTEMOTECA - UFCG

0231

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

M929r

Moura, Jeanne Mariel Brito de.

Ruralidades em perspectivas: trajetórias de famílias agricultoras e metamorfoses do mundo rural – o caso do município de Jaboatão dos Guararapes – PE / Jeanne Mariel Brito de Moura. – 2013.

160 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

"Orientação: Profa. Dra. Ramonildes Alves Gomes".

Referências.

1. Ruralidades. 2. Famílias Agricultoras. 3. Trajetórias de vida. 4. Muribeca dos Guararapes (Bairro). I. Gomes, Ramonildes Alves. II. Título.

CDU 316.334.55(043)

0231

BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

Ruralidades em perspectivas: trajetórias de famílias agricultoras e metamorfoses do mundo rural – o caso do município de Jaboatão dos Guararapes-PE

Jeanne Mariel Brito de Moura

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ramonildes Alves Gomes

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Ramonildes Alves Gomes
Orientadora PPGCS – UFCG

Prof^a. Dr^a. Mércia Rejane Rangel Batista
Examinadora Interna PPGCS – UFCG

Prof^a. Dr^a. Nerize Laurentino Ramos
Examinadora Externa PPGDR – UEPB

CAMPINA GRANDE
2013

Dedicatória

Aos meus pais **Ester Brito Rodrigues de Moura** e **Haroldo Ricardo Rodrigues de Moura** (*In memoriam*), pelo amor que gerou. A **Cleiton Maciel**, pelo amor que me completa.

AGRADECIMENTOS

Ingressar no mestrado foi um momento especial na minha vida, no qual algumas pessoas foram verdadeiras companhias de jornada. Portanto, gostaria de agradecer aqui a todas essas pessoas que marcaram essa etapa da minha trajetória:

Em primeiro lugar agradeço a Deus, autor e consumidor da minha fé, por ter me dado forças quando eu imaginava que não fosse mais conseguir.

Ao meu marido Cleiton Maciel, que com sua paciência leu e releu minha dissertação e me auxiliou em todos os momentos. Muito obrigada, meu amor. Agradeço a Deus por te ter em minha vida. Dedico essa dissertação a você.

A toda a minha família, em especial à minha mãe Ester pelo incentivo que me deu nesses últimos dias; aos meus irmãos Jean e Joelson por existirem, vocês são especiais para mim; à minha tia Lene pela sua amizade e pelas orações; à minha tia Léa pela sua coragem e força que me motivam.

À professora Ramonildes Gomes, pela sua dedicação na orientação dessa dissertação e por todas as conversas e discussões sociológicas realizadas, que, com certeza, me auxiliarão na caminhada acadêmica.

Aos colegas do mestrado em Ciências Sociais da turma 2011, pela seriedade com que nos dedicamos ao curso e pelas boas conversas e debates depois das aulas.

À minha amiga Raquel, pela boa companhia durante o período que morei em Campina Grande. Foi muito agradável a sua presença.

A todos os moradores do engenho Megaípe, sítio Cumbe e sítio Boa Vista, por terem permitido que eu entrasse em suas vidas e tentasse compreender um pouco mais sobre suas trajetórias em um espaço que vivencia tantas transformações.

À querida Kelly, coordenadora do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) da prefeitura de Jaboatão dos Guararapes, por ter me apresentado à professora Marilene, que tanto me auxiliou no trabalho de campo. Não seria possível eu realizar a pesquisa sem o auxílio de vocês duas. Muito obrigada.

Ao meu tio Neemias e sua esposa Conceição por terem aberto as portas do seu apartamento e me deixarem “morar” com eles por um tempo, para que eu ficasse mais próximo do lugar da pesquisa de campo.

Por fim, gostaria de agradecer a todos que direta e indiretamente contribuíram para que eu usufrísse dessa conquista.

RESUMO

O presente trabalho de dissertação tem como objetivo analisar os processos pelos quais as condições de existência no espaço rural tem se metamorfoseado diante das dinâmicas econômicas em curso no município de Jaboatão dos Guararapes, para tanto percorro a trajetória de vida das famílias agricultoras descendentes da população do engenho Megaípe, sítio Cumbe e sítio Boa Vista, que ficam situados nesse município. O referido município, que se localiza no litoral sul da Região Metropolitana do Recife, teve seu surgimento vinculado tradicionalmente às atividades agrícolas, cuja principal cultura era a cana-de-açúcar. Desde meados da década de 1990, de maneira mais intensiva, o município vem passando por várias transformações na sua estrutura produtiva, vinculadas a um processo de desenvolvimento que visa dinamizar a economia local, impulsionando a industrialização e a logística, a qual tem como símbolo o Porto de Suape. Considerando que o contexto das trajetórias dessas famílias caracteriza-se por uma relação espacial e social descontínua entre o campo e a cidade, mas que longe de confirmar o fim do rural legitima a existência de uma ruralidade contemporânea. Esse estudo segue uma perspectiva microssociológica e busca analisar as trajetórias de famílias agricultoras que vivem nos sítios e engenho do bairro de Muribeca dos Guararapes, buscando evidenciar como o seu espaço de vida é marcado por lógicas de racionalidades que vinculam o rural e o urbano. Destarte, a pesquisa tem como problemática central o entendimento de como se constituem as ruralidades em espaços metropolitanos que experimentam intensos processos de transformações econômicas e sociais. Tomo como hipótese norteadora a tese de que há uma nova configuração na relação entre trabalho e trajetórias familiares dos grupos historicamente alijados da região, que possibilitam a reprodução social dessas famílias a partir de atividades pautadas, sobretudo, em estratégias pluriativas. Configurando-se, assim, como uma consequência dos inúmeros casos que explicam o fenômeno das ruralidades contemporâneas.

Palavras-chave: ruralidades, famílias agricultoras, trajetórias de vida, Muribeca dos Guararapes.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the processes by which the conditions of life in rural areas has metamorphosed the face of ongoing economic dynamics in Jaboatão dos Guararapes, for this we will go to observe the trajectory of life of family farmers descendants of the population of Megaípe sugar mill, Cumbe farm and Boa Vista farm, which are located in this city. That city, which is located on the southern coast of the metropolitan area of Recife, had his appearance traditionally linked to agricultural activities, whose main crop was sugar cane. Since the mid-1990s, more intensely, the city has undergone various transformations in its productive structure, linked to a development process that aims to boost the local economy, boosting the industrialization and logistics, which is symbolized by the Port Suape. Whereas the context that trajectories of these families is characterized by a spatial relation and social discontinuous between country and city, but away to confirm the end of the rural, justifies the existence of a contemporary rurality. This study follows a microsociológica perspective and seeks to analyze the trajectories of farming families living in the neighborhood farm and sugar mill of Muribeca dos Guararapes, seeking to show how your living space is marked by logical rationales that link rural and urban. Thus, the research has as the problematic central understanding of how to constitute the ruralities in metropolitan areas that experiencing intense processes of economic and social transformations. We hypothesized guiding the thesis that there is a new setting in the relationship between work and familiar trajectories of historically disenfranchised groups in the region, enabling the social reproduction of these families from guided activities, especially in pluriactive strategies. Setting up, so, as a consequence of the numerous cases that explain the phenomenon of contemporary ruralities.

Keywords: ruralities, farm families, trajectory of life, Muribeca dos Guararapes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Localização do município de Jaboaão dos Guararapes	29
Figura 2 -	Distribuição espacial da população de Jaboaão dos Guararapes	31
Figura 3 -	Localização de Muribeca dos Guararapes	38
Figura 4 -	Casas típicas do bairro	41
Figura 5 -	Comércio de Muribeca dos Guararapes	41
Figura 6 -	Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	42
Figura 7 -	Igreja Nossa Senhora do Rosário	42
Figura 8 -	Engenho Megaípe	44
Figura 9 -	Casa Grande do Engenho Megaípe	46
Figura 10 -	Arruado	46
Figura 11 -	Casa típica da parte periférica do engenho	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Evolução da população rural e urbana do município	32
Tabela 2 -	Pessoas ocupadas, segundo as principais atividades econômicas	33
Tabela 3 -	Estabelecimentos por condição do produtor em relação às terras	35
Tabela 4 -	Estatísticas do cadastro central de empresas de Jaboatão dos Guararapes/PE	59
Tabela 5 -	Perfil da idade dos entrevistados do engenho Megaípe	105
Tabela 6 -	Perfil da idade dos entrevistados dos sítios Cumbe e Boa Vista	106
Tabela 7 -	Vontade dos entrevistados de sair do meio rural	106
Tabela 8 -	Grau de escolaridade dos entrevistados do engenho Megaípe	107
Tabela 9 -	Grau de escolaridade dos entrevistados dos sítios Cumbe e Boa Vista	108
Tabela 10 -	Local de origem das famílias dos sítios Cumbe e Boa Vista	109
Tabela 11 -	Local de origem das famílias do engenho Megaípe	111
Tabela 12 -	Condição da moradia no engenho Megaípe	112
Tabela 13 -	Representação do engenho/sítio para as famílias agricultoras	114
Tabela 14 -	Dificuldade para quem mora no engenho Megaípe, nos sítios Cumbe e Boa Vista	115
Tabela 15 -	As fontes de renda das famílias de Megaípe e dos sítios Cumbe e Boa Vista	123
Tabela 16 -	Fonte de renda das atividades não agrícolas	124
Tabela 17 -	Principal motivo que ocasionou a escolha das atividades não agrícolas	125
Tabela 18 -	Membros do grupo familiar com renda não agrícola que ajudam em casa	126
Tabela 19 -	Renda familiar mensal das atividades não agrícolas	128
Tabela 20 -	Renda familiar mensal advinda das atividades agropecuárias	128
Tabela 21 -	Condição das famílias em relação às terras que produzem	130
Tabela 22 -	Principais culturas agrícolas destinadas à venda	132

LISTA DE SIGLAS

BBBanco do Brasil
BNBBanco do Nordeste do Brasil
BNDESBanco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRRodovia Federal
CONDEPE/ FIDEMAgência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
CPRMCompanhia de Pesquisa de Recursos Minerais
FUNDAPEFundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
IAAInstituto do Açúcar e do Alcool
IBGEInstituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMSImposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IHJInstituto Histórico de Jaboatão dos Guararapes
INCRAInstituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPAInstituto Agrônomo de Pernambuco
IVCImposto sobre Vendas e Consignações
PETIPrograma de Erradicação do Trabalho Infantil
PIBProduto Interno Bruto
PRONAFPrograma Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RMRRegião Metropolitana do Recife
SINDAÇÚCARSindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Pernambuco
SUDENESuperintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFCGUniversidade Federal de Campina Grande
ZPEZona de Processamento de Exportação de Pernambuco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
O desenvolvimento da pesquisa.....	20
Minha entrada no engenho Megaípe.....	22
Curiosidades e idiossincrasias: a pesquisa de Campo.....	24
CAPÍTULO 1 – As transformações no meio rural de Jaboaão dos Guararapes.....	27
1.1 Processo de formação do município de Jaboaão dos Guararapes.....	28
1.2 Entrando no lugar da pesquisa: o bairro de Muribeca dos Guararapes	37
1.2.1 Historicidade da localidade da pesquisa: engenho Megaípe e seus sítios.....	43
1.3 As transformações das atividades agrícolas e o surgimento de Suape.....	54
1.3.1 Da cana para a indústria.....	56
1.3.2 Suape: surgimento e fetiche.....	60
1.3.3 O rural não agrícola de Jaboaão dos Guararapes: as incertezas em uma região de mudanças.....	64
CAPÍTULO 2 – A categoria ruralidade: articulando o rural e o urbano na contemporaneidade	69
2.1 O desenvolvimento econômico e as transformações no meio rural	73
2.2 Rural e ruralidades: um debate contemporâneo.....	80
2.3 Expressões da ruralidade no município de Jaboaão dos Guararapes: a pluriatividade.....	90
CAPÍTULO 3 – Trajetória de vida e trabalho: os significados do rural no engenho e as atividades pluriativas	97
3.1 As particularidades da agricultura na região canavieira: modos de vida no engenho.....	98
3.1.1 Caracterização das famílias agricultoras do engenho e dos sítios.....	104
3.1.2 Vida, sociabilidade e lazer no engenho Megaípe.....	112
3.2 A pluriatividade no universo da pesquisa	120
3.2.1 Os tipos de pluriatividade do engenho Megaípe e seus sítios	122
3.2.2 O trabalho não agrícola: a negociação de quem vai e de quem fica.....	134
3.2.3 A diversificação do trabalho e as mudanças nas trajetórias de vida.....	136
3.2.3.1 A trajetória de uma família sitiante.....	137
3.2.3.2 A trajetória de uma família do engenho.....	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS	147
APÊNDICE	153

Introdução

A pesquisa científica tem por objetivo investigar os problemas que se apresentam à humanidade através de rigoroso procedimento metodológico. Nesse contexto, cabe ao pesquisador fazer as escolhas das ferramentas analíticas certas a fim de que estas lhe proporcione êxito no que se propôs a fazer. É em algum momento que antecede a realização da pesquisa que precisamos decidir entre nossas escolhas individuais e a objetividade com que o problema deve ser estudado.

Esse exercício não é fácil, mas é essencial no recorte do objeto de pesquisa. Weber já afirmava que o “homem da ciência” se situa constantemente entre a razão e a paixão (SAINT-PIERRE, 2004). Por mais que os nossos valores e conhecimentos da realidade nos guiem no processo de escolha, eles jamais devem interferir nos rumos que a pesquisa segue. Só assim estará assegurada a tão almejada neutralidade científica.

Nesse sentido, meu encontro com o objeto de pesquisa foi construído a partir de uma experiência na graduação do curso de ciências sociais. Ao ser convidada para fazer parte de uma seleção de estágio na prefeitura de Jabotão dos Guararapes, não imaginava o que me aguardava e o quanto minha vida seguiria outro rumo daquele dia em diante. Fiz a seleção, passei, e me tornei orientadora social do extinto programa do governo federal “Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano¹”. O que eu não sabia é que iria acompanhar uma turma com 20 alunos na área rural de Jabotão dos Guararapes. Mas foi em decorrência dessa experiência que começou a surgir em mim uma inquietação sociológica que me levaria a escolher como objeto empírico de estudo um espaço rural que passava, e passa, por intensas transformações.

Como resultado fiz o trabalho de conclusão de curso, à época, sobre os jovens rurais da região², e agora me proponho no mestrado a dar um passo maior e investigar a construção da ruralidade em espaços metropolitanos, a partir de uma análise que acompanhe as transformações das trajetórias familiares.

¹ O “Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano” é um extinto programa social do Governo Federal, destinado a jovens entre 15 e 17 anos em situação de vulnerabilidade social. O programa tem por objetivo desenvolver o protagonismo juvenil e fortalecer os vínculos dos jovens com a família e com a comunidade em que vivem.

² A pesquisa monográfica foi concluída no ano de 2009, e teve por título: Reprodução social da pobreza: um estudo de caso com os jovens de Muribeca dos Guararapes. O trabalho analisou a um grupo de 30 jovens do meio rural de Muribeca dos Guararapes, apontando que as frágeis inclusões em que se inseriam, favorecia a reprodução da pobreza rural.

A proposta dessa pesquisa é analisar através das trajetórias de vida das famílias agricultoras as diferentes formas de inserções produtivas acionadas que objetivam a permanência em um espaço rural, que em decorrência das intensas transformações à sua volta tem se modificado. Nesse caso, nossa perspectiva parte da compreensão sobre as “novas” inserções produtivas das famílias agricultoras, que por não encontrarem na terra condições de sustento mesclam suas atividades agrícolas com as atividades não agrícolas.

O estudo de caso foi realizado com as famílias agricultoras oriundas de dois sítios e um engenho do município de Jaboatão dos Guararapes, a saber: sítio Boa Vista, sítio Cumbe e o engenho Megaípe, todos situados na área rural do bairro de Muribeca dos Guararapes. O recorte foi feito para viabilizar a pesquisa, e também por serem localidades de interesse para apreensão de nossa análise³.

Nesses termos, tanto o engenho Megaípe como os sítios Boa Vista e Cumbe possuem tradição nas atividades rurais. De um lado há o engenho Megaípe com um enfoque na produção de cana-de-açúcar e de outras atividades agrícolas, e, do outro lado há a presença dos sítios que desenvolvem uma agricultura familiar. A formação desses dois sítios é recente, datando do começo do século XX, na qual ambos foram adquiridos por agricultores que conseguiram comprar um terreno em uma área com grande concentração de terra. Já o engenho Megaípe, do período do século XIX, sempre pertenceu às famílias ricas de Jaboatão dos Guararapes, na qual seu atual dono é o ex-prefeito desse município, o senhor Humberto Barradas.

A população do engenho e dos sítios foi se formando a partir dos descendentes de ex-escravos bem como de um contingente de agricultores pobres que por não possuir terra, ou recursos para plantar, encontrou trabalho na plantação açucareira e nas empresas do meio rural de Jaboatão dos Guararapes.

Nesse sentido, há duas maneiras com que essa população lida com o trabalho e a terra, quais sejam: a) as famílias agricultoras que não possuem terra própria para plantar, mas que mesmo assim possuem um roçado nas terras do engenho, além de acionarem o trabalho da usina e das empresas do entorno do bairro de Muribeca dos Guararapes (nesse caso estou falando dos moradores do engenho); e b) os que possuem terra própria para plantar, mas que

³ O interesse em pesquisar esse engenho e os sítios descritos ocorreu pela presença de dois fatores principais, quais sejam: a proximidade espacial e a similaridade dos processos que ambos têm vivenciado com relação às mudanças nas trajetórias produtivas.

por não conseguirem sobreviver apenas dos rendimentos rurais, diversificam as atividades agrícolas com as atividades não agrícolas (nesse caso me refiro aos sitiantes).

Jaboatão dos Guararapes situa-se no litoral da Região Metropolitana do Recife fazendo divisa com a capital do estado de Pernambuco. Em decorrência dessa localização estratégica, da presença de dois parques industriais consolidados e de sua ampla disponibilidade de terras, o município tem vivenciado transformações econômicas tais, que cada vez mais as atividades agrícolas (principalmente a cana-de-açúcar) vêm perdendo espaço para as atividades não agrícolas.

Contudo, essas mudanças não ocorreram de forma repentina, antes foram forjadas a partir de um interesse “oficial” em diversificar as atividades econômicas de todo o Estado, tendo por objetivo industrializá-lo e não mais depender da instabilidade da atividade canavieira. Entretanto, tendo em vista que o setor sucroalcooleiro já foi a principal fonte econômica de Pernambuco, a “substituição”⁴ dessa cultura jamais tencionou romper de vez com a agroindústria, mas apenas apresentar outras possibilidades de desenvolvimento.

Até 1950 as atividades agrícolas, principalmente o cultivo da cana-de-açúcar, eram as responsáveis pelo desempenho econômico de Pernambuco e de Jaboatão dos Guararapes. Porém, o aparecimento de outras atividades produtivas começou a ganhar importância favorecendo o surgimento de novas alternativas de trabalho, como a intensificação das atividades na indústria, comércio e serviços; alterando sua estrutura econômica. Contudo, o fenômeno mais recente que enfraqueceu a plantação da cana-de-açúcar e de outras culturas, foi à crise do setor sucroalcooleiro da década de 1990⁵ (GARCIA; MUSSALEM, 2011).

Com relação às famílias agricultoras de Jaboatão dos Guararapes, além desses fatores supracitados há a falta de incentivo do governo local, dificuldades de acesso ao crédito, bem como a inexistência de ações governamentais para apoiar as iniciativas dos trabalhadores rurais menos articulados com o mercado.

Os impactos sociais e econômicos ocasionados por essas transformações foram sentidos majoritariamente pela população do campo que por não conseguir encontrar na agricultura o seu sustento, buscou outros meios para se fixar no seu lugar de vida. No caso,

⁴ “Substituição” foi escrita entre aspas para enfatizar que Pernambuco ainda é um grande produtor de cana-de-açúcar no Brasil, ocupando a segunda posição no ranking do Nordeste. (SINDAÇÚCAR, 2012)

⁵Com a extinção do Instituto do açúcar e do álcool (IAA) iniciou-se um processo de desregulamentação do setor sucroalcooleiro pernambucano que favoreceu o enfraquecimento das usinas menos competitivas.

intensificou-se a procura por trabalhos não agrícolas nas indústrias da região. Nesses termos, a pesquisa revela que além dos reflexos provocados na percepção da população acerca do meio rural, essas mudanças produtivas influenciaram nos projetos de vida dos grupos diretamente afetados por esses processos. Aponto, assim, que essas novas dinâmicas exemplificam o que a sociologia rural vem denominando de ruralidades contemporâneas.

Diante desse cenário, percebe-se que na localidade da pesquisa a ruralidade se constrói a partir das novas formas encontradas pelos agricultores para se viver no campo. Os dados da pesquisa de campo demonstraram que a estratégia encontrada por eles é feita a partir de uma negociação com a família, na qual geralmente são os filhos que saem de casa a procura de outras atividades. Explico melhor, os pais tendem a ficar em casa desenvolvendo suas atividades agrícolas ou trabalhando na usina Bom Jesus e nas pedreiras, apesar de todas as adversidades que encontram, e os filhos passam a trabalhar na cidade, predominantemente nas indústrias e centros de logística da região de Jaboatão dos Guararapes, ou no Porto de Suape.

Os dados apontaram, também, que esses trabalhos encontrados pelos jovens são precários, pois grande parte das empresas não pagam o salário mínimo nem assinam a carteira de trabalho. Esses trabalhadores não são contratados pelas empresas de Suape diretamente, mas por prestadoras de serviços que intermediam seu acesso ao mundo das fábricas, inserindo-os em um tipo de subemprego. Esses trabalhadores podem ser entendidos de certa forma, conforme mencionou Wanderley (2009), como um “trabalhador para o capital”.

Uma questão interessante é que essa problemática é algo recente, pois os agricultores afirmaram que antes da chegada dessas empresas seus filhos iam trabalhar no corte da cana-de-açúcar. Em decorrência das atividades canavieiras serem desgastantes, os agricultores sinalizaram gostar desse novo momento, apesar de seus filhos continuarem vinculados a atividades mal remuneradas. Essas constatações demonstram como essas famílias sempre buscaram se adaptar a uma região que vivencia constantes processos de mudanças.

Com base na problemática acerca das novas formas de ruralidades contemporâneas, considero que o rural não é estático, antes passa por transformações, ganhando, em face disso, novos significados através da atualização das trajetórias dos seus atores sociais e dos agentes externos que circundam seu espaço.

As metamorfoses do mundo moderno trouxeram consigo mudanças que também se perceberam no meio rural, proporcionando o surgimento de novos mecanismos explicativos na qual as velhas dualidades, que se baseava no entendimento de que o rural e o urbano eram

mundos opostos, foram substituídas pela percepção da singularidade que cada um desses espaços agrega.

Trazendo nossa discussão para uma dimensão macro, demonstrarei como as mudanças ocorridas se inserem em um contexto mais amplo, construído de fora para dentro, e amparado pelo discurso do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, o desenvolvimento é assimilado pelas elites nacionais e transnacionais como um discurso de inovação e progresso, em que o lucro e a expansão capitalista seriam seus únicos objetivos das sociedades contemporâneas (RIBEIRO, 2008).

As concepções desenvolvimentistas em voga durante o século XX tinham por objetivo fazer do Brasil um país “moderno” aos moldes do padrão europeu. Para isso foram implementadas ações com objetivo de tirar o país do atraso industrial. Nesse sentido, na esfera regional, ou seja, em Pernambuco, a SUDENE se constituiu como o principal órgão governamental responsável por seu desenvolvimento econômico. O enfoque na expansão das atividades industriais dos municípios da Região Metropolitana do Recife favoreceu a criação de novas configurações espaciais.

No nosso caso, o meio rural de Jaboatão dos Guararapes também se tornou parte desse modelo de desenvolvimento que priorizava a cidade em detrimento do campo. A retração das atividades agrícolas e a diminuição da população rural constituíram-se como o ponto alto desse processo. De acordo com o censo do IBGE de 1991 a população rural de Jaboatão era de 67.640 habitantes, e no censo de 2000 sofreu uma redução para 13.082. Somente no censo de 2010 ocorre um tímido aumento nessa população, com um total de 14.016, indicando uma relativa revitalização do rural.

Essa expansão da racionalidade urbana, contudo, não implicou como muitos acreditavam no desaparecimento das sociedades rurais. Porém, promoveu um novo tipo de entendimento sobre as realidades locais. Novas possibilidades sobre a gestão do território rural foram instituídas e promovidas, sobretudo por causa da proximidade e interação com as regiões urbanas, instaurando outros meios de entender esse espaço não como algo homogêneo, mas plural.

Isso posto, passarei o debate da presente dissertação para um nível micro, qual seja, uma discussão sobre ruralidades, na qual Nazareth Wanderley (2001, 2009), Maria José Carneiro (1997, 1998, 2012) e Marc Mormont (MORMONT, 1990 apud PIRES, 2007) nos

auxiliarão na apropriação desse “novo rural” enquanto categoria que exprime as mudanças que ocorrem no lugar da pesquisa.

A relação do rural com o urbano nas sociedades modernas muitas vezes são gestadas por estratégias hegemônicas da afirmação da cidade sobre o campo, favorecendo uma concepção errônea de que o rural seria um lugar atrasado e deslocado no mundo contemporâneo. A pesquisadora Nazareth Wanderley salienta justamente o contrário, para ela o rural e o urbano deveriam ser analisados enquanto espaços que se complementam, sem que isso implique numa homogeneização espacial e social ou no triunfo da cidade sobre o campo (WANDERLEY, 2009).

Destarte, em um primeiro momento, o termo *novas ruralidades* emerge enquanto uma categoria sociológica explicativa, na tentativa de englobar processos de mudanças sociais, e, em um segundo momento, desponta para reafirmar a permanência do espaço rural mesmo nesse cenário controverso. O rural passa a ser entendido não como algo imutável, mas na instigante assertiva de Wanderley (2009) como “uma categoria histórica que se transforma”, ou seja, uma categoria em constante construção, na qual “[...] deve ser percebida através da interação entre os atores sociais e os sistemas culturais aos quais eles estão referidos” (CARNEIRO, 2012, p. 19).

Dessa forma, a permanência do rural nas sociedades modernas depende de sua capacidade de dinamismo, “[...] de atrair outras atividades econômicas e outros interesses sociais e de realizar uma profunda ‘ressignificação’ de suas próprias funções sociais” (WANDERLEY, 2009, p.212). Seguindo a linha de pensamento de Wanderley, compreendo que essas novas possibilidades de atuação do meio rural é o que tem viabilizado a reprodução social de suas famílias. Essa nova ruralidade é apoiada na concepção de que o futuro do meio rural não depende apenas das atividades de produção agrícola, mas da abertura do meio rural para outros setores produtivos e atores sociais.

Nesse sentido, o rural se configuraria como um modo de viver muito além do que de produzir, mesmo que a agricultura ainda permaneça como mecanismo de externar a relação do homem do campo com a terra, reafirmando, nesse sentido, as características remotas de sua condição camponesa. Essa assertiva parece indicar, conforme constatei em Jabotão dos Guararapes, duas tendências: a) que a sobrevivência das famílias agricultoras depende, invariavelmente, da relação que estabelece com outros mecanismos produtivos; b) que ficar no campo se constitui cada vez mais como uma escolha pautada nas questões simbólicas e

culturais, já que viver somente das atividades agrícolas está cada vez mais difícil para o agricultor familiar da região da pesquisa.

Procurando analisar as dimensões desse novo rural aponto, também, para as transformações que as famílias agricultoras vivenciam no percurso de suas trajetórias de vida. Em Jabotão dos Guararapes, é notório que as mudanças que ocorreram na área urbana adentraram no seu espaço rural, de sorte que percebi uma modificação nos planos para o futuro dessas famílias, pautado cada vez mais numa abertura para as atividades não agrícolas e “desinteresse”, por parte dos filhos, das atividades agrícolas. Contudo, os mesmos jovens que vão trabalhar sinalizam não querer deixar o campo definitivamente.

Isso implica pensarmos que as trajetórias de vida percorridas por cada família não são imutáveis, nem pautadas numa unidade coerente, mas são influenciadas pelas circunstâncias ao seu redor e ressignificadas por meio das experiências vivenciadas por cada ator social. É nesses termos que lanço mão da concepção de trajetória adotada por Bourdieu para entender essas mudanças. Para Bourdieu (1996, p. 189), a trajetória é entendida como “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações”.

Dessa forma, a própria noção de família ganha um lugar de destaque na compreensão das “novas” ruralidades presentes no meio rural. A ordenação no mundo, ou seja, a trajetória de vida da família ocorre à medida que os processos sociais vão se transformando. Quero dizer com isso que a busca por novas atividades justifica-se, na maior parte das situações, pelas mudanças ocorridas que ameaçam a sobrevivência familiar.

A compreensão sobre os diversos tipos de estratégias familiares que visam a sua reprodução social foi analisada em diversas pesquisas sociológicas. Trabalhos como os de Garcia Jr. e Heredia (2009), Scott (2009), Menezes (2009), Godoi (2009) e Gomes (2009) vêm acompanhando e problematizando essas questões, porém com enfoques diferenciados sobre migração, a diversificação produtiva, a participação familiar na produção e construção identitária. Aqui, propomos contribuir com uma análise que revele como as trajetórias das famílias agricultoras vão se redesenhando e imputando novas formas de inserções produtivas a partir das mudanças externas que se inserem no meio rural.

Apresentados os pilares que sustentam o trabalho de dissertação passo agora a apresentar a estrutura da presente dissertação. O texto está fundamentado em três capítulos.

O primeiro capítulo tem como centro de análise o lugar da pesquisa. Nesse sentido, início com uma explanação sobre o município de Jaboatão dos Guararapes. Em seguida, discorro sobre bairro de Muribeca dos Guararapes, para, assim, entrar no lugar da pesquisa, qual seja, o engenho Megaípe e seus sítios Cumbe e Boa Vista. Tanto o engenho como os sítios se localizam na área rural de Muribeca dos Guararapes e evidenciam de forma fulcral os processos de mudanças em curso na região. Ainda no primeiro capítulo, mostro que as transformações das atividades econômicas de Jaboatão dos Guararapes, que antes tinha por chave central a agroindústria da cana-de-açúcar e agora se baseia na indústria, ocorreram através de uma intervenção estadual e municipal cuja finalidade era diversificar a economia do município.

O segundo capítulo tem como centralidade o debate sobre a construção da ruralidade. Além disso, demonstra como os processos que ocorreram no município influenciaram nas modificações do seu meio rural. Por fim há um debate sobre a pluriatividade no contexto da pesquisa.

O terceiro capítulo estabelece um diálogo com a pesquisa de campo, e para um melhor entendimento da localidade da pesquisa, foi dividido em dois momentos. Em primeiro lugar, analiso as questões culturais e os significados do meio rural no engenho Megaípe, sítio Cumbe e sítio Boa Vista. Essa parte objetiva descrever quem são essas famílias e os tipos de inserções produtivas vivenciadas por elas que asseguram a permanência no campo. Em segundo lugar, o debate tem por foco a questão da pluriatividade nesses locais, buscando compreender como as estratégias de inserção das famílias agricultoras em outras atividades, além da agrícola, podem constituir-se em mecanismos de reprodução social.

Este trabalho se propõe a pensar todas as questões aqui levantadas com a finalidade de contribuir para a reflexão acerca dos sentidos atribuídos e mobilizados pela categoria rural na contemporaneidade.

A partir de uma análise empírica problematizo questões ligadas às trajetórias de vida e reprodução social das famílias agricultoras, apontando para a pluriatividade como um mecanismo central para se entender a região da pesquisa, que no atual contexto não pode mais ser interpretada a partir das atividades na usina, ou somente na agricultura.

O desenvolvimento da pesquisa

Na presente pesquisa de mestrado optei por uma análise da trajetória de vida das famílias agricultoras com o objetivo de apreender as razões das escolhas por atividades não agrícolas, como também para captar os significados que seus atores atribuem às mudanças que ocorrem no município de Jabotão dos Guararapes.

A história de vida das famílias pesquisadas foi utilizada para compreender como elas percebem as mudanças que tem ocorrido na região analisada, e como vão modificando suas trajetórias a partir dessas mudanças. Contudo, tendo plena convicção de que a análise sobre o sujeito em si mesmo não é capaz de revelar toda a complexidade da situação, recorri a todo o contexto de mudança em curso na região da pesquisa para demonstrar como as escolhas das famílias, também, foram conduzidas pelas transformações do município. Nesse sentido me aproprio da fala do Bourdieu (1996, p.189) ao afirmar que:

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede (...).

Compreendo que é a partir das mudanças sociais que as trajetórias dos sujeitos, ou grupo sociais, vão se reordenando no espaço e no tempo. Nesse sentido, por se tratar de um espaço que vivencia constantes transformações, os atores sociais do seu meio rural procuram adaptar-se por meio de mecanismos que lhes proporcionem, ao mesmo tempo, a reprodução social de suas famílias e a permanência no seu lugar de vida.

A família foi escolhida como unidade de análise, pois é com base na família que os agricultores orientam suas trajetórias e procuram outros tipos de atividades produtivas, além da agricultura para se manterem no seu lugar de vida. Desde muito cedo a família representa para o homem do campo a instituição fundamental na reprodução dos seus valores e modo de vida, condicionando a maneira de se enxergar o mundo a sua volta. Desse modo, o comportamento social, econômico e cultural do camponês são moldados e determinados a partir da unidade familiar. O meio rural se torna, dessa forma, a lente por meio do qual se enxerga o mundo (CHAYANOV, 1985; WOLF, 1970; SHANIN, 1980).

Isso significa dizer, que a partir do momento que esse agricultor vai para a cidade trabalhar, ou envia seus filhos para trabalhar, há um choque de racionalidades na qual

emanam conflitos, resistências, e, em alguns casos, novos projetos para futuro dentro das famílias agricultoras. O exercício de ir (para o trabalho) e voltar (para o campo) provocam modificações que se percebem no cotidiano como crise na sucessão familiar, saída dos filhos do campo e novos projetos de vida.

Destarte, a pesquisa se dividiu em dois momentos: a) em um primeiro momento foi feita uma pesquisa documental com o levantamento de bibliografias e visitas às instituições que são referência para o estudo aqui realizado - dentre as instituições que visitei se encontram o Instituto Histórico de Jaboatão dos Guararapes e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaboatão dos Guararapes -; b) em um segundo momento desenvolvi a pesquisa de campo a partir de três viés, a observação das conexões existentes entre os atores sociais em seu espaço de vida, a realização de entrevistas com as famílias mais antigas e a aplicação de questionários a uma amostra de 32 famílias, das quais 24 são do engenho Megaípe, 4 são do sítio Cumbe e 4 do sítio Boa Vista.

A pesquisa de campo feita junto às famílias do engenho Megaípe, sítio Cumbe e Boa Vista se realizou entre os meses de maio, setembro, outubro e novembro de 2012. Isso por causa de dois fatores centrais: o período de chuvas que se estendeu durante o mês de maio e que interrompeu a pesquisa, e a dificuldade de se chegar à localidade da pesquisa em decorrência do difícil acesso. Nos últimos meses de sua realização, entre outubro e novembro, tive que me instalar em uma residência localizada em um bairro próximo ao lugar da pesquisa, para que pudesse chegar no início da manhã no engenho e seus sítios.

Os questionários aplicados tinham por objetivo compreender as atividades produtivas na qual as famílias estavam inseridas. Optei por entrevistar o responsável pela unidade familiar, ou seja, o pai ou a mãe que estivesse presente no domicílio. As entrevistas foram feitas com os “chefes” da família por três motivos: a) para compreender se as estratégias pluriativas partiam de uma decisão da família ou de um posicionamento individual; b) por serem os mais antigos no lugar, e c) para entender suas percepções sobre as transformações desse espaço e do seu entorno.

Tendo plena convicção de que somente os questionários não dão conta da riqueza de detalhes da vida cotidiana, me empenhei por observar a rotina das famílias do engenho Megaípe e seus sítios, visando compreender o que Malinowski (1978) chama de os *imponderáveis da vida real*, em que as situações relacionadas com a rotina da vida demonstram os pormenores do grupo analisado.

Assim, nas visitas de campo comecei a interagir com as famílias observando não apenas o cotidiano, mas o comportamento habitual de seus moradores, a ida das crianças à escola, a conduta sobre determinadas questões, o ritual das agricultoras em acordar bem cedo e ir lavar a roupa no rio, as mulheres varrendo seus sítios e limpando o roçado, os agricultores e seus filhos indo para a usina e empresas trabalhar, as diversões em torno do açude do engenho Megaípe e os jovens jogando bola no campo. Foi um período agradável em que participei da realização dos seus rituais diários que eram feitos com tanto esmero.

Todo esse esforço se fez necessário para que eu pudesse captar a relação que as famílias agricultoras de Megaípe e dos sítios estabeleceram com o lugar, e assim perceber como enxergam não apenas o seu mundo, mas o mundo à sua volta, e, nesse sentido, compreender o que os move no espaço analisado (MALINOWSKI, 1978).

Em decorrência da ausência de fontes bibliográficas sobre a formação desses sítios a pesquisa se desenvolveu a partir da história narrada por seus moradores. Nesse sentido, a construção da história do lugar foi feita primordialmente através da narrativa dos moradores mais antigos.

No caso do engenho Megaípe a narrativa dos moradores foi acionada para compreender a rede de sociabilidade local, já que com relação à história do lugar existe material bibliográfico. Com relação às falas dos moradores, elas estão descritas da maneira que eles falaram. A idade real dos entrevistados também foi mantida, contudo, seus nomes ora estão descritos de forma abreviada (nas citações das narrativas), ora por algum codinome.

Minha entrada no engenho Megaípe

Minha inserção na localidade da pesquisa teve início no mês de maio de 2012, período das chuvas abundantes no litoral de Pernambuco. Durante esse período estabeleci contato com alguns atores da parte urbana do bairro que supostamente seriam os responsáveis pela minha entrada nos sítios e no engenho Megaípe. Inicialmente, a líder comunitária e agente de saúde Telma foi a primeira informante com quem tive contato e pude apreender suas impressões acerca do bairro. Fui diversas vezes ao posto de saúde para conversar com ela e tentar encontrar na sua agenda um dia em que estivesse disponível para ir comigo nas áreas onde eu iria desenvolver o meu trabalho de campo, pois devido às péssimas condições de acesso e as

dificuldades de se andar pelos estreitos caminhos do canavial, se tornou impossível que eu ingressasse sozinha no engenho Megaípe.

Em um segundo momento, Telma me apresentou a um rapaz chamado Édipo. Segundo ela, esse jovem era uma pessoa de sua confiança que poderia me conduzir à área rural, já que ela não poderia me levar por causa de suas ocupações. Contudo, Édipo nunca tinha tempo para me conduzir ao local da pesquisa. Ele alegava que a área rural era longe e o caminho de difícil acesso.

Assim, prontamente percebi eu precisava encontrar outra saída para esse impasse, porém, enquanto não via outras possibilidades de me inserir no local desejado, passei a observar a sociabilidade entre os moradores da área “urbana” do bairro, na tentativa de entender um pouco mais a dinâmica de uma localidade da qual eu não pertencia.

Nesse período de negociações sobre a minha entrada passei a observar a sociabilidade do bairro e o cotidiano das pessoas na região. A parte central do bairro é pequena, modesta e com poucas construções. Porém, é nessa área que existem os poucos serviços oferecidos à população. Percebi que por vezes chegavam pessoas que vinham das direções dos sítios para comprarem alimentos nos mercadinhos da região. Eles compravam, mas não levavam a feira para casa, já que a caminhada de volta era longa. Posteriormente, obtive a informação que eram os donos dos mercadinhos que entregavam de carro as feiras da população rural no final do expediente. Tentei me aproximar de alguns desses moradores dos sítios e do engenho, mas por serem pessoas que em uma primeira aproximação são mais contidas, não obtive êxito.

Outro momento que pude ver as pessoas da área rural no bairro foi no início da manhã e no horário de meio dia. Nesse período, o fluxo de pessoas que vinham da direção do campo aumentava vertiginosamente como consequência dos jovens que estudavam nas escolas do bairro, já que no meio rural o ensino só é oferecido até a educação básica (4ª série fundamental). Esses dados possibilitam perceber que a parte urbana do bairro é, ainda, a centralizadora dos serviços, conforme alguns estudos têm demonstrado (CARNEIRO, 2012).

A vida dos habitantes da área rural não é fácil. Destituídos de carroças ou de outros tipos de veículos, quando precisam ir para a parte central do bairro todo percurso é feito a pé, com duração de uma hora a caminhada aproximadamente. Na parte rural do bairro não há a oferta de serviços, pois o espaço é destinado apenas para a moradia, cana-de-açúcar e roçado.

Outro entrave na realização da pesquisa foi que durante o mês de junho, julho e agosto a pesquisa de campo teve que ser interrompida por ser o período das chuvas. No período das

chuvas o acesso ao engenho e sítios se torna inviável devido a grande quantidade de lama que se acumula na estrada.

Somente no mês de setembro, a partir de um contato que estabeleci com a coordenadora do PETI junto à prefeitura de Jaboaão dos Guararapes, pude retomar as atividades da pesquisa de campo. Ela me apresentou à professora Marilene, que atuava no PETI do Engenho Megaípe, que desde o começo me auxiliou nas minhas idas ao engenho e aos sítios. Em decorrência da atuação da professora Marilene ser no engenho Megaípe, preferi começar a minha pesquisa nessa localidade. Após concluir a pesquisa em Megaípe foi que pude me dirigir ao sítio Cumbe e ao sítio Boa Vista.

Curiosidades e idiossincrasias: a pesquisa de Campo

A pesquisa de campo se caracteriza como o momento em que o pesquisador é desafiado a entender os significados das ações dos atores sociais que se propõe a estudar. Porém, nessa busca por significados também me deparei com certos entraves no desenrolar da pesquisa.

Por não conhecer o caminho do bairro de Muribeca dos Guararapes até o engenho, no começo de minhas idas à Megaípe eu tive que me encontrar com a professora Marilene a certa altura do caminho para que pudéssemos ir juntas. Assim, eu chegava ao engenho juntamente com a professora todas as manhãs por volta das 6:30 minutos e só retornava às 16h. Na primeira vez que estive em Megaípe os moradores não sabiam ao certo quem eu era, e passaram a me olhar com certa desconfiança. Contudo, por eu estar “instalada” na escola rural do engenho, imaginaram que eu fosse alguma professora novata.

No meu primeiro contato com o engenho Megaípe passei o dia na escola conhecendo as pessoas que por ali transitavam, também andei pela parte central do engenho conhecendo a sua casa grande, o açude, o barracão e o arruado.

No segundo dia de pesquisa me deparei com questões interessantes. Ao começar visitar as famílias que moravam na parte central do engenho percebi que elas tinham curiosidade sobre quem eu era, e foi durante uma conversa com a primeira família que visitei que veio a confirmação. Antes que eu começasse a puxar conversa a chefe da unidade familiar me perguntou: “Minha filha, você é professora novata da escola, da prefeitura ou trabalha nessas empresas?”. Em seguida ela falou: “a vizinhança acha que você é professora, tomara

que seja, porque se for coisa de política eu não quero, e se for dessas empresas o que você quer saber da gente?” (Dona L, 55 anos). Contudo, por mais que estivesse desconfiada dona L. me tratou com atenção e com um sorriso no rosto.

Ao ouvir as perguntas da moradora, prontamente passei a conversar com ela e a retirar todas as suas dúvidas. Expliquei que eu era uma pesquisadora e que meu interesse era compreender como as famílias do engenho Megaípe viviam, bem como suas percepções sobre as mudanças que estavam ocorrendo na região. A dona L. ficou muito satisfeita com minha explicação e desse dia em diante sempre que me via queria conversar, me levar para o seu roçado e ser entrevistada, ela mesma se tornou uma pessoa central na minha interação com os demais moradores do engenho, me conduzindo a algumas casas e me apresentando as pessoas de Megaípe e dos sítios.

A preocupação inicial da moradora refletia o receio dos demais moradores do engenho, que se vinculava a dois problemas centrais: O temor de que as indústrias queiram se instalar no engenho, tirando seus moradores de lá, e a relação “conturbada” da população com a prefeitura do município. Essa aversão à prefeitura foi percebida em frases como: “não quero negócio com a prefeitura”, ou, “eles não ajudam, não fazem nada pela gente, é melhor que fiquem lá”. Além de perceber essas falas, durante a aplicação dos questionários eles respondiam ser “indiferente” a atuação da prefeitura na região, quase como uma forma de protesto.

O temor de que eu fosse de alguma empresa também se tornou algo negativo para eles, pois muitas famílias do engenho já haviam sido procuradas por representantes de uma empresa que pretende se instalar no engenho, o que provocaria eventuais mudanças na região.

Diante do exposto, percebe-se que as transformações tem se intensificado de maneira tal nos arredores de Megaípe e seus sítios, que muitas famílias convivem com a incerteza do que acontecerá com a região que há tanto tempo habitam.

Ao me deparar com essas questões na realização da pesquisa de campo, fiquei impactada em ver que as mudanças na região tem se intensificado rapidamente criando na sua população rural uma situação de incômodo sobre o futuro. Isso fez com que eu redobrasse a atenção na captura das falas de seus atores sociais, pois tinha receio que muitos pudessem achar que a pesquisa seria a solução dos seus problemas. Assim, sempre que eu conversava com as famílias eu mencionava que estava ali para conhecê-los e saber um pouco mais sobre a vida no engenho.

Dessa maneira, desfeitas as impressões de que eu fosse a “salvadora da pátria”, prontamente os moradores do engenho e dos sítios passaram a me procurar para a realização das entrevistas. Foi um alvoroço só, pois todos os dias que eu chegava ao engenho eles me perguntavam quando eu iria a casa deles, quem estava faltando eu entrevistar, ou ainda me convidavam para comer frutas e tomar café da manhã.

Isso me fez ter cautela, pois se eu concedesse mais atenção a algumas famílias em detrimento de outras, causaria um desequilíbrio na relação entre pesquisador e pesquisado. Constatei, com isso, que o pesquisador deve ter a sensibilidade de perceber o momento de se aproximar e de se distanciar para que os rumos da pesquisa não sejam comprometidos. Não é uma tarefa fácil, mas também não é impossível, apenas exige do pesquisador a capacidade de compreender as implicações de cada situação.

Essa dissertação pretende contribuir para a reflexão a respeito da vida no engenho, mostrando como as trajetórias das famílias agricultoras vão se metamorfoseando em um espaço que vivencia intensas mudanças. Desde já, agradeço a todos os moradores que fazem parte da história do engenho Megaípe, Sítio Cumbe e sítio Boa Vista que apesar das situações adversas que têm enfrentado, abriram as portas do lugar em que vivem para que eu pudesse entrar no seu mundo.

Capítulo I

As transformações no meio rural de Jaboatão dos Guararapes

Ao estudar uma comunidade, vemo-nos diante de uma grande variedade de problemas.

(ELIAS; SCOTSON 2000, p.165)

Dentre os demais municípios da Região Metropolitana do Recife (RMR), Jaboatão dos Guararapes possui algumas singularidades passíveis de serem analisadas. Além de ser o segundo município mais populoso e se destacar entre as principais economias de Pernambuco, o município também possui uma extensa área rural (cerca de 43% de suas terras) localizada em uma região que vivencia intensos processos de transformação econômica, que além de modificar a paisagem, contribui para o surgimento de novas questões no seu meio rural.

Diante desse contexto de mudanças se encontra uma população rural que apesar de ver com desconfiança o avanço das indústrias em seu território, se beneficia dos empregos que elas oferecem. A procura pelas atividades não agrícolas, que se intensificou nos últimos anos, decorre da impossibilidade de se viver apenas da agricultura em um lugar que enfrenta vários problemas, dentre os quais posso citar a escassez de linhas créditos rurais⁶ e a falta de terras para plantar.

A concentração fundiária que sempre esteve baseada nas atividades monocultoras foi uma marca registrada não somente de Jaboatão dos Guararapes, mas de todo o Brasil. Sua existência desde o período colonial contribuiu tenazmente para a desigualdade e pobreza no campo. No caso de Jaboatão dos Guararapes as consequências da concentração de terras se tornam mais visíveis em decorrência de sua população rural viver nos antigos engenhos de cana-de-açúcar. Isto porque, a única garantia de quem mora em engenho é ser apenas um morador, já que a terra pertence a algumas famílias ricas e a grupos empresariais.

Desde o século XVI, época da instalação do primeiro engenho de Jaboatão dos Guararapes, os engenhos de cana-de-açúcar exerceram um papel importante na vida social, política e econômica do município. Foram nesses espaços que emergiram tanto a monocultura canavieira como uma pequena população que além de servir ao engenho desenvolvia uma

⁶ Por causa da inadimplência está cada vez mais difícil obter o PRONAF em Jaboatão dos Guararapes. As maiores dívidas dos agricultores são junto ao Banco do Brasil, o que fez com que o banco suspendesse temporariamente a concessão dos créditos. A única instituição que ainda trabalha com PRONAF no município é o Banco do Nordeste. No ano de 2012 dos cinco agricultores que deram entrada ao PRONAF B apenas um conseguiu. Fonte: IPA, 2012.

agricultura de menor porte. Por muito tempo as atividades agrícolas, especialmente a cana-de-açúcar, foram as principais responsáveis pelo “progresso” econômico do município no estado.

Contudo, na atual conjuntura, a cidade de Jaboatão dos Guararapes vivencia profundas mudanças em sua estrutura econômica, deixando de ser uma economia agrícola para se tornar uma economia industrial. Veremos que esta mudança foi, em parte, motivada pelas políticas estaduais, como também pelas políticas da esfera municipal.

Se durante um longo período de tempo a população rural de Jaboatão dos Guararapes tirou o seu sustento a partir da dupla jornada do trabalho no engenho/usina e no roçado, no atual contexto o trabalho nas indústrias, polo logístico e empresas do município, é que são cada vez mais acionados por sua população rural. O roçado ainda permanece como atividade produtiva, porém mais como um costume e tradição do que como uma atividade exclusiva para manter a família, já que os ganhos com a venda dos excedentes são poucos.

Diante das mudanças que ocorrem no meio rural de Jaboatão dos Guararapes, com um aumento cada vez maior de empresas que se instalam em seu território, as trajetórias de seus moradores também se transformam fazendo surgir novos planos, novas perspectivas com relação ao futuro e um maior fluxo com a cidade.

Destarte, para uma melhor compreensão dos processos em curso no espaço da pesquisa, o fio condutor da está amparado sob duas perspectivas. Em um primeiro momento, farei um levantamento sobre a historicidade das localidades da pesquisa iniciando com uma contextualização do município de Jaboatão dos Guararapes, seguida de uma descrição dos locais que são objeto de nossa análise, a saber, Engenho Megaípe, Sítio Boa Vista e Sítio Cumbe. Em um segundo momento, nosso esforço se concentrará em compreender as transformações em curso no município, e a eventual ressignificação do seu meio rural para além das atividades agrícolas.

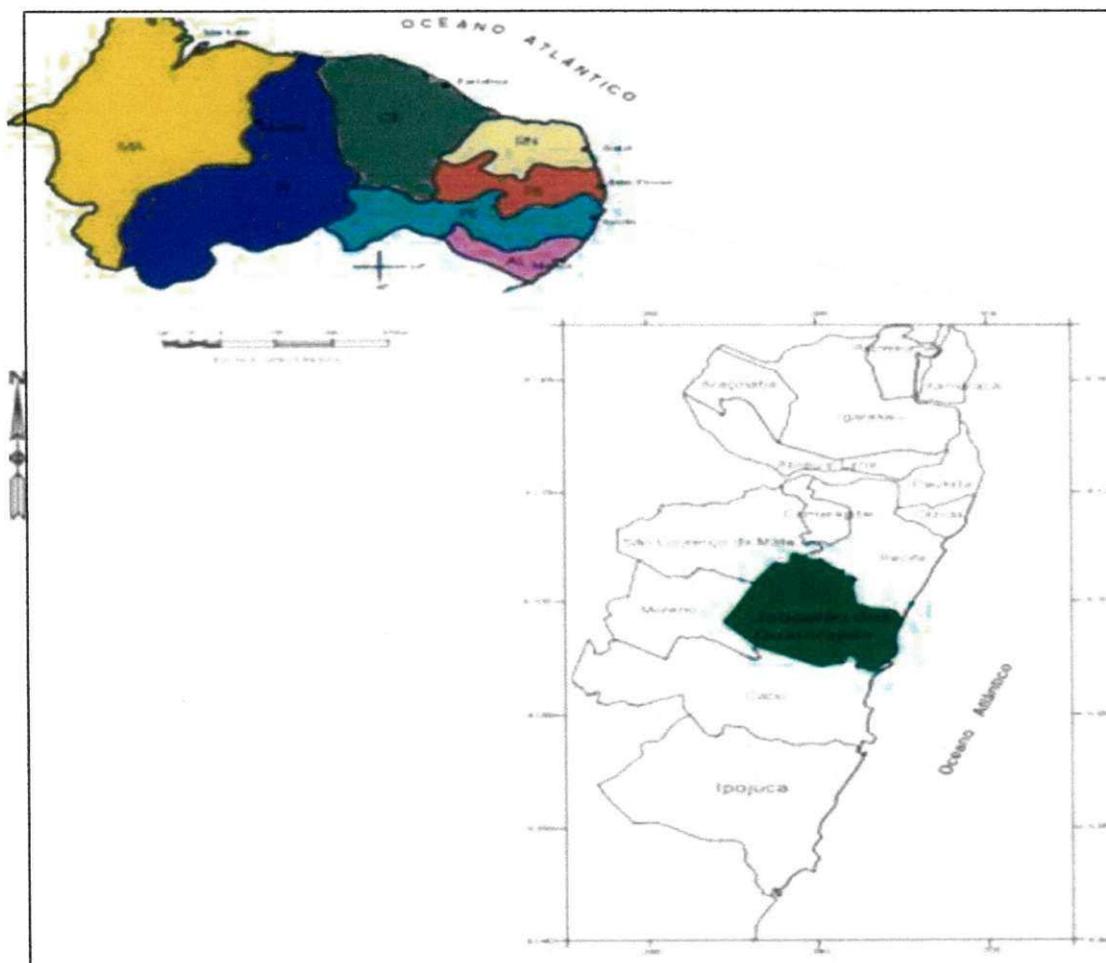
1.1 Processo de formação do município de Jaboatão dos Guararapes

Nesta parte do texto veremos que Jaboatão dos Guararapes teve seu surgimento ligado ao desenvolvimento de uma atividade de grande interesse para a coroa portuguesa no período colonial, a monocultura canavieira. O descobrimento de suas terras ocorreu a partir da expansão dos canais existentes no Recife, e foi seguindo o percurso dos rios Jaboatão e Duas Unas que a região começou a ser povoada. Porém, no atual contexto, as atividades

agropecuárias perderam a influência que exerciam no passado, e as atividades ligadas à indústria emergiram como as principais protagonistas das mudanças em curso no município.

Jaboatão dos Guararapes ocupa uma área de 259 km², com uma distância de 14 km de Recife. Sua localização se encontra na parte centro-leste da Região Metropolitana do Recife, fazendo divisa ao norte com Recife e São Lourenço da Mata, a leste com o oceano Atlântico, a oeste com Moreno e ao sul com o Cabo de Santo Agostinho (MARCENA, 2002). Se no passado a localização do município foi de grande importância para o desenvolvimento da cana-de-açúcar, por causa da abundância do solo de Massapé típico da zona da mata, no presente a sua localização, próximo ao Recife e ao Complexo Portuário de Suape, também tem se caracterizado como um fator crucial no seu desenvolvimento econômico. O mapa abaixo indica a localização de Jaboatão dos Guararapes:

Figura1- Localização do município de Jaboatão dos Guararapes



Fonte: CPRM/FIDEM, 1997.

Devido a sua localização no litoral pernambucano e por possuir condições naturais ideais para o cultivo da cana, Jaboatão dos Guararapes começou a se desenvolver a partir da monocultura canavieira através dos engenhos e posteriormente das usinas.

Por volta do século XVI a aquisição de terra era feita através do regime de sesmaria, que por seu turno, era concedida pelos donatários das capitâneas hereditárias aos homens capazes de tornar a terra produtiva. Conseqüentemente, Jaboatão dos Guararapes também nasceu a partir de uma sesmaria doada no ano de 1575 ao português Bento Luiz de Figueirôa, e que culminou na fundação do Engenho São João Batista. Sobre a fundação do município de Jaboatão dos Guararapes o pesquisador Van-Hoeven Ferreira Veloso afirma que:

(...) A cidade de Jaboatão nasceu com o engenho São João Batista. No tempo do seu terceiro proprietário, o velho Bento Luiz de Figueirôa, começou a migrar para as suas terras muita gente querendo construir casas de moradia entre os rios Jaboatão e Duas Unas e na sua confluência (...). (VELOSO, 1982, p. 19)

Conforme descrito na citação acima o município surgiu juntamente com o a fundação do engenho São João Batista no ano de 1575, porém, foi apenas em 1593 na vila de Olinda que foi assinado a escritura da compra do engenho pelo dono Bento Luiz de Figueirôa (VELOSO, 1982).

Com o surgimento dessa nova sesmaria logo se iniciou um processo de migração de pessoas oriundas de Recife para a região. As novas moradias concedidas a esses aventureiros e migrantes oriundos do Recife eram uma “generosidade” do sesmeiro Bento Luiz de Figueirôa, que na tentativa de fazer crescer sua sesmaria concedia terrenos para a construção de novas casas no seu território. As moradias foram se estabelecendo na região sempre seguindo o percurso dos rios, pois além de facilitar o cultivo da cana-de-açúcar e, em menor escala, de outras culturas, provia água para o consumo e para o deslocamento fluvial. Os dados históricos apontam que essa migração foi tão intensa que “dentro de cinco anos (1593-1598) a população já estava tão grande e tão desenvolvida que foi criada uma paróquia” (MARCENA, 2002, p. 10).

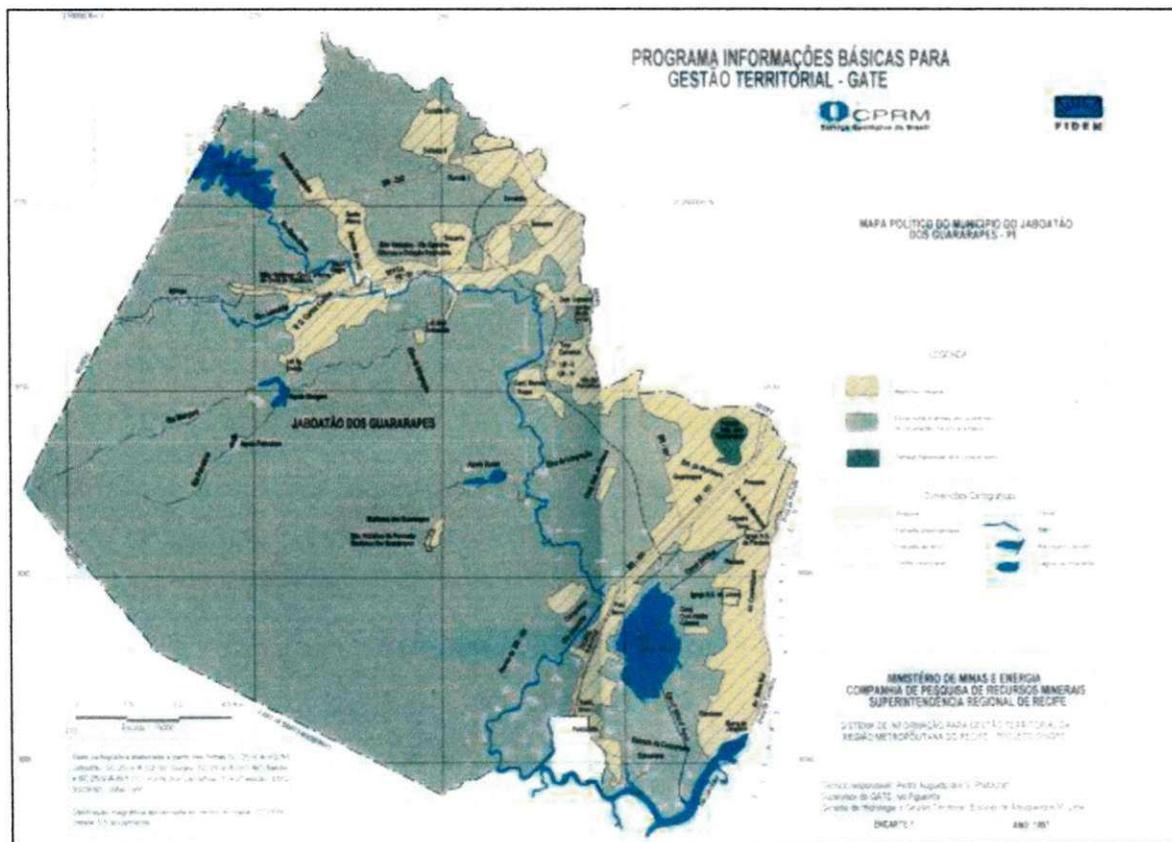
Entretanto, o povoamento de Jaboatão dos Guararapes não feito apenas com a população oriunda do Recife, mas, sobretudo com pessoas de diversas matrizes culturais que se direcionaram para a região. Assim, na base de sua formação populacional se encontra os índios que já habitavam a região, aos novos moradores do Recife, bem como os escravos que trabalhavam nos engenhos (MELO, 1996).

O crescimento desse engenho foi rápido e contribuiu significativamente para o aumento da população local. O nome dado ao novo povoamento foi Jaboatão, uma palavra de origem indígena denominada Yapoatam, que significa “tronco reto” - o nome remete a uma árvore que existia no local – contudo, foi somente a partir de 11 de abril de 1989 que Jaboatão muda de nome para homenagear as batalhas que ocorreram no monte dos Guararapes, passando a se chamar Jaboatão dos Guararapes (MARCENA, 2002).

Os sucessores de Bento Luiz de Figueirôa continuaram por aproximadamente três séculos cultivando suas terras, doando terrenos para a construção de igrejas locais, cemitérios e casas de moradia, contribuindo, dessa maneira, para o desenvolvimento da população que se estabelecia nos domínios da cidade.

Os dados atuais mostram que o município mantém uma taxa elevada no seu crescimento populacional superando as demais cidades da Região Metropolitana do Recife. O município é o segundo mais populoso de Pernambuco com uma população total estimada pelo IBGE (2010) de 644.620 habitantes, dos quais 630.595 habitantes se distribuem majoritariamente sobre as áreas urbanas. (Ver mapa 2):

Figura 2: Distribuição espacial da população de Jaboatão dos Guararapes



Fonte: CPRM/FIDEM. Ano, 1997.

Com relação à população rural, esta se encontra entre os distritos de Muribeca dos Guararapes e de Jaboatão Centro, perfazendo um total de 14.025 habitantes. Dessa população 19,8% tem entre 6 e 14 anos de idade, 18,5% tem entre 15 e 24 ano de idade, 24,8% tem entre 25 e 39 anos de idade, 18,7% tem entre 40 e 59 anos de idade, e 6,7% se encontra acima dos 60 anos (IBGE, 2010).

Esses dados do IBGE apontam que o meio rural de Jaboatão dos Guararapes possui um percentual elevado de sua população na faixa etária mais jovem, contudo, a pesquisa de campo na região da pesquisa, a saber, engenho Megaípe, sítio Cumbe e sítio Boa Vista, indicou que essa predominância de pessoas mais jovens não tem provocado uma evasão na sua área rural. Essa constatação colabora com a tese que exponho no capítulo dois de que as questões culturais e de ordem simbólicas atuam como um elo que mantém o homem do campo no seu lugar de vida.

Ver tabela a seguir com a descrição sobre a evolução da população de Jaboatão dos Guararapes:

Tabela 1 - Evolução da população rural do município

População Rural	Ano	População Total
População residente rural	1991	67.640
População residente rural	2000	13.082
População residente rural	2010	14.025

Fontes: Agência Estadual de Planejamento e pesquisas de Pernambuco - Condepe/Fidem. Censo Demográfico 2010 e 1991.

De acordo com o censo do IBGE de 1991 a população rural de Jaboatão dos Guararapes era de 67.640 habitantes. Contudo, a tabela demonstra que o censo do IBGE de 2000 detectou uma redução da população rural para 13.082 habitantes, seguido de um pequeno aumento populacional no censo 2010 para 14.025 habitantes. A oscilação da população na área rural de Jaboatão dos Guararapes pode ser analisada como um fenômeno passível de ocorrer nessa região por causa da volatilidade de sua principal cultura agrícola, a cana-de-açúcar.

A instabilidade da atividade canavieira pode ser descrita como o principal fator que culminou no esvaziamento do seu meio rural, já que boa parte dos trabalhadores agrícolas da região dependia do trabalho das usinas que existiam no município. Nesse sentido, a crise do

setor sucroalcooleiro que se desencadeou em Pernambuco na década de 1990 foi o ápice para o fechamento de usinas e engenhos de Jaboatão dos Guararapes.

Durante muito tempo as atividades canavieiras foram as responsáveis pelo emprego e renda no meio rural de Jaboatão dos Guararapes. A cana era, em grande parte, cultivada pelos donos de engenhos, pelas usinas que se instalaram na região entre o século XIX e XX e também pelos agricultores produtores de cana-de-açúcar independentes que plantavam e repassavam a produção para as usinas.

Em decorrência da ausência de trabalho no campo para todos, e também por causa da impossibilidade de se viver somente da agricultura de acordo com os fatores mencionados no início do capítulo, as atividades produtivas não agrícolas se tornaram as principais responsáveis pela ocupação das pessoas no município, principalmente as atividades de serviços, indústria de transformação, comércio e administração pública.

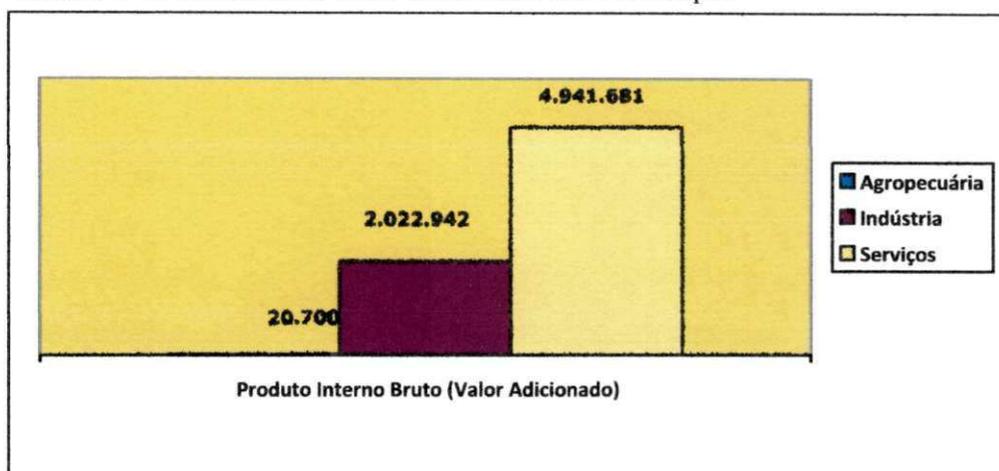
De acordo com o gráfico e a tabela abaixo podemos constatar que as atividades agrícolas possuem uma baixa participação tanto na oferta de empregos no setor formal, como no PIB municipal:

Tabela 2 - Pessoas ocupadas, segundo as principais atividades econômicas

Empregados por atividade no setor formal	Ano	Quantidade de Empregados
Atividade da agropecuária	2009	598
Atividade extrativa mineral	2009	196
Indústria de transformação	2009	17.966
Comércio	2009	17.351
Serviços industriais de utilidade pública	2009	3.008
Atividade de serviços	2009	34.744
Administração pública	2009	11.006
Construção civil	2009	3.151
Total de empregados no setor formal	2009	88.020

Fontes: CONDEPE/FIDEM. IBGE - Censo Demográfico, 2010.

Gráfico 1- Produto interno bruto de Jaboatão dos Guararapes



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2012.

Com relação à participação no PIB, as atividades que mais se destacam é a de serviços, seguida da indústria, e em último lugar as atividades agropecuárias. A proeminência do serviço e da indústria pode ser demonstrada pelo quantitativo de pessoas ocupadas nesse setor que conforme descrito na tabela 2 são 87.422 pessoas, em contraste com os 598 empregados formalmente na atividade agropecuária. Porém, gostaria de ressaltar que quando se fala de “empregados formalmente no setor agropecuário” os dados se referem, em sua maioria, a agricultura canavieira, já que esta é de longe a principal atividade agropecuária do município.

No tocante aos estabelecimentos rurais os dados do censo agropecuário do IBGE (2006) apontam que o município possui 699 estabelecimentos, dos quais mais da metade, no caso 371, são ocupados por agricultores (produtores) que não são proprietários. Esses agricultores, que em sua grande maioria moram nos engenhos do município, não conseguem a autonomia da terra por causa da concentração de terras nas mãos de algumas famílias e/ou usinas.

A tabela 3 demonstra a quantidade de estabelecimentos por condição do produtor em relação às terras e revela distorções no município relacionadas ao acesso à terra por parte de alguns produtores.

Tabela 3 - Estabelecimentos por condição do produtor em relação às terras

Condição do Produtor	Ano	Quantidade de Estabelecimentos
Proprietário	2006	247
Assentado sem titulação definitiva	2006	24
Arrendatário	2006	09
Parceiro	2006	08
Ocupante	2006	371
Produtor sem-área	2006	40
Total de Estabelecimentos	2006	699

Fontes: Agência Estadual de Planejamento e pesquisas de Pernambuco - Condepe/Fidem.

Ano: 2006. Censo Agropecuário IBGE, 2006.

Os dados acima sugerem duas singularidades fundamentais do meio rural de Jaboatão dos Guararapes. A primeira delas se refere à questão a diversidade de situações que possibilitam o acesso e a posse da terra. Durante a pesquisa de campo foi possível constatar que a posse da terra ainda tem se constituído como um sonho distante para os agricultores, já que a maioria deles vivem em áreas pertencentes aos antigos engenhos da região, dificultando, assim, a obtenção da titulação definitiva face à concentração da terra nas mãos de algumas famílias e usina. O acesso à titulação da terra também é um problema enfrentado pelos assentados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tendo em vista que 24 agricultores dos três assentamentos⁷ do município ainda não possuem a titulação de seu terreno.

Uma segunda particularidade remete à produção agrícola de Jaboatão dos Guararapes. O latifúndio canavieiro criou em Jaboatão dos Guararapes um problema para a expansão de sua agricultura, pois além de concentrar a produção em torno de uma única cultura agrícola, inibiu o acesso à terra de uma ampla maioria de agricultores que viviam ao redor dos engenhos e usinas, tencionando-os a um tipo de agricultura limitada à quantidade ínfima de terra que dispunham para plantar.

Tomando-se por base essas dificuldades enfrentadas pelos agricultores, a pesquisa também detectou que a escolha do tipo de cultura agrícola a se plantar se faz a partir de condições pré-determinadas de acesso à terra, condições financeiras para implantar novas culturas, adquirir insumos agrícolas e instrumentos motorizados.

⁷ O município possui três assentamentos do INCRA: Camarço com 50 famílias, Santana com 31 famílias e São Pedro com 15 famílias. Esses assentamentos tiveram início há aproximadamente 10 anos, e são frutos da desapropriação de dois engenhos que existiam na região. Fonte: IPA, 2012.

Foi pela ausência desses fatores que os agricultores alvo de nossa pesquisa informaram que preferiam plantar a macaxeira, por ser um tipo de plantação que se adapta bem em terrenos planos ou com relevos e que, além disso, tem uma manutenção barata e simples. A plantação da macaxeira se torna atrativa também pela aceitabilidade que tem nas feiras da região. De fato, durante as entrevistas os agricultores afirmaram que quando a plantação da macaxeira não era vendida aos atravessadores enquanto ainda estava na terra, quando chegava às feiras tinha saída garantida.

Diante desse contexto, a agricultura do meio rural de Jabotão dos Guararapes em termos dos *tipos ideais* propostos por Weber (SAINT-PIERRE, 2004, p.67-70) apresenta, pelo menos, três situações: a) os produtores da cana-de-açúcar⁸; b) os produtores de banana⁹ e coco-da-baía, cultura desenvolvida pelos agricultores familiares; e c) os plantadores de macaxeira¹⁰ e frutas, as quais servem para o consumo da família e, além disso, são vendidas na feira¹¹ do município e aos atravessadores que vão comprar a produção na casa dos agricultores.

Esses dados do município nos ajudaram a fazer uma leitura geral da região e se mostraram fulcrais no tocante à seleção dos locais que seriam pesquisados, a saber: engenho Megaípe, sítio Boa Vista e sítio Cumbe, todos localizados na área rural do bairro de Muribeca dos Guararapes.

Essas três localidades foram selecionadas a partir de uma triagem dentre os vinte engenhos com atividades canavieiras existentes no município. A preferência por estudar as famílias agricultoras de engenho surgiu a partir das primeiras idas ao meio rural de Jabotão dos Guararapes, pois, pude observar que havia uma visão diferente, entre os agricultores de engenho e os demais agricultores, sobre a vida no meio rural.

Para quem mora em um engenho a relação com o meio rural ora é de afeto, quando eles estão no seu roçado ou na sua casa, ora é de penosidade, quando eles exercem algum tipo

⁸ A cana-de-açúcar é a principal cultura agrícola do município. Sua produção anual é estimada em 47.272 toneladas, sendo desenvolvida em 66 estabelecimentos agropecuários.

⁹ A banana é um produto da lavoura permanente com uma produção anual estimada em 2.623 toneladas, produzida em 339 estabelecimentos. Vale ressaltar que o IBGE só leva em consideração os estabelecimentos com mais de 50 pés existentes. Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, 2006.

¹⁰ Com relação à macaxeira, um dado revelador é que esta cultura é produzida em 449 estabelecimentos agrícolas, ou seja, em mais da metade do total de estabelecimentos agrícolas da região (que são 699). Contudo, a produção em toneladas é inexpressiva, se comparado com os dados da cana-de-açúcar, ficando em torno de 749 toneladas ao ano.

¹¹ Esses dados são baseados na pesquisa empírica. A feira que me refiro é o Mercado das Mangueiras, localizada em Prazeres (bairro comercial de Jabotão dos Guararapes).

de trabalho nos canaviais. Essa “dualidade” presente no agricultor (trabalhador, morador) do engenho me pareceu interessante para entender quais eram as circunstâncias que levavam os agricultores e suas famílias a buscarem se inserir em atividades não agrícolas. Foi a partir desses questionamentos iniciais que comecei a investigação sobre as transformações em curso no meio rural de Jaboatão dos Guararapes.

De uma maneira geral, quando falo das transformações no meio rural de Jaboatão dos Guararapes me refiro aos processos mais recentes que consistem na instalação de empresas nas áreas rurais do município ou próxima a elas, e que conduzem cada vez mais a população rural a procurar diversificar suas atividades produtivas por meio de trabalhos não agrícolas.

Com base nessas observações Muribeca dos Guararapes se constituiu como o bairro mais revelador desses processos de mudanças, e dentro desse bairro o engenho Megaípe foi escolhido como ponto de partida de nossa análise, seguido dos sítios. A análise sobre os sítios Cumbe e Boa vista se mostraram fulcrais para se compreender os processos que ocorrem em toda essa região, por estarem inseridos nos arredores do Engenho Megaípe e, tendo, por isso, uma ligação direta com as transformações atuantes sobre o território em questão.

Na realização da pesquisa de campo o nosso olhar se centrou sobre as famílias agricultoras das localidades acima mencionadas, com o objetivo acompanhar como as trajetórias das famílias foram se metamorfoseando a partir das mudanças evidenciadas na área rural de Jaboatão dos Guararapes.

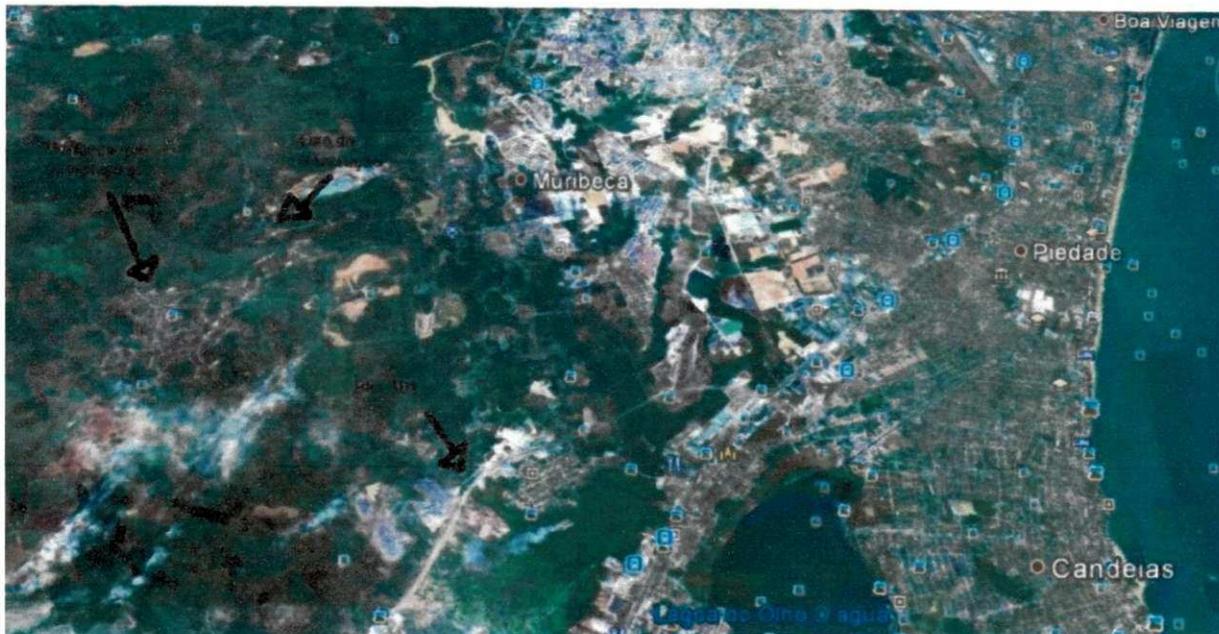
1.2 Entrando no lugar da pesquisa: o bairro de Muribeca dos Guararapes

Muribeca dos Guararapes é um bairro de Jaboatão dos Guararapes que se destaca pela sua história ostentada, no passado, pelo período canavieiro, e, no presente, pela existência de uma zona rural¹² em meio a um município que cada vez mais se urbaniza.

O bairro está localizado entre a Estrada Eixo da Integração, Jaboatão Centro e Prazeres. Sua posição é estratégica no município, pois está entrecortada por uma importante rodovia estadual, a Estrada Eixo da Integração que liga o bairro até Jaboatão Centro (antiga região administrativa do município), e pela BR101, que conecta o bairro com o Distrito Industrial de Prazeres e com o Recife.

¹²A prefeitura de Jaboatão dos Guararapes classifica Muribeca dos Guararapes como uma região que faz parte da Zona Rural do município.

Figura 3 - Localização de Muribeca dos Guararapes



Fonte: Google Earth, 2013.

A imagem acima demonstra como o bairro de Muribeca dos Guararapes está localizado em uma região que vivencia intensa transformação. A localização do bairro e a sua vasta extensão territorial são os principais motivos que favoreceram a instalação de novas indústrias no seu território, tendo em vista que grande parte das indústrias e diversas empresas do Distrito Industrial de Prazeres passaram a se concentrar em Muribeca dos Guararapes, e não em Prazeres. Porém, até meados do século XX a paisagem de seu meio rural era outra, sendo dominada pela plantação da cana-de-açúcar.

Assim como ocorreu em Jaboatão dos Guararapes a história de Muribeca dos Guararapes¹³ está vinculada ao desenvolvimento da produção canavieira na região. Nos registros oficiais sobre a história do bairro constam que no apogeu da cana-de-açúcar o lugar foi uma região de destaque no cenário pernambucano, tendo sido mais importante que o próprio município o bairro chegou a ser registrado como comarca, vila e município.

Contudo, no final do século XIX e durante o século XX se iniciou um período de desvalorização de sua principal fonte econômica, a cana-de-açúcar, fazendo com que

¹³ O nome original do bairro era Muribeca. A palavra origina do tupi *meru-beca* que significa mosca importuna. É somente com o Decreto-Lei estadual nº 952 que o nome do bairro passa a se chamar Muribeca dos Guararapes. A mudança foi necessária porque em Sergipe existia uma cidade chamada Muribeca.

Muribeca dos Guararapes perdesse a sua influência na região e voltasse a se tornar distrito de Jaboatão dos Guararapes (VELOSO, 1982).

Outra consequência do enfraquecimento da monocultura canavieira foi uma diminuição da população do bairro, já que boa parte dela dependia do trabalho nas suas usinas para sobreviver (ARAÚJO, 1988; MARCENA, 2002). Os relatos do pesquisador Veloso (1982) indicam que em 1863 o bairro já chegou a ter 16.000 habitantes, passando para 8.000 em 1908, e nos dias atuais o censo do IBGE de 2010 apontou que em Muribeca dos Guararapes há 1.953 habitantes distribuídos entre a zona rural e a parte urbana.

A origem de Muribeca dos Guararapes é muito antiga e seu surgimento ocorreu antes da fundação de Jaboatão dos Guararapes. Assim como ocorreu com o município, o bairro também surgiu de uma sesmaria. Após receber em 1568 uma sesmaria do donatário da capitania de Pernambuco Duarte Coelho, o alemão Arnau de Holanda construiu o engenho Santo Andre, dando início ao povoamento de Muribeca dos Guararapes.

Porém, foi somente com a morte de Arnau de Holanda que sua viúva Dona Brites construiu em 1577 o Engenho Novo da Muribeca, sendo esta, a data simbólica da fundação do bairro (VELOSO, 1982).

Esse novo povoado tinha a mesma finalidade das sesmarias da época, qual seja, a produção de cana-de-açúcar com o objetivo de assegurar o desenvolvimento da capitania de Pernambuco e o enriquecimento de Portugal. A iniciativa por plantar cana nas sesmarias veio de Duarte Coelho, conforme observa Andrade (2005, p. 72): “sendo o comércio de pau-brasil monopólio da coroa, achou Duarte Coelho que a sua fortuna só seria conseguida através da agricultura da cana-de-açúcar”. A persistência de Duarte Coelho em plantar cana-de-açúcar foi, em parte, motivada pela aceitabilidade do açúcar no continente europeu. A partir dessa constatação ele estabeleceu que as sesmarias que estivessem sob o domínio de seu território deveriam desenvolver a cultura açucareira.

Impulsionados por essa “motivação” oficial, a abertura de novos engenhos se intensificou de maneira tal que em meados de 1630 já havia em Muribeca dos Guararapes oito engenhos, o Engenho Penanduba, Engenho Muribeca, Engenho Santo André e Santa Maria, Engenho São Bartolomeu, Engenho Guararapes, Engenho Manoel Bezerra e o Engenho Megaípe.

Os engenhos ainda existentes na localidade são o São Bartolomeu, Penanduba, Muribequinha, Recreio, Capelinha, Megaípe, Caiongo e São Joaquim. Já os sítios presentes

na localidade são cinco, sítio Boa vista, sítio Cumbe, sítio Macaco, sítio Sapé e sítio Patrimônio. Nos engenhos predominam a plantação de cana-de-açúcar, já nos sítios há a predominância da agricultura familiar. Porém, ambos os espaços, tanto o engenho quanto o sítio, as famílias agricultoras recorrem às atividades não agrícolas com a finalidade de assegurar a sua reprodução social e permanência no lugar que vivem.

Com relação a população de Muribeca dos Guararapes, assim como ocorreu com Jaboatão dos Guararapes, essa se formou a partir dos moradores egressos do Recife, com tipos humanos “comuns” àquela sociedade aristocrática que se formava, dentre os quais se destacam os negros, os índios e os brancos.

Atualmente a maior parte de sua população é mestiça, na qual boa parte descende dos escravos que viviam na região na época do regime colonial e da dominação canvieira. Um domínio que aos poucos foi se enfraquecendo durante todo o século XX culminando em uma mudança no cenário produtivo da zona rural de Muribeca dos Guararapes, que agora se configura pela utilização de trabalhos não agrícolas pelas famílias existentes.

A utilização de atividades não agrícolas, como parte integrante da renda, pelas famílias agricultoras tem acontecido porque as atividades agrícolas já não conseguem mais suprir totalmente as necessidades dessas famílias. A “solução” encontrada pelas famílias foi enviar os filhos para trabalharem nas empresas do entorno do bairro. Esta estratégia cada vez mais se torna uma opção segura no imaginário concreto das famílias para garantir a reprodução social das mesmas.

Esse fato demonstra que o meio rural não é estático, antes está sempre se ajustando ao mundo a sua volta, procurando mecanismos que possibilitem sua permanência na sociedade “moderna”. Foi a precariedade da vida no campo que levou os agricultores do engenho Megaípe, sítio Cumbe e Boa Vista, a buscarem alternativas de permanência no lugar e para suas vidas.

A partir do momento que o espaço rural passa por mudanças na sua estrutura produtiva, fazendo com que as atividades agrícolas já não sejam mais referências exclusivas para caracterizar o rural, são os aspectos de ordem simbólica que explicam de formas diversas as ruralidades atuantes sobre essas áreas. No caso em análise, o apego ao lugar onde se vive - demonstrado pela afirmação por parte dos moradores de que “o melhor lugar para se viver é no campo” -, e a relação estabelecida com a natureza são os fatores que evidenciam a afirmativa de que o meio rural continua a existir apesar das transformações em curso.

O bairro de Muribeca dos Guararapes pode ser dividido entre urbano e o rural. Faço esta diferenciação não com a pretensão de engessar o lugar da pesquisa opondo os espaços, mas como um mecanismo de explicação. Na parte urbana do bairro encontram-se os serviços que são oferecidos aos moradores, como saúde, escola e transporte, já na parte rural se encontra os engenhos e sítios.

As fronteiras entre estes espaços, o rural e o urbano, são fluidas, o que há na verdade são trocas de benefícios entre os moradores de ambas as partes. Quem mora nos engenhos e sítios usufrui dos serviços existentes no bairro, e quem mora no centro encontra nos engenhos descanso e lazer nos seus rios e açudes.

Dos serviços disponíveis à população de Muribeca dos Guararapes destacam-se os de natureza pública e os de caráter privado. No tocante aos serviços privados existe um pequeno comércio, que atua sem muita concorrência, já que geralmente só há uma loja para cada tipo de serviço. A exceção se aplica aos mercadinhos, pois existem três, e às bombonieres e bares. Além destes estabelecimentos existem escolas particulares, duas padarias e uma farmácia.

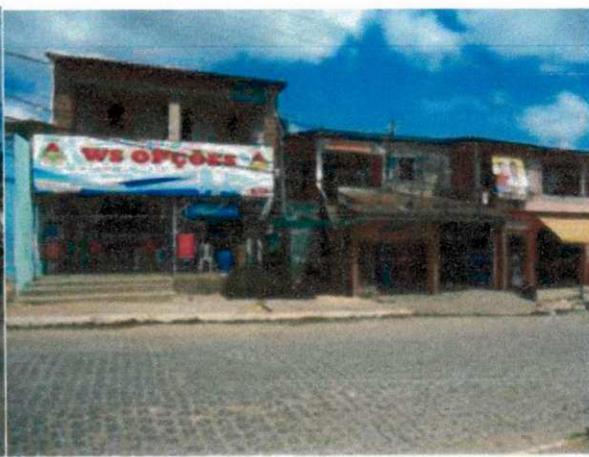
Devido à escassez dos serviços ofertados muitos agricultores afirmavam que preferiam andar duas horas e ir fazer a feira de cereais nos mercadinhos do Cabo de Santo Agostinho (Município vizinho a Jaboatão dos Guararapes), a ir até o centro do bairro e não encontrar o que precisam.

Figura 4 – Casas típicas do bairro



Fonte: Pesquisa de Campo, 2012. Foto da autora.

Figura 5 - Comércio de Muribeca dos Guararapes



Fonte: Pesquisa de Campo, 2012. Foto da autora.

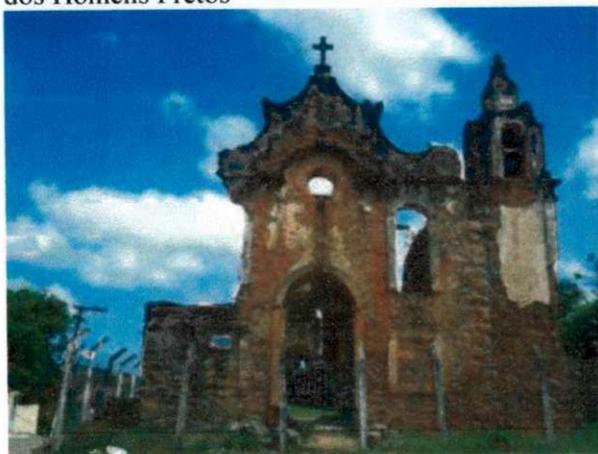
Dentre os serviços públicos registram-se os postos de saúde com três Unidades Básicas de Saúde para seus moradores, uma unidade está situada na parte antiga do bairro, e as outras duas estão na parte mais recente do bairro, no loteamento Vila dos Palmares.

Com relação às escolas públicas destaca-se: a escola pública estadual Humberto Lins Barradas com aulas do ensino fundamental e médio; as escolas municipais, Valdomiro Vieira e Barão da Muribeca com aulas até o ensino fundamental. As escolas citadas, além de serem utilizadas pela população do bairro, também atendem aos alunos provenientes dos engenhos e sítios.

Muribeca dos Guararapes ainda mantém grande parte de seu traçado histórico, que podem ser percebidos pelos casarões do século XIX e pelas ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do século XVII, tombada pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE). Esta igreja foi construída pelos escravos que, segundo os moradores da região, por não poderem celebrar o culto no mesmo local que os homens brancos, resolveram criar uma igreja somente para os homens pretos.

Ao andar pelo bairro também podemos encontrar outra igreja histórica, a Igreja do Rosário. Esta igreja foi construída no século XVI pela Irmandade do Sacramento, e após um estado de deterioração foi reconstruída em 1781 pelo proprietário do Engenho Santo André, Felipe Campelo, estando até a presente data em uso. As ruínas da Igreja do Livramento também permanecem no mesmo lugar de sua fundação. Estas igrejas mencionadas fazem parte do circuito turístico das igrejas históricas de Jaboatão dos Guararapes.

Figura 6 – Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos



Fonte: Pesquisa de Campo, 2012

Figura 7 – Igreja Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

As igrejas de Muribeca dos Guararapes, tanto as católicas como as protestantes, exercem uma dupla função no bairro, quais sejam: além de propagarem suas crenças, são utilizadas como um espaço de encontro e de sociabilidade pelos moradores da parte central do bairro juntamente com os moradores dos engenhos e sítios. As famílias entrevistadas durante a pesquisa revelaram que o domingo era um dia especial, pois além de reverem os amigos, podiam conversar e organizar as festas religiosas.

Esses dados confirmam o que outras pesquisas já falaram dos bairros rurais (CÂNDIDO, 1971; QUEIROZ, 1973). Segundo Candido (1971) e Queiroz (1973) os bairros rurais são marcados por relações comunitárias, na qual tanto o trabalho como as atividades religiosas são desenvolvidas com o apoio e ajuda de seus membros. Uma outra característica é que a vida se mostra mais coletiva e solidária, em contraste com a vida nos centros urbanos que são marcadas pelo individualismo.

Em Muribeca dos Guararapes, principalmente no engenho Megaípe, a coletividade se firma como uma característica marcante dos grupos de vizinhança, na qual as relações interpessoais são firmadas pela solidariedade grupal, havendo uma participação ativa de seus moradores nos festejos religiosos¹⁴, na ajuda aos vizinhos e nas festas escolares.

Vale ressaltar que no engenho Megaípe, no sítio Cumbe, e principalmente no sítio Boa Vista os festejos não se detêm apenas à igreja Católica, mas também à igreja evangélica, particularmente a Assembleia de Deus. Os moradores do engenho e dos sítios demonstraram uma preferência pela igreja evangélica Assembleia de Deus, enquanto que os moradores do centro do bairro pela Igreja Católica.

1.2.1 Historicidade da localidade da pesquisa: Engenho Megaípe e seus sítios

O engenho Megaípe está localizado a uma distância de 3 km, aproximadamente 1 hora e 30 minutos de caminhada, do bairro de Muribeca dos Guararapes. O trajeto que é feito da parte central do bairro até o engenho é acompanhado por um cenário belíssimo formado por porções da mata atlântica e pelos extensos canaviais que acompanham o curso da estrada.

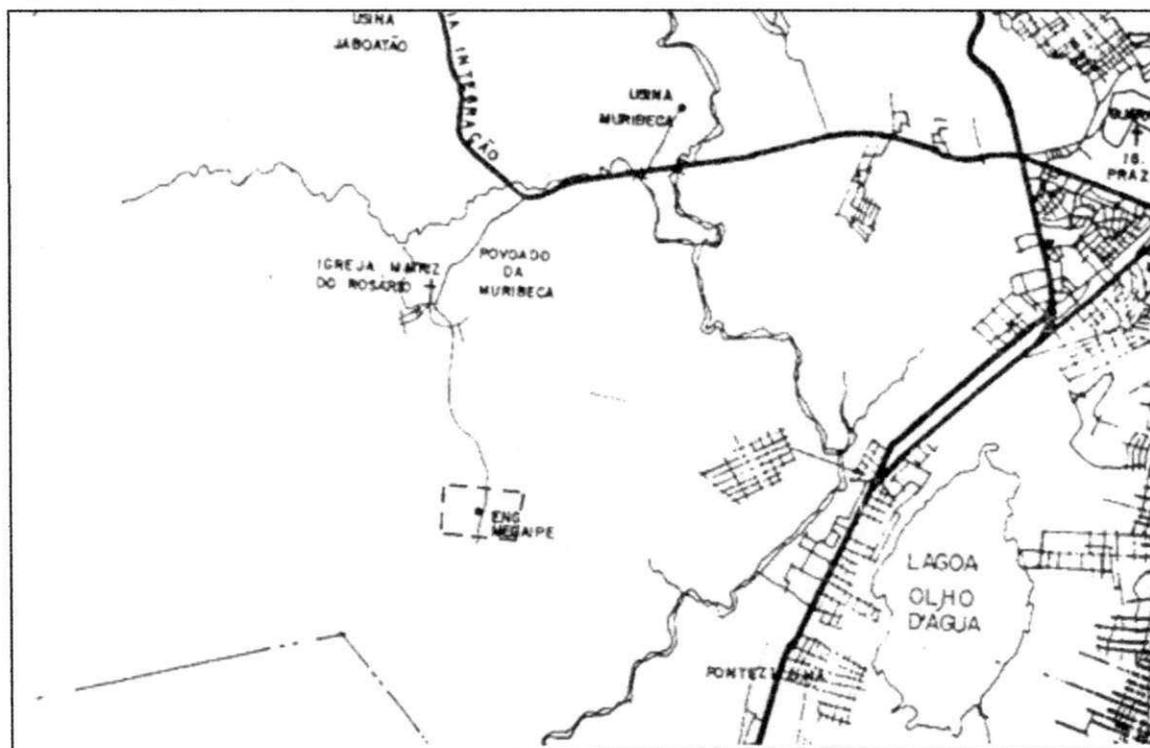
¹⁴ Durante as conversas que tive com a secretária da Igreja Católica do bairro, obtive a informação que poucas pessoas do engenho Megaípe e de seus sítios frequentavam à missa. A secretária informou ainda que “a maioria tinha virado evangélico”. Os poucos que frequentavam à igreja, geralmente o faziam na época das festividades.

Por seu turno, os sítios Cume e Boa Vista, objetos de nossa análise também, se localizam nos arredores limítrofes do engenho. Diferente do engenho, cuja formação é mais antiga, os sítios possuem uma história mais recente, ligada à compra de terras por determinadas famílias nos arredores de Megaípe.

Chegar ao engenho Megaípe, bem como nos sítios Boa Vista e Cumbe, não é uma tarefa fácil. O local é de difícil acesso e não existe transporte público com destino a essa localidade. O problema se torna ainda mais difícil quando chove, pois todo o percurso que conduz ao engenho é feito através das estradas de barro. Um barro que é denso e que ao se misturar com o solo de massapé no período das chuvas fica pegajoso, dificultando o trânsito de pessoas e de automóveis pelo local.

O mapa abaixo indica a localização do engenho Megaípe. Seus limites se encontram entre Muribeca dos Guararapes, a BR 101e o bairro de Pontezinha do município do Cabo de Santo Agostinho.

Figura 8 - Engenho Megaípe



Fonte: Fundação Yapoatan, 1996.

A formação do engenho Megaípe remete ao início do século XIX. Possuindo uma tipologia característica dos engenhos do período colonial, sua casa grande se encontra em

bom estado de conservação assim como todo o seu povoado. O engenho Megaípe, mais conhecido como Megaípe de Cima, pertence à família do ex-prefeito do município de Jaboatão dos Guararapes, Humberto Lins Barradas (MELO, 1996).

Uma curiosidade sobre o Engenho Megaípe é que no passado existiam dois engenhos com o mesmo nome na região. O primeiro a ser fundado foi o engenho Megaípe de Baixo no século XVII. Os registros históricos relatam que essa primeira casa era de grande valor arquitetônico, ao ponto do governo do estado de Pernambuco querer tombá-la (MELO, 1996).

No ano de 1918 o engenho Megaípe de Baixo foi comprado por João Lopes de Siqueira Santos, dono da usina Bom Jesus, porém, ao tomar conhecimento da intenção do estado de Pernambuco de tombar a casa grande, o novo proprietário ordenou que ela fosse demolida em 1928 com receio das possíveis restrições sobre o imóvel. Na localidade que ficava o engenho Megaípe de Baixo agora funciona a pedreira Guarany do grupo empresarial Queiroz Galvão que explora as rochas ígneas presentes na região.

O segundo engenho com nome de Megaípe é o lugar onde foi realizada a pesquisa. Por estar situado na parte mais elevada do terreno recebeu o nome de Megaípe de Cima. A casa grande que no passado serviu de moradia para a família Barradas, hoje se encontra desativada.

Os moradores do engenho apontam como provável motivo do esvaziamento a venda das terras do engenho à Usina Bom Jesus. Na realidade a única parte do terreno que ainda pertence à família Barradas é a área em que está localizada a casa grande e um sítio localizado ao lado da casa. Nas figuras a seguir podemos ver algumas imagens da casa grande e do arruado¹⁵ do engenho.

¹⁵ Arruado é nome que denomina um conjunto de casas conjugadas umas às outras e que serve de moradia para os trabalhadores do engenho/usina. No arruado do engenho Megaípe as casas são feitas de barro batido e pintadas com cal.

Figura 9 - Casa Grande do Engenho Megaípe **Figura 10 - Arruado**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

A população do engenho Megaípe juntamente com o sítio Cumbe e sítio BoaVista é composta por um total de 465¹⁶ pessoas distribuídas de forma dispersa por toda a extensão do território. A origem de seus moradores remete a uma formação predominantemente negra e mestiça, sendo quase nula a presença de brancos na região.

O interessante desse dado é que os próprios moradores geralmente não se identificavam como negros, mas relatavam que as várias dificuldades que viviam no lugar de moradia estavam relacionadas ao fato de serem os “negros do engenho”, contudo, evitavam mencionar quaisquer palavras que remetesse ao período da escravidão. Só os mais velhos comentavam de forma geral que eram descendentes dos escravos. Essa atitude mais cautelosa, por parte dos moradores mais jovens manifestada na omissão, “negação” das suas origens, pode ser explicada pela hipótese de que reconhecer o passado, significa assumir a identidade de escravos, assumir o sofrimento que o seu lugar de morada foi palco de uma história de dor vivenciada pelos seus antepassados.

O engenho Megaípe é formado por 60 casas que, com exceção do arruado, estão distribuídas de maneira dispersa por todo o seu território. O engenho se divide em uma parte central onde é possível encontrar as casas conjugadas, além de alguns serviços à disposição de sua população, e em uma parte periférica onde se encontra a maior parte das casas e sítios.

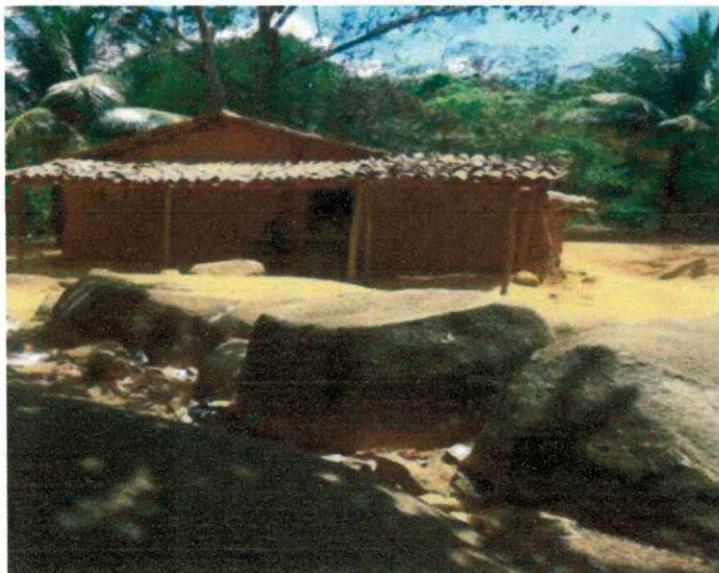
¹⁶ O dado do quantitativo dos moradores foi obtido junto à escola Municipal Rural Menininha Batista, já que não existem dados oficiais sobre a população do engenho Megaípe, sítio Cumbe e sítio Boa Vista.

Na parte central do engenho está à casa grande, o açude que serve para lazer e suprimento de água na região, o barracão¹⁷ que funciona como bar e como uma pequena venda de mantimentos, e a escola municipal rural Prof^a Menininha Batista que oferece aulas até a 4^a série do ensino fundamental.

A escola rural, assim como o açude e o barracão foram construídas pelo dono do engenho para serem utilizadas pelos seus moradores. Esse ato faz com que até hoje ele receba a admiração da população local. Era comum ouvir os moradores falarem que “graças ao senhor Humberto Barradas temos água e escola para os meninos”, ou ainda, “no tempo que o Senhor Humberto Barradas morava aqui as coisas eram boas” (Fala dos moradores do engenho Megaípe).

As casas típicas do engenho são bem simples. Sem muitos cômodos, no geral são apenas três, são moradias feitas de barro, não possuem banheiro nem coleta do lixo. A ausência dos serviços públicos básicos como transporte escolar, saúde e saneamento, principalmente água potável e limpeza, são alguns dos problemas vividos pela população do engenho, e dos sítios também.

Figura 11 - Casa típica da parte periférica do engenho



Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

¹⁷ O barracão é um tipo de mercearia que serve para abastecer os moradores do engenho com a venda de mantimentos. No barracão do engenho Megaípe é possível encontrar material de limpeza, gêneros alimentícios, cachaça e cerveja, além de uma sinuca para a diversão da população.

Apesar das dificuldades vivenciadas por quem mora em Megaípe, o modo de vida no engenho sempre é descrito como “bom” pelos seus atores sociais. A fala de uma moradora exemplifica as afirmações abaixo:

Aqui é o meu lugar. Quero ficar aqui pro resto da minha vida. Aqui é tranquilo, sem violência, as crianças cresce com felicidade, porque aqui a criança é criada a vontade, solta” (Dona D., 57 anos). Outra moradora ainda afirma que “o melhor lugar para se morar é no engenho” (Dona D., 60 anos).

A partir das narrativas obtidas nas entrevistas pude ir mapeando o perfil das famílias pesquisadas. O esforço buscou compreender como haviam chegado ali, como viviam e quais eram as estratégias de reprodução social de cada família.

Procurei entender como haviam chegado ali, como viviam e quais eram as estratégias de reprodução social das famílias. A constituição das famílias do engenho Megaípe pode ser sistematizada em dois grupos: o primeiro, composto pelas famílias que sempre viveram na região (nasceram e se criaram); e o segundo, é formado por famílias que migraram de outros engenhos na época em que o dono do engenho Megaípe vendeu suas terras para a usina Bom Jesus. Desde então, esses dois grupos familiares passaram a coexistir na região.

A usina Bom Jesus, com sede no município do cabo de Santo Agostinho, já plantava cana-de-açúcar no engenho Megaípe de Baixo desde 1918, exceto no engenho Megaípe de Cima cujas terras pertenciam a Humberto Lins Barradas. Contudo, na década de 1990 a maior parte das terras de Megaípe de Cima foram vendidas para a usina. Com isso, a usina prontamente assumiu a produção local e passou a contratar trabalhadores oriundos da zona da Mata de Pernambuco, mas também de outros estados, a exemplo do estado de Alagoas.

Para os moradores que já moravam no engenho a mudança foi brusca, pois, a relação de trabalho na época de Humberto Barradas era mais informal e baseada no companheirismo. Durante as entrevistas os moradores informaram que o antigo dono do engenho sempre ajudava os moradores da região, além de deixá-los a vontade para construir novas casas para os filhos, ou mesmo reformar a casa que moravam. Outro fator positivo do antigo dono, segundo os moradores, era que ele disponibilizava uma maior quantidade de terras para as famílias desenvolverem o roçado, diferente da usina que além de não ter proximidade com os moradores, busca plantar cana-de-açúcar em todo o território que for possível plantar, deixando as piores partes para sua população.

Contudo, os moradores que vieram de fora não expressam qualquer tipo de reclamação contra as atitudes da usina, nem com relação a pouca terra que dispõem para plantar, ou mesmo sobre o fato da usina não mais autorizar possíveis reformas nas residências dos trabalhadores. É como se eles se sentissem agradecidos por terem um emprego que paga o salário em dia e ainda concede lugar para morar e terra para plantar.

O receio dessas famílias, que em sua maioria migraram de outros engenhos da Mata Sul de Pernambuco para Megaípe, de expressar alguma posição desfavorável à usina era percebido nas suas falas, principalmente quando afirmavam que “viver em um engenho está cada vez mais difícil porque as usinas não querem que a gente more em suas terras”.

Tomando-se por base essas afirmações, fica evidente que os conflitos vivenciados pelos moradores de engenho oriundos da Mata Sul não é um problema novo na região. O processo doloroso de saída dos moradores do campo para a cidade já foi retratado com peculiaridade na década de 1970 por Sigaud (1979, p 33), no qual ela descreve que:

A saída de moradores dos engenhos da Zona da Mata de Pernambuco não é coisa nova que tenha surgido no bojo do processo de mudança pelo qual passa a *plantation* açucareira. Era constitutivo da morada o fato de moradores abandonarem o engenho, quer por assim julgassem conveniente, quer porque essa fosse a conveniência do proprietário (senhor de engenho ou usineiro) que então o expulsava. Rompida a relação com um determinado proprietário, o *morador* se ligava a outro, nas mesmas condições e assim o sistema de morada se reproduzia.

Contudo, no cenário atual, os trabalhadores rurais da região em questão, que sempre lidaram com as mudanças de um território marcado pelo avanço da Cana-de-açúcar, agora lidam com um novo problema: a escassez de engenhos e usinas que atuam no *sistema da morada*¹⁸. E, nesse contexto, as famílias que sempre viveram se transferindo de um engenho para outro, agora lidam com a necessidade de encontrar quem ainda trabalhe com esse modelo de gestão do espaço dos engenhos.

Sob este aspecto, o engenho Megaípe é encarado pelas famílias, tanto pelas antigas como pelas recentes, como um lugar de acolhimento frente às mudanças vivenciadas nos demais engenhos da Mata Sul. Outro ponto em comum de ambas as famílias presentes em

¹⁸ O termo morada se refere a um sistema específico da Zona da Mata de Pernambuco que consiste na relação entre o proprietário e a força de trabalho nos engenhos de cana-de-açúcar e nas usinas. Esta definição do termo aqui empregado segue a linha de raciocínio desenvolvida por Palmeira (1977), e por Sigaud (1979).

Megaípe é que em quase todas elas os membros não trabalham somente na usina e no roçado, como era comum no passado. A inserção das famílias em atividades fora do contexto rural/agropecuário tem sido cada vez mais recorrente nos projetos de vida das famílias.

Nesse sentido, a estratégia de reprodução social das famílias agricultoras passa também pela realização de atividades não agrícolas. Na área pesquisada constatam-se as seguintes alternativas de renda e trabalho acionados pelas famílias, como estratégia de sobrevivência: a) famílias que vivem somente da agricultura; b) famílias que vivem de atividades agrícolas e de rendas de origem não agrícolas (pensão, aposentadoria, e benefícios sociais; c) e famílias que vivem da agricultura e do trabalho na usina. Por mais que esses três tipos não sejam puros, pois existem famílias que mesclam atividades entre essas três configurações, eles dão conta das estratégias acionadas pelas famílias pesquisadas.

Essa inserção de membros da família em atividades não agrícolas já vem sendo debatido nas ciências sociais. Um estudo Coordenado por Graziano (1999) apontou que as atividades agropecuárias já não eram suficientes para entender as dinâmicas vigentes no meio rural pesquisado por ele na década de 1990 do século passado.

Essa tendência à dinamização dos espaços rurais é incontestável nos dias atuais, pois cada vez mais o meio rural tem dialogado com os espaços urbanos, diluindo a ideia de que são mundos opostos. Os diversos atores sociais, bem como a complexidade de situações presentes no campo têm condicionado mudanças em seu interior que direcionam o agricultor e sua família a procurarem outras formas de viver.

Assim, os agricultores do engenho Megaípe e dos sítios de seu entorno também têm vivenciado uma diversificação das atividades produtivas. Contudo, apresentam algumas singularidades, quais sejam, a busca por emprego na indústria. Durante as conversas que tive com os moradores era comum a afirmação de que quando não havia indústrias na região, todos tinham que trabalhar no campo mesmo, e tinham que trabalhar muito, já que sobreviviam dos rendimentos agrícolas e do trabalho no corte da cana-de-açúcar.

Quando conseguiam algum trabalho fora do contexto “agricultura-canavial”, geralmente era um trabalho temporário e sem direitos trabalhistas, como ajudante de pedreiro, diarista na roça, cobrador de lotação clandestina, empregada doméstica e ajudante de mercadinho em Muribeca dos Guararapes.

Foi somente com o fortalecimento do setor industrial de Jaboaão dos Guararapes e com as instalações dessas indústrias nos arredores do engenho que a realidade de algumas das

famílias começou a mudar. Nesse sentido, o surgimento do complexo industrial portuário de Suape também foi fundamental para a diversificação do trabalho nessa região. Essa mudança se tornou bem atrativa para as famílias agrícolas, se tornando uma alternativa de renda familiar, que tirou muitas famílias do “vermelho”.

Entretanto, mesmo com essas mudanças, as famílias agricultoras do engenho Megaípe jamais deixaram de desenvolver as atividades agrícolas, apesar de enfrentarem uma série de problemas para dar continuidade no seu roçado, como por exemplo, a falta de terra suficiente para plantar.

A concentração de terras nas mãos do dono de engenho, ou do usineiro sempre atuou como um fator de inibição ao desenvolvimento da agricultura na região, já que a terra que o agricultor do engenho usa para a plantação não é dele, antes é apenas uma concessão temporária feita pelo dono da usina/engenho enquanto o morador trabalhar para ele.

Com relação aos sítios, a instabilidade causada pela ausência da propriedade da terra nunca foi um problema para as famílias agricultoras, já que elas possuem a posse da mesma. Isso explica, em parte, porque nos sítios existe uma predominância do perfil de famílias que vivem mais da agricultura do que de outras atividades.

Tomando-se por base esse fato constatei que a vida no sítio se diferencia da vida no engenho primordialmente por causa da relação que é estabelecida com a terra. Ou seja, no primeiro caso a relação com a terra é intermediada por um grau de confiança que a própria condição de sitiante/proprietário assegura, contudo, no que se refere ao engenho essa relação de confiança não existe, pois a terra não pertence ao agricultor, mas ao usineiro e dono de engenho.

Portanto, ter um lugar próprio onde plantar se configura como um fator de segurança não somente com relação à plantação, mas também com relação à continuidade da trajetória familiar em determinado espaço. Isso significa dizer que as famílias agricultoras do engenho estão muito mais expostas as eventuais mudanças que possam ocorrer no espaço onde moram, do que as famílias agricultoras dos sítios.

As famílias dos sítios Boa Vista e Cumbe possuem o registro de propriedade da terra, e esse é um aspecto que garante certo status aos sítiantes na região. Era recorrente ouvir os moradores dos sítios falarem com entusiasmo que “ninguém tira a gente daqui porque nós somos donos da terra”, e também ouvir os moradores do engenho afirmarem que “a melhor

coisa do mundo é ter um pedaço de terra só seu como o pessoal do sítio tem”. Ser um sitiante nessa região significa ser dono da terra e ter autonomia sobre a produção e o território.

O processo de transmissão de um sítio só ocorre por meio de dois fatores: ser herdeiro ou comprar um sítio de um herdeiro. Essa noção de sítio vivenciada pelos agricultores de Boa Vista e Cumbe se alinha ao conceito que Ellen Woortmann e Klaas Woortmann (1997) desenvolvem, na qual o sítio é compreendido como uma terra de herança da família sitiante.

Segundo Woortmann (1990, p. 217), os sítiantes são “camponeses que detêm o domínio sobre a terra e, em alguns casos, sobre um território definido por princípios de parentesco”.

Ou seja, na lógica do sitiante a terra é um bem adquirido por sua família que continuará sendo transmitida a geração posterior. O trabalho agrícola, ou não agrícola dos sítiantes objetiva unicamente a reprodução social do núcleo familiar.

O sítio Boa Vista assim como o sítio Cumbe surgiram através da compra de uma porção de terra por um antepassado na região do engenho Megaípe, com o decorrer do tempo o sítio foi sendo transmitido por herança para as futuras gerações que deles descendiam. O sítio Boa Vista já está na sua terceira geração, com relação ao sítio Cumbe esta informação não está disponível, contudo, ambos os sítios são de formação recente, do começo do século XX, e foram adquiridos por familiares dos entrevistados.

Um dado interessante sobre os sítiantes “pioneiros”, nome que eles concedem aos fundadores, é que no sítio Boa Vista o patriarca jamais trabalhou em engenho, antes, foi um administrador exímio de sua propriedade. O fundador do sítio Cumbe, porém, foi um trabalhador de engenho que após conseguir um bom dinheiro conseguiu comprar um terreno para ter seu próprio sítio.

O sítio Boa Vista está localizado entre o engenho Caiongo, que fica na divisa com o município de Cabo de Santo Agostinho, e ao sul do engenho Megaípe, a aproximadamente 15 minutos de distância de sua área central.

O sítio é de propriedade familiar e foi obtido através da compra de uma porção de terra pelo patriarca da família, senhor João dos Santos. Ele chegou à região no começo do século XX junto com alguns dos seus irmãos e conseguiu comprar um terreno de oito hectares, com a finalidade de criar sua família e de desenvolver as atividades agrícolas. O trecho abaixo é uma narrativa do neto do senhor João dos Santos, na qual ele esclarece como ocorreu a distribuição de terra entre seus descendentes:

O meu avô chegou aqui há muito tempo. Ele foi um pioneiro na região a começar a desenvolver sítio. Mas eu não sei de onde ele veio. Só sei que ele comprou tudo isso aqui. Ele teve três filhos e registrou mais um filho, todos nasceram aqui. Quando eles (os avós) morreram, o sítio passou para os filhos dele (no caso o pai dele). O meu pai se chamava seu Tiago dos Santos. Quando ele morreu, eu e os meus seis irmãos recebemos uma parte do sítio. O meu pai trabalhou em engenho, meu avô nunca trabalhou! Meu avô comandava a propriedade que comprou para viver. Aqui mora toda a descendência do meu avô. Aqui é tudo família. Eu também tinha tios avós do meu avô aqui, mas morreram. Só tem uma pessoa que não é família, porque um primo meu vendeu a sua propriedade para essa pessoa de fora. A palavra (bíblia) diz cresci e multipliquei. Meu avô fez isso, estamos aqui para provar. (P. S., 72 anos, sítio Boa Vista).

O sítio Boa Vista é composto por 15 casas que com exceção de uma família que veio de fora são ocupadas por pessoas oriundas de uma mesma descendência: a família Santos. No sítio Boa Vista as pessoas são bastante religiosas e membros assíduos de uma igreja da Assembleia de Deus que se encontra em seus domínios. Fora essa igreja, o sítio possui uma pequena venda de bombons que também é motivo de orgulho dos seus moradores, já que na localidade não existe nenhuma outra bomboniere, ou mesmo igreja. Há tempos atrás havia uma capela da igreja católica no engenho Megaípe, mas ela foi destruída pelo mau estado de conservação que se encontrava.

O sítio Cumbe, por seu turno, está localizado um pouco mais distante do engenho Megaípe e do sítio Boa Vista. Ele se encontra entre o engenho Caiongo e a 30 minutos de distância do engenho Megaípe.

Contudo, em contraste com o sítio Boa Vista que até hoje pertence à família fundadora, no sítio Cumbe há certo número de moradores de fora. Das 15 casas existentes apenas 10 estão ocupadas, o restante encontra-se fechada sem nenhum morador. As famílias que residem nestas casas são oriundas de Muribeca dos Guararapes e do engenho Megaípe, as quais conseguiram se estabelecer no lugar. O agricultor Z. S. nos informou que atualmente nenhum morador do sítio sabe da sua formação inicial. A história que todos conhecem é que o primeiro proprietário do Cumbe já havia sido trabalhador do engenho, assim como foi o pai dele:

Meus pais viveram da agricultura. Eles eram daqui, e os pais deles também. Os meus avós tudo eram daqui. Meu era agricultor, mas também trabalhava no engenho, como eu também já trabalhei. Quando eles morreram eu fiquei com essa propriedade pra mim. Mas aqui é propriedade, temos todos os documentos. (Z. S., 52 anos, sítio Cumbe)

Segundo seus próprios moradores “esse entra e sai” de pessoas do Cumbe é algo ruim, visto que nem todos têm compromisso com o lugar. A família de seu Z. S., por exemplo, afirmou que jamais sairia do lugar ou venderia suas terras para as indústrias, a única exceção seria se uma pedreira se instalasse nas proximidades do sítio, pois em decorrência do barulho e da poluição teriam que sair. Contudo, outras famílias demonstraram ser mais maleáveis quanto a uma negociação, podendo sair do lugar contanto que continuassem morando em uma área que desse para plantar. Essa diversidade de atores sociais que moram no sítio Cumbe, não é percebida no sítio Boa Vista, cujo patrimônio pertence a uma só família.

Outra peculiaridade concernente ao sítio Cumbe é que ele representa a oportunidade de mobilidade social para os moradores do engenho Megaípe. Na impossibilidade de comprar algum terreno da usina ou do sítio Boa Vista, era comum ouvir nas conversas informais que a única alternativa viável para se comprar um pedaço de terra seria nesse sítio, em primeiro lugar por causa da oferta de terras disponíveis para venda, e, em segundo lugar por causa dos baixos preços dos terrenos do Cumbe, pelo fato desse sítio se localizar em uma região montanhosa.

A diversidade de situações presente em um mesmo território demonstra que o meio rural não é totalmente homogêneo, antes é um espaço operacionalizado a partir das percepções e necessidades de seus atores sociais. A lógica que move o agricultor é a busca pela terra e por condições que possibilitem a reprodução social de sua família.

Isso posto, passarei a demonstrar como as mudanças vivenciadas no município de Jaboaão dos Guararapes, precisamente no meio rural deste município, foram processadas a partir de um esforço político direcionado a um modelo de desenvolvimento econômico cuja prioridade recaí sobre atividades industriais e logística. Para alcançar este objetivo, a região rural de Jaboaão dos Guararapes tem sido alvo de constantes investimentos, públicos e privados, que contribuem para a intensificação desse processo.

1.3 As transformações das atividades agrícolas e o surgimento de Suape

Para compreender como um município, que até meados do século XX tinha sua economia baseada na cana de açúcar, modificou sua vocação econômica ao ponto das atividades agrícolas deixarem de ser as principais responsáveis pelo PIB da região e as

atividades não agrícolas emergirem como as principais atividades, se faz necessário entender a volatilidade da produção canavieira durante o século XX.

O processo de estagnação da monocultura da cana-de-açúcar, amparado na falta de mecanização e nas constantes crises do setor sucroalcooleiro, custou ao Nordeste a perda da liderança nacional para a região centro-sul. Esse cenário de crise da economia canavieira também foi sentido em Jaboatão dos Guararapes, através da falência dos engenhos, do fechamento e da desativação de algumas usinas. É nesse contexto que no final do século XX o município passa a diversificar suas atividades com o apoio, inicialmente, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Entretanto, foi a partir do pleno funcionamento do Complexo Industrial Portuário de Suape nas décadas de 1990 e 2000 que os municípios da Mata Sul e do Litoral Sul de Pernambuco passaram a contemplar no porto a oportunidade de solidificarem suas economias. O porto de Suape, sendo considerado um dos principais centros industrial e portuário do país, é o principal polo de crescimento de Pernambuco.

A capacidade que o complexo de Suape tem de atrair novos investimentos transformou economicamente os municípios do seu entorno, de modo que o estado de Pernambuco implantou um território estratégico com a finalidade de monitorar essa região. A criação do território tem por objetivo uma maior equidade na distribuição dos investimentos e um monitoramento constante sobre o meio ambiente, a fim de amenizar os impactos ambientais no território (SUAPE, 2012).

Inicialmente o território abrangia os cinco municípios do entorno de Suape, quais sejam: Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Moreno e Escada. Porém, visando uma ampliação que contemplasse os demais municípios influenciados diretamente pelo crescimento de Suape, o território se expandiu passando a atender os municípios de Ribeirão, Serinhaém e Rio Formoso em 2009. Com essa alteração o território passou a se chamar Território Ampliado de Suape.

Nesse sentido, a participação de Jaboatão dos Guararapes como membro do território estratégico de Suape foi de grande proveito para o município, pois além de aumentar a sua participação nos investimentos de Suape, o município conseguiu atrair várias empresas para se instalar em seus dois distritos industriais, como também no seu polo logístico, que hoje é um dos mais importantes de Pernambuco.

Frente a este quadro, um fator recente que tem intensificado as mudanças em curso em Jaboatão dos Guararapes é a implantação da primeira Zona de Processamento de Exportação de Pernambuco (ZPE) dentro do seu território, e a expansão do polo logístico do município. A presença desses empreendimentos na região demonstra que o município vivencia uma “nova” fase em sua economia, em que as atividades agrícolas passam distante do atual contexto. Vale salientar que tanto a ZPE, como o polo logístico estão instalados no entorno rural do município, atraindo boa parte de uma mão de obra rural que vê nesse tipo de atividade uma oportunidade de emprego e complementação da renda familiar.

1.3.1 Da cana para a indústria

Por um longo período de tempo o estado de Pernambuco, principalmente o Litoral e a Zona da Mata, teve proeminência na plantação da cana-de-açúcar em todo o país. Na esfera local, essa dominação foi percebida não apenas na economia, mas nas relações sociais que se estabeleceram na Zona da Mata, baseadas, sobretudo, no sistema de morada. Assim, o legado da cultura canavieira trouxe consigo uma forma de viver que até hoje é percebido no lugar da pesquisa, em que as relações interpessoais, a questão da terra e o trabalho no engenho/usina ocupam uma posição central no cotidiano dos atores sociais do campo.

Entretanto, por mais que a monocultura canavieira tenha trazido riqueza para Pernambuco, essa atividade não conseguiu resistir às rápidas mudanças vivenciadas no século XX, tendo em vista a fraca competitividade do setor na região Nordeste, em comparação ao “emergente” Sudeste.

As crises cíclicas que a produção canavieira sempre enfrentou no seu percurso, levou o governo brasileiro a criar em 1933 o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) como uma tentativa de intervir no setor, proteger à agroindústria, conceder subsídios para os produtores mais atingidos pelas oscilações do mercado, no caso o Norte e o Nordeste, além de organizar a exportação brasileira (BNDES, 2007).

Até meados da década de 1950, Pernambuco e Alagoas ainda se destacavam como os principais produtores de cana-de-açúcar do país. Porém, o processo de modernização da cana que ganhou força em torno dos anos 1960, não foi acompanhado pelos pernambucanos, fazendo com que não conseguissem competir com igualdade frente à região Sudeste (ANDRADE, 1989).

Cada vez mais a produção canavieira foi se concentrando na região Centro-Sul, tendo como principais fatores dessa transferência econômica de uma região para outra: as terras e clima que favoreciam o plantio no Centro-Sul do país, com melhores condições para a mecanização da produção; a baixa produtividade e baixa mecanização das terras de Pernambuco, em decorrência dos terrenos acidentados da Mata Sul e do litoral, e do desgaste do solo; e o domínio das terras nas mãos de uma elite latifundiária que tinha dificuldade em acompanhar os novos processos vigentes na produção canavieira.

Todos esses fatores acima mencionados colaboraram para que o setor canavieiro se inserisse em um contexto de crises contínuas que perduraria por todo o século XX (GARCIA; MUSSALEM, 2011). Em contra partida, com a finalidade de proteger a produção nordestina, o governo concedia subsídios aos produtores para que estes conseguissem modernizar seu parque açucareiro. Visando esse objetivo diversas ações foram implementadas com essa finalidade, dentre as quais se destaca o Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira (feito por meio do Decreto-Lei nº 1. 186 de 27 de agosto de 1971) e o de Apoio à Agroindústria Açucareira (Decreto-Lei nº 1. 226 de 26 de março de 1973). Esses programas tinham por objetivo modernizar o parque açucareiro de Pernambuco, minimizando as disparidades com o Centro-Sul do país (ANDRADE, 1989).

Porém, todos esses esforços governamentais não foram traduzidos em crescimento real da produção das usinas. Os dados sobre a produtividade da cana-de-açúcar nas décadas de 1970 e 1980 demonstram as dificuldades do setor em Pernambuco: nos anos de 1973-1974 a média da produção foi de 474.077 sacos de 70kg, e apesar de todo o investimento a safra de 1983-1984 quase não teve aumento, ficando com uma produção de 484.234 sacos de 50kg (ANDRADE, 1989).

Nesse contexto, a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1990 foi o estopim que desencadeou uma crise mais intensa por toda a década no setor sucroalcooleiro do Nordeste, e em especial de Pernambuco, já que este dependia totalmente das intervenções governamentais. A crise gerada pela extinção do IAA criou uma desregulamentação do setor que causou uma verdadeira retração na economia de Pernambuco. Como consequência da crise muitas usinas abriram falência ou foram assimiladas por processo de fusão, agravando o enfraquecimento da produção na região (BNDES, 2007).

Em Jaboatão dos Guararapes as principais responsáveis pela absorção da mão de obra rural no município eram as usinas de cana-de-açúcar, que também decretaram falência,

gerando uma grande evasão do seu meio rural. As usinas que pararam de funcionar foi a Usina Muribeca, Usina Jaboatão e Usina Bulhões, desativadas, respectivamente, nos anos de 1965, 1996 e 2010. A usina Muribeca fechou em decorrência das primeiras crises do século XX, já a Usina Jaboatão encerrou suas atividades no momento mais crítico da crise da década de 1990. Já a Usina Bulhões foi a última usina a ser desativada no município, e assim como as outras duas entrou em processo de falência.

Mesmo com uma relativa melhora na década de 2000 no setor da cana-de-açúcar em Pernambuco, o município de Jaboatão dos Guararapes manteve a baixa produtividade, e no ano de 2010 todas as usinas do município fecharam. Há ainda alguns engenhos em atividade na região, porém o processamento da cana-de-açúcar é feita nos municípios vizinhos.

Os dados do IBGE (2006) sobre a evolução da produção da cana-de-açúcar no município confirmam o declínio dessa cultura na região. No ano de 1990 a área colhida no município era de 12.000 hectares com uma produção de 540.000 toneladas, porém, o censo agropecuário do IBGE de 2006 apontou um declínio dessa cultura agrícola na região, registrando uma produção de apenas 47.272 toneladas. Esses dados atestam o processo de estagnação da cana-de-açúcar

A cana-de-açúcar, que outrora era fonte de riqueza e lucro, se transformou em uma limitação no avanço da industrialização de Pernambuco, e conseqüentemente de Jaboatão dos Guararapes. Com o objetivo de dinamizar a economia e de torná-la mais competitiva, o estado de Pernambuco, paralelamente à produção da cana-de-açúcar, começa a implantar na década de 1970 vários distritos industriais nos municípios da Região Metropolitana do Recife (RMR) por meio dos incentivos da SUDENE.

Diante disso, Jaboatão dos Guararapes também acompanha a implantação dos distritos industriais na RMR, recebendo dois distritos em seu território, dos quais, um ficou localizado na BR 101, região entre Prazeres e Muribeca dos Guararapes, e o outro nas margens da BR 232, entre o bairro de Cavaleiro e Curado.

A implantação de dois Distritos no mesmo município só foi possível por causa de sua proximidade com o Recife e da vasta quantidade de terras nas áreas rurais que foram disponibilizadas às empresas. Antes desses distritos as empresas existentes em Jaboatão dos Guararapes eram de pequeno porte, como uma fábrica de estopas, a fábrica Jaboatão que produzia alimentos processados, a fábrica de papel que era especializada em embrulho,

papelão, confete e serpentina para carnaval e a gráfica Jaboaão, inaugurada em 1957 (VELOSO, 1982).

A chegada dos distritos trouxe crescimento e dinamismo para a economia do município. Além disso, a própria população rural passou a buscar cada vez mais uma ocupação nas empresas que se instalaram no entorno das áreas rurais, visando melhores condições de vida para a sua família. Ver tabela abaixo sobre o crescimento das empresas em Jaboaão dos Guararapes:

Tabela 4 - Estatísticas do cadastro central de empresas de Jaboaão dos Guararapes/PE

Descrição	Ano	Valor	Unidade
Número de Unidades Locais	2006	6607	Unidade
Pessoal ocupado total	2006	78542	Pessoas
Número de Unidades Locais	2007	7114	Unidades
Pessoal ocupado total	2007	86089	Pessoas
Número de Unidades Locais	2008	7174	Unidades
Pessoal ocupado total	2008	91219	Pessoas
Número de Unidades Locais	2009	7524	Unidades
Pessoal ocupado total	2009	93581	Pessoas
Número de Unidades Locais	2010	8108	Unidades
Pessoal ocupado total	2010	98123	Pessoas

Fonte: IBGE, 2007, 2010, 2011, 2012.

O breve período analisado na tabela demonstra como o crescimento das empresas no município aconteceu de forma gradual nos últimos quatro anos, de sorte que entre 2006 e 2010 houve um crescimento de 1501 empresas a mais. Em contrapartida, conforme demonstrei no decorrer do texto, a cana-de-açúcar e as demais atividades agrícolas perderam espaço como atividades produtivas de destaque na região.

Dada às circunstâncias, a falta de trabalho no meio rural, ocasionado pelo fechamento das usinas e pela fraca agricultura desenvolvida em Jaboaão dos Guararapes, foi o principal motivo do deslocamento da mão de obra do campo para a cidade. Esse deslocamento não é definitivo (no sentido de um abandono das atividades agropecuárias), e se caracteriza pela busca do trabalho nas empresas do município com a finalidade de complementar a renda da família.

Vale ressaltar que os “empregos” que esses trabalhadores rurais conseguem geralmente não lhes dão todos *os direitos*¹⁹ garantidos por lei. De uma forma geral, são empregos precários, braçais, e sem garantias alguma. Contudo, mesmo com todas essas dificuldades a população rural, alvo de nossa pesquisa, afirmava que se submetia, e ainda se submete, a esses tipos de trabalho por causa da necessidade da família. Há uma frase que era continuamente pronunciada pelas famílias agricultoras que entrevistei e que são exemplares do que quero dizer: “viver só da lavoura não dá, é difícil. A gente tem que contar com outras coisas, a gente quer o melhor para os nossos filhos”.

1.3.2 Suape: surgimento e fetiche

“Meu filho trabalha em Suape”, é comum ouvir esta expressão no engenho Megaípe. Os agricultores não falam o nome da empresa que o filho trabalha, mas somente que ele trabalha em Suape. Trabalhar em Suape se tornou, em alguns casos, parte dos objetivos dos filhos dos agricultores que buscam uma independência financeira para construir uma nova família, ou mesmo para ajudar a sua família.

A busca por um trabalho no porto Suape é algo recente na região, pois anteriormente a procura por atividades fora do meio rural se limitava às empresas dos distritos industriais de Jaboatão dos Guararapes. A partir do momento que Suape se firmou como um complexo industrial e portuário começou a surgir demandas por mão de obra qualificada, e também com pouca qualificação. Foi justamente nesse momento que as pessoas com menos qualificação, oriundas do meio rural, conseguiram obter o tão almejado emprego em Suape.

A inserção dos trabalhadores rurais em Suape acontece de duas maneiras, em primeiro lugar, é possível ingressar por meio de um agenciador. Esse agenciador é quem convida os filhos dos agricultores e recolhe seus currículos para levar para as empresas do complexo de Suape, a fim de lhes conseguir um “bom” emprego. Em segundo lugar, é possível ingressar em Suape pelas indicações dos amigos que já trabalham lá. No nosso caso, a maioria dos filhos de agricultores que trabalham em Suape foram “agenciados” por uma pessoa do bairro de Muribeca dos Guararapes que se deslocou até o engenho para cadastrá-los e conseguir uma vaga no porto de Suape para eles.

¹⁹ Os moradores da região da pesquisa utilizam a palavra “direitos” para se referir ao emprego que assina a carteira de trabalho.

Esses trabalhadores de Suape são, em sua maioria, jovens que estão em busca de outras formas de viver, e que também precisam do dinheiro para ajudar a família. Eles possuem uma jornada dupla. Os que são solteiros além de trabalhar em Suape ajudam o pai no roçado da família durante os finais de semana. Já os que são casados, além de trabalhar em Suape, desenvolvem o trabalho do roçado nas horas vagas depois do trabalho, e nos finais de semana.

Isso ocorre, porque a atividade do roçado também possui um significado para as famílias agricultoras interlocutoras nessa pesquisa. Mesmo que o filho tenha ido trabalhar na indústria, ter um roçado é quase uma questão de identidade, é uma obrigação moral definidora daqueles que moram no engenho e sítios. O roçado é mais do que um trabalho, pois está ligado a um momento de solidariedade entre os amigos e muitas vezes até à diversão: “Na rua não tem diversão, é violento. Aqui eu pego minha enxada e vou me divertir limpando mato, é muito bom o roçado” (N. B. L., 57 anos, sítio Cumbe)

A combinação entre os tipos de atividades agrícolas e não agrícola, por mais que gere alguns conflitos no projeto de vida familiar são indispensáveis para a reprodução social das famílias. Por isso, cada vez mais esse tipo de combinação de atividades tem sido recorrente na região da pesquisa, ancorado, sobretudo, no crescimento vertiginoso do porto de Suape que atrai os olhares do meio rural.

O Complexo Industrial Portuário de Suape é formado por mais de cem empresas, responsáveis por 25 mil empregos diretos, além de outras 50 empresas em processo de instalação que gerarão mais 15 mil novos empregos (SUAPE, 2012). No ramo da construção civil há mais de 44 mil empregados. Dentre as principais empresas de Suape estão a Refinaria Abreu e Lima, a Petroquímica Suape e o Estaleiro Atlântico Sul, as três maiores geradoras de emprego (SUAPE, 2012).

O Complexo Industrial Portuário de Suape surgiu em 1978 a partir de uma iniciativa entre o setor privado e público com o objetivo de transformar a economia de Pernambuco, tornando-a mais competitiva no cenário nacional. Entre as décadas de 1950 e 1960 Pernambuco começou a perder o controle que exercia sobre a agroindústria canavieira no país, sua principal fonte econômica, entrando em uma situação de marasmo econômico. A este respeito os economistas Garcia e Mussalem (2011, p. 22) afirmaram que:

“O açúcar, principal produto pernambucano - que correspondia na época a 60% do da arrecadação do IVC, antecessor do ICMS – estava numa fase de

baixa e pensava-se numa outra atividade para a reabilitação econômica de Pernambuco. (...) A ideia dominante era salvar a agroindústria canavieira em franca queda no estado.”

Em contra partida, a região centro-sul se desenvolvia sobre a égide desenvolvimentista assumindo não somente o controle da industrialização no Brasil, como também o controle da produção canavieira. Tendo por certo que a agroindústria canavieira se encontrava em constante queda no estado, e insatisfeitos com esta situação, intelectuais e jovens empresários pernambucanos se mostraram de acordo com a construção de um porto industrial cuja missão fosse dinamizar a economia do estado.

Contudo, foi somente no ano de 1972 sob a liderança do Governador Eraldo Gueiros que o relatório da Fundação Estudos do Mar sobre a viabilidade da construção do porto industrial de Suape foi concluído e entregue ao governo de Pernambuco. O estudo, além de ser favorável à construção do porto, afirmou que a região de Suape possuía condições físicas e geográficas excelentes para a sua construção (GARCIA; MUSSALEM, 2011).

Destarte, Suape surgiu e se tornou uma realidade na sociedade pernambucana, se firmando ano após ano como o principal polo de crescimento, além de contribuir com o aumento do estado na participação do PIB nacional. No ano de 2010 o PIB de Pernambuco ficou em torno de 2,5 % do total nacional, com um valor de R\$ 95,2 bilhões, quase três vezes maior que o PIB de 2002 com um valor de R\$ 35 bilhões (VALOR, 2012).

Por conseguinte, o porto assume uma função de salvação da economia pernambucana elevando os ânimos do empresariado local. Com relação a isso, o economista Josué Mussalem (2011, p. 91) afirma que “haverá um estado de Pernambuco antes e outro depois da implantação e funcionamento do complexo de Suape”. Seguindo a mesma direção de Josué Mussalém, o consultor Francisco Cunha declara que “Suape é a jóia da coroa pernambucana [...]. Uma poupança do povo de Pernambuco feita por mais de 30 anos, sem interrupção e no lugar certo” (SUAPE 2012).

A visão otimista de Suape para a economia de Pernambuco se faz perceber nos diversos setores da sociedade, inclusive na região da pesquisa, que passa a ver no complexo como a oportunidade de melhoria nas condições de vida.

Suape está situado no Litoral Sul no município de Ipojuca, que por sua vez se insere na Região Metropolitana do Recife. O complexo portuário representa um contexto de mudança produtiva com uma área de influência sobre a região da Mata Sul, sobre a Região Metropolitana do Recife e por todo o estado, de forma que a paisagem da localidade que

abriga Suape, que há até então era dominada pela plantação canavieira, agora é dominada pela indústria.

As atividades produtivas do complexo estão centradas sobre uma base de indústria e de logística. Com um apelo inovador, Suape se estabelece como uma nova forma de se produzir nesse momento de transformações em Pernambuco. A chegada do estaleiro e da refinaria no estado, algo até então inédito, são, atualmente, os principais centros de captação de mão de obra da zona rural de Jaboatão dos Guararapes e da mata canavieira. E é entre o roçado, os canaviais e Suape, que a trajetória da população do engenho Megaípe vai se modificando e ressignificando a região da pesquisa.

A revista *Valor Econômico* publicou no ano de 2010 uma reportagem que menciona essa mudança na região da Mata Sul, na qual os cortadores de cana têm cada vez mais migrado para Suape. Em um dos casos analisados a reportagem cita a história do ex-cortador de cana Josenildo:

Ex-cortador de cana, acostumado a passar horas sob o escaldante sol que castiga os canaviais nordestinos, o pernambucano Josenildo Francisco da Silva, de 24 anos, deixou o campo e agora "sua a camisa" em um emprego urbano [...] no Complexo Portuário de Suape. (VALOR, 2010)

O caso de Josenildo não é algo isolado, mas uma realidade do que tem acontecido entre os trabalhadores rurais. A inserção de trabalhadores do meio rural em Suape não se resume apenas aos que são oriundos da zona da mata, mas também aos que procedem de Jaboatão dos Guararapes e de outras cidades de Pernambuco.

Contudo, no caso das famílias agricultoras do bairro de Muribeca dos Guararapes a procura das famílias pelas atividades não agrícolas não ocorre somente em Suape, mas também nas empresas e indústrias do entorno rural de Muribeca dos Guararapes. Porém, quero ressaltar que a busca do trabalho em Suape é um fenômeno recente.

Essas mudanças em Jaboatão dos Guararapes indicam que seu meio rural há tempos tem vivenciado transformações nas suas atividades produtivas, sem, contudo, sinalizar na dissolução do rural pelo avanço da racionalidade urbana. Seguindo essa constatação, Carneiro (2012) e Silva (1999) foram responsáveis por análises que também demonstravam que, a presença de novas atividades no campo não apontava para o fim do rural, mas para o surgimento de outros significados para se entender a região.

Por mais que essas transformações em curso no meio rural não resultem em uma padronização da cidade sobre o campo, a partir das entrevistas constatei que a maior

aproximação entre esses dois espaços tem alterado a percepção sobre a trajetória de vida dos moradores do engenho Megaípe, sítio Cumbe e Boa Vista.

1.3.3 O rural não agrícola de Jaboatão dos Guararapes: as incertezas em uma região de mudanças

A utilização das atividades não agrícolas pelos atores sociais do meio rural com o objetivo de assegurar a sua permanência no lugar de vida tem sido um fenômeno evidenciado no Brasil e no Mundo, e particularmente no Engenho Megaípe e nos seus sítios.

Essa pluralidade de situações presentes no meio rural parecem se mostrar de forma mais evidente em regiões na qual a agricultura não consegue ser competitiva o bastante para proporcionar a reprodução social das famílias. É nesse contexto que a pluriatividade emerge como um mecanismo que possibilita a fixação no mundo rural.

Nesse sentido, as atividades plurais se caracterizam, sobretudo, pelo entendimento do espaço rural para além da agricultura (SCHNEIDER, 2006; SILVA 1999). A ideia de um meio rural isolado e que depende apenas das atividades agropecuárias é, por certo, equivocada. Cada vez mais o meio rural tem se caracterizado por atividades agrícolas e não agrícolas.

Essas atividades podem ocorrer dentro do próprio espaço rural ou fora dele. No caso do Engenho Megaípe, do sítio Cumbe e do sítio Boa Vista as atividades implicam na procura por empregos fora do estabelecimento agrícola, no distrito industrial de Jaboatão dos Guararapes e no Complexo Industrial Portuário de Suape, conforme analisei no decorrer do capítulo.

Contudo, o avanço dos empreendimentos sobre as áreas rurais, principalmente na região do engenho Megaípe, tem causado certa instabilidade com relação à permanência da população rural no seu lugar de vida. Isso porque parte das terras do engenho, que era de propriedade da usina Bom Jesus, foi vendida para a implantação de empresas do polo logístico de Jaboatão dos Guararapes e para a construção da primeira Zona de processamento de exportação de Pernambuco (CASTILHO, 2010).

As transformações em curso no meio rural são percebidas pela população, a partir de dois aspectos, um positivo e o outro negativo. Positivo porque tem oferecido emprego para os seus filhos, já que no campo não há serviço para todos, e negativo porque eles temem que

essas mudanças cheguem ao território que moram e “roubem a sua paz”, ou pior ainda, que os tirem do lugar em que vivem há tanto tempo.

O aceleração das atividades industriais em Jabotão dos Guararapes se configurou a partir de um projeto de desenvolvimento da cidade que entrou em vigor a partir das crises do setor sucroalcooleiro no começo do século XX. Nesse sentido houve um esforço na direção de “modernizar” a base produtiva do município, em que as atividades agrícolas perderiam espaço para as atividades industriais.

Entretanto, vale ressaltar que até meados da década 1990, período em que ainda havia uma intensa produção canavieira na região, as atividades agrícolas conseguiam ter espaço de “destaque”. Isso ocorria por causa de dois fatores: maior “oferta de terras” para plantar, e “maior quantitativo” de trabalhador rural no campo. Chegamos aqui a um ponto interessante e que está relacionado com a ligação estabelecida entre a estrutura da monocultura canavieira e o funcionamento das atividades agrícolas do meio rural de Jabotão dos Guararapes. Por mais que a atividade canavieira fosse centralizadora de terras e de mão de obra, ela era montada em cima de uma estrutura que mantinha viva o meio rural do município.

Isso implica dizer que as atividades agrícolas de Jabotão dos Guararapes se desenvolveram na proporção em que a cana-de-açúcar avançava na região. A imensa extensão de terras despendida na plantação dos canaviais demandava uma grande quantidade de trabalhadores rurais.

Ao chegar para trabalhar no engenho e nas usinas esses trabalhadores rurais, que também eram agricultores, eram inseridos em um sistema de trabalho que compreendia a morada e o canavial. Ou seja, além de trabalhar também moravam nas terras do açúcar, em casas simples construídas pelos próprios donos de engenhos e usineiros. Cada agricultor, juntamente com sua família, também recebia uma porção de terra para plantar e desenvolver uma criação de pequenos animais.

Esse *modus operandi* do funcionamento da produção agrícola em Jabotão dos Guararapes é exercido há muito tempo na região. A partir do momento que esse “agricultor + trabalhador rural + morador de engenho” conseguia certa autonomia, adquirida por um bom desempenho das atividades agrícolas ou pelo trabalho dos filhos fora do meio rural, tratava logo de comprar, quando disponível, algum pedaço de terra para fundar seu próprio sítio e deixá-lo de herança para seus descendentes.

Por mais que o sistema canavieiro, baseado na grande propriedade e em um contingente de mão de obra, provocasse sérios problemas para a diversificação da agricultura e para o acesso definitivo à titulação da terra pelos agricultores, ele foi “responsável” pelo surgimento de uma agricultura no município. Essa problemática foi a base do meio rural de Jabotão dos Guararapes, na qual a agricultura sempre esteve à sombra da cana-de-açúcar.

Com o desmantelamento das atividades canavieiras, a política de desenvolvimento exercida no município não se preocupou com as necessidades dos agricultores presentes em seu território, antes se concentrou na criação de distritos industriais e logísticos, visando à transformação econômica do município.

A fragilidade do meio rural de Jabotão dos Guararapes advém de uma característica marcante que também fomentou o seu surgimento, qual seja, a concentração de terras. No caso em tela, essa concentração, que delimitou a posse da terra nas mãos de poucas famílias, é a principal responsável pelo atual “sentimento” de instabilidade vivenciado pelos agricultores que moram em Megaípe, pois quem mora no engenho não possui a titulação da terra.

A proximidade do engenho Megaípe da BR 101 e do município do Cabo de Santo Agostinho são os principais motivos que levam as indústrias a instalar nos seus limites. Além disso, a recente compra de uma grande quantidade de terras feita pela empresa Moura Dubeux junto à usina Bom Jesus na região de Megaípe, tem deixado sua população apreensiva. Esse fato tem intensificado os processos de transformações no meio rural de Megaípe e forçado seus moradores a questionarem sobre o seu futuro no território.

O mega projeto chamado Cone Suape da empresa do ramo imobiliário e de infraestrutura Moura Dubeux, que está em fase de implantação, será desenvolvido em um conjunto de terrenos com 15,5 mil hectares que pertenciam a Usina Bom Jesus e se localizam entre o engenho Megaípe, limite de Jabotão dos Guararapes, e Cabo de Santo Agostinho. O Cone Suape, com data prevista de operacionalização para o segundo semestre de 2013, abrigará um conglomerado de indústrias e empresas de logística, 2 hotéis, 2 prédios empresariais, centros de convenções e eventos, universidades, policlínicas, restaurantes e shopping, uma cidade planejada, além de abrigar a primeira Zona de Processamento de Exportação de Pernambuco (ZPE)²⁰, chamada ZPE Suape (CONE, 2012)

²⁰ O objetivo da ZPE Suape é atrair empresas voltadas para a exportação. Estas empresas devem ter no mínimo 80% de sua produção direcionada para a exportação sem a cobrança de nenhum tipo de imposto pelo Estado brasileiro. Somente 20% da produção pode se voltar para o mercado interno, mas sem a isenção de impostos (CLÍMACO, 2009).

A concretização de todos esses projetos no meio rural de Jabotão dos Guararapes trará impactos sobre a vida dos agricultores e das famílias que há tempos se estabeleceram na região. Nesse sentido, o rural deve ser assimilado como um espaço diferenciado, mas também com uma identidade vivenciada por seus moradores. Na medida em que a paisagem do rural vai mudando, sua população não deixa de existir, antes procura novas formas de reproduzir seu modo de viver.

No engenho Megaípe, sítio Cumbe e Boa Vista, ficou evidente que apesar da “atratividade” da cidade, e do constrangimento do urbano sobre o rural, sua população sempre se refere à cidade como o lugar de buscar “o dinheiro”, ou “o hospital”, ou, ainda, como o lugar de “fazer compras”, já o campo é retratado como o lugar da morada, da paz, da tranquilidade, da família, da vizinhança, das festas religiosas e também o lugar do roçado. Para a maioria da população rural pesquisada não existe um interesse em deixar o campo, mesmo com todas essas mudanças que avançam na região.

Assim, por mais que as transformações em curso no meio rural de Jabotão dos Guararapes tenham ressignificado o seu espaço ou, ainda, que force a saída dos moradores para uma área mais distante desses empreendimentos, essas mudanças não tem como inferir em uma aniquilação do rural. O rural continuará a existir com todas as suas singularidades, mesmo sob o avanço do “progresso”. Nesse sentido, vários estudos sobre o meio rural e sobre as formas de ruralidades contemporâneas têm apontado que o meio rural tende a continuar a existir de variadas formas, apesar das transformações gestadas em seu espaço.

Como exemplo há o estudo feito por Pires (2007), na qual ele mostra que o processo de transformação econômica de Vinhedo-SP, impulsionado pelo surgimento de condomínios residenciais, trouxe para as áreas agrícolas novos atores sociais que passaram a conviver no mesmo lugar com a população rural existente, ainda que cada um tivesse suas próprias percepções sobre o território. Outro exemplo é evidenciado nos trabalhos dos orientandos da pesquisadora Maria José Carneiro (2012), em que há um esforço em demonstrar como o meio rural e urbano vão se diferenciando e dialogando na serra do Rio de Janeiro e em outros estados do país, a partir da perspectiva de compreender o rural contemporâneo sob a ótica das atividades agrícolas e não agrícolas.

Diante do exposto, no próximo capítulo proponho uma discussão conceitual que evidencia as novas ruralidades presentes no espaço rural, concedendo primazia ao entendimento do rural sob uma perspectiva cultural, na qual a categoria é interpretada para além de um viés econômico, mas sob uma ótica em que o rural é, antes de tudo, um modo de vida.

Essa percepção sobre o meio rural nos faz compreender porque mesmo diante de situações adversas no campo, ou diante das mudanças desencadeadas em seu interior, esse espaço continua vivo demonstrando uma capacidade de adaptação que poderia passar despercebido aos mais desavisados.

Os processos vigentes no meio rural brasileiro indicam que o rural ao mesmo tempo em que “mudou”, continua o mesmo. Essa mudança tem muito mais haver com uma busca por outras atividades que assegure as necessidades das famílias, do que com uma ruptura do *modo de viver* no campo.

Nesse sentido, as novas ruralidades não são tão novas assim, mas se expressam com ares de novidade, pois várias pesquisas têm demonstrado que questões como atividades não agrícolas, migração, dentre outras, são acionadas há um bom tempo por essas populações. A novidade talvez esteja na intensidade com que essas estratégias vêm sendo utilizadas no meio rural contemporâneo. É o que veremos a seguir.

Capítulo II

A categoria ruralidade: articulando o rural e o urbano na contemporaneidade

O futuro da sociologia rural depende do futuro das populações rurais
(MARTINS, 2000, p.10)

Refletir sobre os problemas sociais requer do pesquisador um esforço de abstração que o capacite na problematização das questões que envolvem os objetivos da pesquisa. De fato, um dos primeiros passos da pesquisa se efetua na escolha de correntes teóricas que ofereçam ao pesquisador ferramentas conceituais para pensar – criticamente - acerca do objeto de investigação.

Não seria diferente com a temática proposta nessa pesquisa, de sorte que, no decorrer da apropriação do “rural” enquanto campo de estudo sociológico me deparei com diversas matrizes de pensamentos que apresentavam uma chave de análise voltada à compreensão das diversas formas de ruralidades contemporâneas.

Porém, partindo do pressuposto de entender a presença rural em uma região urbanizada, como é Jaboaão dos Guararapes, optei pela escolha do entendimento do meio rural por um viés não apenas territorial, mas, sobretudo simbólico e cultural.

Para iniciar o debate, não quero me apropriar de aplicações conceituais vazias e generalizantes como receitas prontas que se prestam a analisar e explicar um todo, quando na verdade encobrem as singularidades. Entendo que “se os conceitos não resistem à realidade, não passam de abstrações” (SENNETT, 2008), pois, os conceitos devem instrumentalizar o pesquisador na realização da pesquisa. Tendo em vista a objetividade com que os conceitos devem ser operacionalizados, compreendo que a ruralidade ganha sentido ao ser definida enquanto termo que abrange as diversidades do meio rural.

Em um mundo em que “tudo que é sólido se desmancha no ar” a permanência de uma categoria social que no decorrer de sua existência foi constantemente ameaçada por mudanças de toda ordem é, no mínimo, merecedora de uma inquietação sociológica. Por conseguinte, pretendo analisar como o modo de vida rural tem se metamorfoseado diante dos processos de

desenvolvimento em um determinado espaço, a partir de uma releitura de diversos autores que tem se dedicado as pesquisas sobre rural e as ruralidades.

De maneira geral a análise aqui proposta busca compreender a complexidade das sociedades contemporâneas, partindo do pressuposto de que o entendimento do meio rural e urbano como espaços opostos não dá conta da diversidade de situações presentes nesses territórios. Nesse sentido, é correto afirmar que o meio rural assume novas questões, e cada vez mais passa a atrair para o seu território diversos tipos de trabalho, atores sociais e empreendimentos.

O meio rural não pode mais ser identificado apenas como o lugar das atividades agrícolas, ou como o lugar do atraso fadado ao desaparecimento. Isso porque, a proximidade das regiões rurais dos grandes centros urbanos não fez esse espaço desaparecer, antes trouxe novos arranjos e situações para o seu interior, contrariando, assim, alguns posicionamentos de pensadores marxistas ortodoxos que não compreendiam o destino do campesinato nas sociedades industriais. Nesse sentido, Abramovay (2007, p. 23) afirma que:

Sob o ângulo marxista o camponês só pode ser definido pela tragédia de seu destino social: ele será fatalmente extinto pela própria dinâmica da diferenciação entre os produtores (Lênin) bem como será incapaz de resistir à concorrência das grandes empresas (Kautsky).

No final do século XIX as discussões sobre o meio rural giravam em torno da existência do campesinato e do seu destino na sociedade industrial, contudo, no século XX a questão se ampliou e passou a abranger outras variáveis ligadas às formas de ruralidades contemporâneas, como agricultura familiar, mecanização do campo e desenvolvimento rural.

Nesse contexto, boa parte dos questionamentos vigentes no século XIX foram postos em pauta pelos clássicos marxistas da questão agrária, por um lado, e por pensadores como Chayanov, do outro lado. Os primeiros acreditavam na extinção do campesinato diante das transformações fomentadas pelo avanço do capitalismo. Chayanov, porém, acreditava na permanência de um campesinato de base familiar apesar das situações adversas. (ABRAMOVAY, 2007)

Ao trazer o debate à tona, Abramovay deixa claro que a análise dos clássicos marxistas sobre o desaparecimento do campesinato não deve ser encarado como uma afirmação universal e válida para todas as interpretações sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo. Pois, tanto Lênin quanto Kautsky são homens do seu tempo, e refletem

o momento em que viveram (ABRAMOVAY, 2007). Isso posto, Abramovay também salienta que nunca existiu uma questão agrária formulada por Marx, e, nesse sentido, se torna um equívoco formular algum tipo de análise agrária baseada nas ideias de Marx. Ainda sobre esse assunto Abramovay (2007, p. 47) salienta que,

(...) O único problema agrário passível de existência em *O Capital* é exatamente aquele sobre o qual os clássicos da questão agrária posteriores a Marx praticamente nada tiveram a dizer: a formação da renda fundiária e sua apropriação por uma classe cuja existência justifica-se no plano teórico pelo monopólio exercido sobre um elemento produtivo que, por definição, não entra no circuito de reprodução da mercadoria. Assim como não se pode deduzir daí nenhum desprezo da parte de Marx pelos camponeses, é em vão que se buscarão em seus textos os fundamentos teóricos da atitude dos partidos operários do final do século XIX (...) com relação ao campesinato.

Assim, para elucidar o problema da continuidade do campesinato na sociedade contemporânea – diante do fato de que os clássicos marxistas pouco contribuíram com um debate que evidenciasse a permanência dessa categoria - Abramovay recorre aos estudos de Chayanov e Tepicht como forma de demonstrar a existência e permanência camponesa na sociedade, ainda que, esta categoria passe por transformações em seu interior. É nesse sentido que Abramovay (2007, p. 66) afirma que “as mudanças sofridas pela produção familiar na agricultura de hoje são tão profundas que (...) não permitiram que as características centrais da produção camponesa permanecessem”.

Dessa forma Abramovay distingue o camponês - aquele que possui uma relação parcial em mercados incompletos - do agricultor familiar - aquele que é altamente integrado ao mercado - afirmando que ainda que ambos tenham um embasamento familiar, divergem, porém, na forma de relação estabelecida com o mercado.

O posicionamento de Abramovay em distinguir o camponês do agricultor familiar abre as possibilidades para compreender como a questão agrária é tão plural ao envolver uma variedade de situações, e, além disso, nos permite enxergar que o meio rural não está à margem das transformações fomentadas pelo desenvolvimento do capitalismo.

Outro pesquisador que também analisou o meio rural brasileiro foi José Eli da Veiga (2001). Assim como Abramovay, Veiga propõe que a intensificação da urbanização, bem como, o avanço da industrialização, não indicava o fim do rural. Ele também apontou que

muito do que se afirmou sobre o fim do rural no Brasil não passou de mitos infundados que almejavam a completa urbanização do país, pautados em argumentos vazios e abstratos.

Segundo Veiga (2001), o futuro das populações rurais estaria assegurado independente dos estudos que afirmavam haver uma urbanização e esvaziamento do campo, pois sua sobrevivência não depende, apenas, da sua relação com a cidade, mas da própria diversificação de sua economia local.

E, nesse sentido, tanto Abramovay como Veiga, concordam com a permanência do rural apesar das mudanças em vigor, que como vimos, ocorrem em decorrência das transformações da sociedade contemporânea.

Esse novo rural, ou melhor, esse rural que abriga tantas mudanças pode ser entendido como um espaço com diversas formas de ruralidades. Nas sociedades modernas urbano-industriais a ruralidade assume outros sentidos e significados, passando a revelar a existência de um mundo rural vivo e com alta capacidade de adaptação frente aos novos processos em curso.

Sob este aspecto, o rural pode ser compreendido não como uma estrutura fechada e anacrônica, mas como um espaço dinâmico e de conflitos, no qual seus indivíduos possuem um modo de vida específico; um espaço singular e ao mesmo tempo plural. Em uma palavra, um espaço de transformações (WANDERLEY, 2009).

Assim, posso afirmar que se o meio rural conseguiu sobreviver, com seu modo de produção familiar, às seduições homogeneizantes e mercadorizantes do capital, não é porque sua população é isolada ou atrasada, mas porque existe uma lógica de funcionamento das regiões rurais que não pode ser reduzida à dinâmica exclusiva da economia capitalista. Para além dos fatores econômicos, há questões culturais, sociais e subjetivas que conduzem os sujeitos que vivem nestes espaços na orientação de suas escolhas e na luta por permanecer no seu lugar de vida.

O aprofundamento teórico sobre o gerenciamento do espaço rural visa demonstrar que o processo de intensificação da globalização não resultou numa completa urbanização do campo, muito menos na anulação de suas especificidades. Porém, todas essas mudanças sociais trouxeram consigo novas questões para o campo e para a cidade forçando os atores sociais, inseridos nesses espaços, a buscarem alternativas que possibilitem a continuidade de suas famílias.

J. Tereza
b
72

Ao detectar as novas trajetórias de inserção do homem do campo em atividades produtivas de caráter heterogêneo, ou mesmo, a diversidade de atores sociais e indústrias que se inserem em seu território rural, é possível afirmar que nos encontramos em um momento que a pesquisa científica, mais do que em qualquer outro período, se faz necessária para compreensão desses novos arranjos e processos sociais.

Em face disto, o objetivo do presente capítulo da dissertação busca, em um primeiro momento, discutir como a sociologia vem analisando a ruralidade enquanto fenômeno recente da sociedade contemporânea. Para, em um segundo momento, nos servir de instrumento metodológico no processo de análise dos dados empíricos da pesquisa de campo.

O capítulo está dividido em três tópicos que buscam refletir sobre a construção da ruralidade a partir de diferentes ângulos que possibilitem compreender as transformações e as novas dinâmicas em curso no mundo rural. No primeiro tópico faço um diálogo com o conceito de desenvolvimento e como ele vem se construindo como elemento para legitimação de determinadas ações na sociedade brasileira, particularmente em Pernambuco.

Posteriormente busco problematizar o lugar do rural no debate contemporâneo, evidenciando as formas de ruralidades presentes. Procuro adentrar, ainda, no debate sobre a pluriatividade enquanto estratégia que viabiliza a permanência no meio rural.

2.1 O desenvolvimento econômico e as transformações no meio rural

Conforme descrevi no início desse capítulo, o meio rural juntamente com seus atores sociais – dentre os quais destaco o camponês e o agricultor familiar – continuam a existir, porém, com mudanças significativas em seu espaço. Essas mudanças são engendradas, sobretudo pelo desenvolvimento do capitalismo (ABRAMOVAY, 2007; VEIGA, 2001).

Destarte, inicio o texto com uma breve discussão do que tem sido denominado desenvolvimento econômico na modernidade. Nesses termos, faço uma análise sucinta sobre como o desenvolvimento econômico se impõe de uma maneira que objetiva anular as formas de organização social que vão de encontro à lógica do grande capital. Depois, mostro como as mudanças provocadas pelo modelo de desenvolvimento nos moldes urbano-industrial ressignificaram o próprio espaço rural.

A expansão capitalista ocorreu ancorada nos desígnios do desenvolvimento econômico, no qual não se aceita divergências nem concorrências. Posto isto, saliento a autenticidade da fala de Gustavo Lins Ribeiro (2008, p. 109) ao discorrer que “Inspirado pelo

conhecido argumento de Durkheim segundo o qual religião é a sociedade adorando a si própria, entendendo desenvolvimento como a expansão econômica adorando a si mesma”. Constatase, portanto, que a própria noção de desenvolvimento é forjada pelos anseios do capital, na qual as barreiras dos espaços locais são rompidas e ignoradas.

Na tentativa de entender essas transformações, alguns autores do âmbito das ciências econômicas e sociais nos ajudaram a compreender como esses processos de rupturas interferiram em todas as esferas sociais. Comumente o desenvolvimento está associado ao progresso social e econômico, e de maneira mais recente ao bem estar social, porém, independente das concepções sobre o desenvolvimento, o que nos interessa na pesquisa é justamente perceber sua relação direta com as transformações vivenciadas no mundo rural.

Nesses termos, no início século XX, o economista Schumpeter (1997) destaca-se por imbuir-se da tarefa de percorrer em seu livro *“Teoria do desenvolvimento econômico”* sobre os desdobramentos do desenvolvimento econômico. Ele entendia por desenvolvimento “apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa” (SCHUMPETER, 1997, p. 74), ou seja, o desenvolvimento era caracterizado como um desdobramento das mudanças de paradigmas do próprio capital.

Deste modo, o desenvolvimento era encarado como um processo que decorria das próprias transformações econômicas, advindas das contínuas mudanças na história da humanidade, porém isso não significava que o desenvolvimento era ocasionado por fatores puramente econômicos. Schumpeter traz à luz as dimensões sociais e econômicas do desenvolvimento, concedendo uma visão dinâmica aos processos sociais, na qual o progresso econômico está vinculado à sua capacidade de inovar e se transformar.

É movido pelo ímpeto de analisar a formação e os rumos do desenvolvimento capitalista que Schumpeter se esforça por lançar explicações sobre esse fenômeno. Porém, parte significativa dessas análises ficou centrada apenas em um debate econômico que não contemplava as necessidades humanas.

Esse entendimento inicial do desenvolvimento como um fenômeno ligado sobretudo a questão econômica trouxe implicações ao meio rural. Pois, as populações rurais sempre foram constantemente ameaçadas pelo avanço do “progresso urbano” que pleiteava como desfecho desse entrave o triunfo da cidade sobre o campo.

É nesse sentido que Abramovay (2007, p. 43) afirma que “o desenvolvimento do capitalismo nada mais é que a submissão de todas as esferas da vida social a esta condição atomizada”, na qual todas as coisas passam a ser avaliadas a partir do lucro.

Para além das limitações que a visão unicamente economicista do processo de desenvolvimento carrega, em um debate mais contemporâneo Amartya Sen (2010) propõe uma compreensão mais abrangente do termo que envolva, também, as questões de ordem sociais e democráticas. Na sua percepção salienta a necessidade da garantia, por parte do Estado, das liberdades substantivas dos indivíduos. Nesse caso, o desenvolvimento para ele não seria um processo inerente da acumulação do próprio capital, mas um mecanismo que possibilitasse uma distribuição mais igualitária da riqueza gerada nas sociedades capitalistas.

O enfoque concedido por Sen na construção de um novo parâmetro para o desenvolvimento coloca como a questão do dia a desconstrução do conceito em vigor, e a construção de um novo olhar sobre o tema, na qual o desenvolvimento passa a ser postulado como um processo de múltiplas faces que vai além do fator econômico englobando aspectos sociais, culturais, direitos civis e saúde. Ou seja, o ser humano na sua totalidade torna-se o objetivo do desenvolvimento, e não os desempenhos econômicos: “O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercerem ponderadamente sua condição de agente.” (SEN, 2010, p. 10).

As incongruências geradas pelo desenvolvimento capitalista aumentou o fosso entre as camadas sociais, renegando às populações de maior vulnerabilidade social, no caso o meio rural, ao abandono. Foi em nome da modernidade que o “desenvolvimento” econômico inseriu-se no “frágil” meio rural brasileiro por meio das máquinas, fazendo surgir arestas em um espaço que sempre se viu acossado por ameaças externas e internas.

Para Sen, superar essas questões era a principal função do desenvolvimento. Porém, sem mostrar as contradições inerentes ao próprio desenvolvimento do capitalismo, e os sentidos de sua existência como fez Karl Marx (1983), o autor se ocupa por demonstrar que a noção de desenvolvimento deveria tomar outro rumo, atenuando, assim, as consequências que o equívoco desenvolvimento capitalista-econômico trouxe ao mundo:

Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele. [...] O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. (SEN, 2010, p. 28)

No Brasil o enfoque sobre desenvolvimento assume uma proposta de abrangência macro e micro, na qual a sociedade é analisada por um viés geral sem com isso se excluir as questões das especificidades locais do debate. Nesses termos, Celso Furtado firmou-se enquanto um crítico da forma como as ações voltadas para impulsionar o desenvolvimento foram implementadas no país mais parecendo fórmulas copiadas dos países centrais, desconsiderando as reais necessidades e características internas (FURTADO, 1974).

A maior contribuição de Furtado para as gerações futuras foi questionar as consequências do tipo de desenvolvimento em voga no Brasil: um desenvolvimento que não desenvolvia, mas ao contrário, reproduzia as classes, as desigualdades no meio rural e a dependência brasileira com os países centrais.

Celso Furtado propunha que o desenvolvimento deveria apontar “não simplesmente a modernização das formas técnicas de produção e do padrão de acumulação, mas sim o desenvolvimento das próprias relações sociais [...]” (COMIM, 2001 apud SÁ, 2009). A capacidade de reflexão de Furtado caminha, nesse sentido, na mesma direção de Amartya Sen ao propor uma noção de desenvolvimento que contemple as reais necessidades dos atores sociais e não apenas o crescimento econômico.

A perspectiva do entendimento do desenvolvimento com um viés que perpassa as questões sociais e locais abre espaço para se pensar o rural como uma região passível de ser desenvolvida, mesmo com vocações distintas da sociedade urbano-industrial. O mundo rural por muito tempo foi encarado como uma sociedade à parte, na qual a compreensão de desenvolvimento, que seguia a lógica das sociedades urbanas, se pautava no modelo produtivista ancorado na modernização da agricultura.

O lugar do rural no mundo era visto de forma distorcida e encarado como “um mal necessário” que servia para suprir a necessidade de alimento das populações urbanas, além de abastecer as fábricas com matérias primas. Esse quadro denota que o desenvolvimento econômico capitalista preteria uma transformação do mundo rural aos moldes da sociedade urbana, sem respeito as suas especificidades espaciais e modo de vida. É nesse cenário que Carneiro compreende que,

Ainda que os efeitos da expansão da “racionalidade urbana” sobre o campo, provocada pela generalização da lógica do processo de trabalho e da produção capitalista intensificados pelos mecanismos da globalização, não

possam, de forma alguma, ser tratados com negligência, é precipitado concluir que tal processo resultaria na dissolução do agrário, e na tendência à transformação uniformizadora das condições de vida no campo. (CARNEIRO, 1997, p. 54)

Assim como foi postulado por Abramovay (2007), Carneiro sinaliza que a expansão da racionalidade urbana não implicaria no aniquilamento do rural. Concordando com ambos, compreendo que por mais que o processo de desenvolvimento – neste caso fala-se de desenvolvimento econômico – postule a paridade entre o campo e a cidade, a sobrevivência do modo de vida rural aponta para a capacidade dessas regiões de vivenciar novos arranjos e novas formas de se desenvolver que não implicaria numa homogeneização dos espaços, tampouco em um aniquilamento, mas numa singularidade de situações.

É nestes termos que Nazareth Wanderley (2001) propõe um novo olhar sobre a questão. Para ela é inconcebível pensar em desenvolvimento sem a construção de um diálogo com as especificidades espaciais. Assim, o desenvolvimento local no território rural não implicaria no seu desaparecimento ou eventual urbanização, mas possibilitaria a ressignificação do seu espaço ao conceder enfoque a outros tipos de atividades de natureza não agrícola, mas de outras sociabilidades que são atualizadas pelos próprios atores:

Se a vida local é o resultado do encontro entre o rural e o urbano, o desenvolvimento local, entendido como o processo de valorização do potencial econômico, social e cultural da sociedade local, não pode supor o fim do rural. Neste sentido, é importante precisar que o desenvolvimento local será tanto mais abrangente e eficaz quanto for capaz de incorporar e valorizar o potencial de forças sociais para o desenvolvimento presentes no meio rural local, isto é, incorporar o próprio desenvolvimento rural. (WANDERLEY, 2001, p. 34)

O debate do local põe em evidência o território²¹ e as potencialidades dos atores sociais como parte integrante da noção de desenvolvimento, contrariando as questões de ordem mais econômicas. Faz-se necessário ressaltar que a vida social acontece no território, e

²¹ O território pode ser compreendido como uma localidade que não se restringe a um espaço delimitado geograficamente, mas que é formado por uma diversidade de experiências de seus atores sociais, a partir das suas manifestações culturais. Nesses termos, Carneiro (2012, p. 41) sustenta que o território é “a base sobre a qual diferentes culturas locais elaboram [...] a interação entre as representações do rural e do urbano. Nesse contexto, as categorias rural e urbano não designam espaços ou propriedades empiricamente observadas, mas representações sociais.”

é inserido nesse espaço que os agentes desenvolvem estratégias e exercem poder de decidir sobre as questões que influenciarão o curso de suas vidas.

O percurso feito através do debate sobre o desenvolvimento nos ajuda a compreender que por mais que o avanço do capitalismo não tenha conseguido fazer desaparecer o modo de vida rural, contudo, intensificou as transformações do campo, representadas, principalmente, pela presença de atividades não agrícolas e por mudanças em sua paisagem.

Em Pernambuco, por exemplo, é perceptível que os municípios que se concentram na região do Território Estratégico de Suape – municípios estes, inclusive Jaboatão dos Guararapes, que possuíam forte tradição nas atividades agrícolas - estão perdendo cada vez mais espaço para as indústrias que se instalam em sua localidade, constringendo os trabalhadores rurais a viverem em áreas menores para o plantio.

Outra implicação deste processo está relacionado às mudanças nas trajetórias e inserções produtivas das famílias agricultoras, no qual a cidade tornou-se, em certa medida, um amparo para o meio rural de Jaboatão dos Guararapes, haja vista a escassez de trabalho agrícola nessa localidade. Esse processo parece se disseminar nos lugares que se encontram em regiões de disputa (CARNEIRO, 2012).

O que tem acontecido no meio rural de Jaboatão dos Guararapes decorre de um processo maior que envolve a própria mudança na estrutura econômica Pernambuco, que, como vimos no capítulo primeiro, deixou de ser um estado baseado na economia da agroindústria, para se tornar um estado de economia industrial.

Nesse sentido, o município de Jaboatão dos Guararapes, que tinha na cana-de-açúcar e na agricultura suas principais fontes de crescimento econômico, se insere nessa situação de crise e passa por uma reestruturação das suas atividades produtivas. A localidade estudada, que foi diretamente afetada pelas mudanças que o estado enfrentou, também passou a vivenciar um processo de intensa urbanização e industrialização.

Sob esta perspectiva o meio rural de Jaboatão dos Guararapes deixou de ser a prioridade e se tornou um resquício da “era de ouro” vivenciada no auge da cana-de-açúcar pernambucana. Como caracterização desse processo, a agricultura perdeu a relevância que possuía e passou a existir como uma atividade descentralizada e sem incentivos do poder público municipal. Atualmente, a ausência de linhas de crédito para a produção, a falta de incentivos para o escoamento da produção dos produtores e a falta de políticas públicas para

alavancar esse setor configuram-se como a representação do desinteresse público para com este segmento social.

Nesse contexto, as explorações agrícolas que ainda se destacam são: cana-de-açúcar²², coco-da-baía e manga, todas feitas por atores sociais de maior poder aquisitivo (CONDEPE/FIDEM, 2012). A cana-de-açúcar é desenvolvida pela usina Bom Jesus, já as outras duas culturas agrícolas são feitas por produtores mais articulados. Os dados da pesquisa de campo apontaram que os agricultores com menos condições, público alvo de nossa pesquisa, plantam raízes e frutas que sirvam tanto para o consumo da família como para a venda nas feiras livres do município de Jaboatão dos Guararapes e do Cabo de Santo Agostinho.

A transformação no meio rural de Jaboatão dos Guararapes tem direcionado as famílias agricultoras a mesclarem as atividades agrícolas com as atividades não agrícolas, visando à busca por uma melhoria na qualidade de vida. Assim, as indústrias de seu entorno se inserem como uma “parceira” na concretização dos seus objetivos, conforme demonstra o trecho de uma entrevista com uma agricultora que “enviou” seu filho para trabalhar em Suape:

Entrevistadora: Como a senhora avalia a instalação das empresas na proximidade das áreas rurais?

Dona L.: *Suape foi uma mãe. Essas empresas são boas! Antes de Suape e das empresas ao redor, todos só trabalhavam no corte da cana. (Dona L. 55 anos, engenho Megaípe)*

Isso, porém, não implica em um aniquilamento do rural, como tenho demonstrado no decorrer da dissertação, mas denota as mudanças que emergiram de um espaço que há pouco tempo era o centro dinâmico do município. Assim as metamorfoses vivenciadas no entorno rural de Jaboatão dos Guararapes constituem-se como consequência de um projeto de modernização da cidade, amparado pelas mudanças ocorridas no estado de Pernambuco. Tomando-se por base essa constatação, compreendo que isso não implicaria no fim do rural, mas na vivência de uma ruralidade contemporânea.

Os novos arranjos encontrados pelas famílias agricultoras de Jaboatão dos Guararapes além de possibilitarem a sua reprodução social se inserem como um mecanismo que viabiliza

²² Mesmo tendo sofrido um encolhimento na área de plantio, a cana ainda é a principal cultura agrícola dessa região.

a permanência no campo. Isso significa dizer, que muitas vezes as mudanças podem agregar às populações rurais outras formas de se viver o rural que não seja somente o agrícola, contribuindo para a permanência dessa categoria social.

Não podemos negar, evidentemente, que na medida em que o “mundo” se transforma o meio rural, que conseqüentemente faz parte desse mundo, também se transforma. Agregando em seu espaço uma pluralidade de situações que, a primeira vista, poderiam ser compreendidas como uma sujeição do rural ao urbano. Porém, se olharmos mais de perto, poderemos interpretar como uma adaptação do mundo rural frente às mudanças sociais.

A pesquisa revelou que mesmo se aventurando na cidade à procura de novos empregos, a população gosta de viver no campo e não consegue se imaginar sem o seu roçado. É justamente por não encontrar no campo a possibilidade de obter os ganhos que assegure a manutenção da vida, que a família rural vai à procura de outros meios que possibilite a sua existência.

As diversas formas de ruralidades presentes em seu espaço é a prova concreta de como o rural conseguiu se adaptar na sociedade contemporânea, ou seja, por mais que as mudanças tenham acontecido, o modo de vida rural “continua o mesmo”. Nesse sentido, no próximo tópico abordo como se configuram essas novas ruralidades presentes no meio rural, partindo da perspectiva de que o rural é construído e vivenciado por seus moradores a partir de questões para além da economia, mas, sobretudo simbólicas e culturais.

2.2 Rural e ruralidades: um debate contemporâneo

O mundo rural constantemente enfrentou situações adversas no decorrer de sua existência, de sorte que as trajetórias percorridas pelo homem do campo sempre teve por finalidade assegurar a sobrevivência da família. Nesses termos, é natural se esperar que mediante as dificuldades em que se encontrem, as famílias recorram às atividades diferentes do habitual, mas que assegure a sua reprodução social, tal como as migrações, arrendamento de terra e o trabalho sazonal da cana.

Porém, no nosso caso, um mecanismo acionado cada vez mais pelos agricultores parece ser revelador de uma forma de relação com a cidade que veio para ficar, qual seja, a busca por trabalhos não agrícolas de membros da família rural no contexto urbano, caracterizando-se como uma forma de pluriatividade.

Partindo do pressuposto de que as mudanças que ocorrem no meio rural emergem como consequência das dinâmicas engendradas pelo desenvolvimento econômico, faço uma discussão que evidencia e caracteriza a atuação desses novos fenômenos a partir do enfoque conceitual denominado *ruralidades contemporâneas*.

A dinâmica do meio rural brasileiro foi marcada tanto pela presença da grande propriedade produtora, que no Nordeste se especializou na cana-de-açúcar, como pela presença de pequenos produtores que por um longo período foram duramente reprimidos, além de terem passado por processos de expropriação movidos pelo próprio “desenvolvimento” do capitalismo.

No caso de Jaboatão dos Guararapes, os pequenos produtores também viveram à margem da grande produção, de maneira que foram conquistando aos poucos seu “espaço” no mundo do engenho. Muitos dos atuais produtores rurais da região da pesquisa são antigos trabalhadores dos engenhos, que devido ao processo de desregulamentação do setor sucroalcooleiro na década de 1980 e 1990, deixaram trabalhar nas usinas e passaram a cultivar de forma mais intensa pequenas porções de terras nessas localidades, e a enviar seus filhos para trabalhar nas empresas que se localizam nas proximidades da zona rural.

A consequente perda de influência da cana-de-açúcar na região, dentre outros fatores, ocasionou em Jaboatão dos Guararapes uma mudança de vocação econômica: de região eminentemente agrícola até meados do século XX, para município industrial no presente século. As mudanças de desenvolvimento econômico aconteceram de maneira brusca, na qual as demais atividades de cunho rural que tradicionalmente caracterizavam a região perderam influência, e hoje as que existem se estabelecem de forma residual nas áreas rurais.

A questão da expropriação, ainda que inaceitável, foi um processo que ocorreu de forma acentuada por todo o Nordeste, desde o período colonial até a data atual. As populações pobres do campo foram tratadas pela ótica urbana como se estivessem à margem da sociedade contemporânea, além disso, por não conseguirem ver rentabilidade nas atividades desenvolvidas pelos pequenos produtores do meio rural, acreditaram que a solução dos problemas agrários seria a modernização dos mecanismos de produção.

Nesse sentido, Palacios (1987) argumenta como a expropriação dos cultivadores pobres livres do Nordeste já em voga no século XVIII, foi responsável pela retirada de famílias inteiras do litoral nordestino, obrigando-as a dirigirem-se para a região do Agreste.

De acordo com Palacios, a expropriação desses produtores no período acima relatado ocorreu como um recurso do Estado em fazê-los desistir de plantar algodão quando deveriam se ocupar com a produção de alimentos para abastecer os mercados regionais e as próprias *plantations*. O governo temia que essa atitude compromettesse “a economia das *plantations* no momento em que estas entravam, ou se preparavam para entrar novamente, no mercado europeu” (PALACIOS, 1987, p. 159). Percebe-se aí, que há muito tempo o meio rural teve uma autonomia condicionada pelos desmandos a favor do grande capital.

Na ótica de Palacios a intensificação e o avanço do capitalismo industrial foram os responsáveis pela mudança na trajetória dos cultivadores pobres livres do Nordeste oriental. Assim, ele compreendia que “era, no fim das contas, a revolução industrial que expropriava o campesinato nordestino e abria os caminhos da sua subordinação” (PALACIOS, 1987, p. 160). A repressão implantada no meio rural foi feita de uma forma violenta, ao passo que o homem do campo sempre teve que conviver com a indiferença de uma sociedade que não conseguia lhe proporcionar condições de um desenvolvimento independente e livre.

Um estudo feito por Palmeira (1977) na década de 1970 sobre a expulsão do trabalhador do engenho na região do Nordeste, também constatou os processos de expropriação vivenciados no meio rural do Nordeste. Contudo, para ele a expropriação refere-se em retirar do trabalhador suas condições de produção.

No bojo dessa discussão, José de Souza Martins afirma (2000) que sob a perspectiva de analisar os problemas que emanavam do campo, o debate sociológico instaurado no Brasil se dividiu entre estudos que se focavam em analisar a produtividade agrícola e os estudos que colocavam o meio rural no centro das análises, na busca pela compreensão das rápidas mudanças que aconteciam no meio rural brasileiro (MARTINS, 2000).

Entretanto, para ele, parte das análises se mantinham indiferentes com as reais necessidades de uma parcela marginalizada do campo. A ênfase concedida à “moderna” inovação da agricultura e aos meandros que envolviam a produção foram responsáveis por tirar o foco dos principais problemas que acometiam as populações rurais.

De acordo com Martins (2000), a sociologia rural deveria propor-se a enxergar criticamente as implicações dos processos modernizantes, considerando que mesmo que as populações rurais tenham sido as grandes prejudicadas pelo desenvolvimento capitalista e pelo produtivismo instalado no campo, houve uma resistência dessa população em permanecer no seu lugar vida.

Isso significa dizer que a análise sociológica deve se construir por meio de um esforço em compreender que o meio rural não é um espaço anacrônico à modernidade, mas é um centro dinâmico vivo, na qual seus atores estão em constante diálogo com a sociedade urbana, elaborando novas formas de viver que assegurem a continuidade da reprodução social de suas famílias. Por conseguinte, Martins (2000, p. 5-6) considera que:

Ao se tornar instrumento do desencantamento do mundo, de que nos fala Max Weber, a sociologia rural desencantou-se a si mesma, ao descobrir lentamente que as populações rurais têm seus próprios códigos de conhecimento e sua própria concepção de destino, que são tão legítimos quanto os códigos e concepções dos setores da sociedade de que os sociólogos se sentem mais próximos e mais acolhidos. Nenhum campo da sociologia ficou mais exposto a esse desencantamento que a sociologia rural. Porque nenhum ficou tão obstinadamente preso à suposição de que as populações rurais são populações retardatárias do desenvolvimento econômico e da história, supostas ilhas de primitivismo no suposto paraíso da modernidade. Diferentes concepções da sociologia rural defrontaram-se com a mesma dificuldade.

A compreensão dessas dinâmicas intrínsecas ao mundo rural, bem como sua capacidade de adaptação aos processos de mudança, expande nosso entendimento para a percepção do meio rural como um espaço que dialoga com as mudanças que ocorrem ao seu redor. Um espaço que comporta diversas formas de ruralidades e que não tem apenas a agricultura como sua expressão.

É sob esta perspectiva que a pesquisadora Nazareth Wanderley demonstra que embora as articulações entre o rural e o urbano sejam importantes, o rural tem suas singularidades/especificidades. Para ela o rural possui duas características consideradas fundamentais na sua definição: “por um lado, uma relação específica dos habitantes do campo com a natureza [...]; por outro lado, relações sociais, também diferenciadas, que Henri Mendras definiu como relações de interconhecimento” (WANDERLEY, 2009, p. 204).

Seguindo a linha de pensamento de Wanderley, o pesquisador Ricardo Abramovay reconhece três características do meio rural: “a relação com a natureza, a importância das áreas não densamente povoadas e a dependência do sistema urbano” (ABRAMOVAY, 2003 apud KAGEYAMA, 2004). Ambas as definições mencionadas pelos autores tem em comum a prerrogativa da relação que o meio rural possui com a natureza, expressa, sobretudo, nas atividades agrícolas, e nas relações sociais que estabelecem com outros grupos. Contudo, a

perspectiva de Abramovay exposta acima se diferencia de Wanderley ao postular que o meio rural possui uma relação de dependência com o sistema urbano. Essa dependência estaria ligada primordialmente à questão dos serviços. E no caso de nossa pesquisa está vinculada, também, pela busca do emprego na cidade.

A definição proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não contempla aquilo que busco na presente pesquisa por seguir outra direção ao classificar como rural “a área de um município externa ao perímetro urbano” (IBGE, 2012). Essa definição concede mais importância às delimitações territoriais, deixando de fora as questões sociais e culturais. Portanto, essa perspectiva do IBGE não consegue contemplar nosso entendimento sobre o meio rural de Jabotão dos Guararapes, pois além de limitar o entendimento da categoria rural, elimina as questões de ordem simbólicas.

Isso significa dizer, primordialmente, que para se compreender o rural deve-se levar em conta pelo menos três eixos analíticos que estão intimamente relacionados: a relação com a natureza, tendo por prerrogativa o espaço de trabalho e de vida; a relação social, levando em consideração as questões mais simbólicas desse meio; e o território como elemento de referência nas práticas do homem do campo.

Com base nessas três questões propostas para definir o rural, entendo que a percepção dessa categoria enquanto modo singular de viver em um determinado espaço, e ao mesmo tempo para além do espaço geográfico, configura-se como o *mecanismo* que direciona a ação do agricultor diante dos processos de transformações. Processos esses que reordenaram todo o seu espaço, instaurando em seu contexto o que Wanderley (2009) denomina de *novas ruralidades*.

As “*novas ruralidades*” se constitui como um termo que expressa os processos de transformação ocorridos no meio rural, bem como sua relação com as demais esferas da sociedade. De acordo com Wanderley (2009), além dos fatores externos houve alguns fatores internos que possibilitaram essas transformações no meio rural, como: descentralização econômica (atividades industriais passaram a se instalar nas áreas rurais, devido a incentivos fiscais e econômicos); encurtamento das distâncias entre os centros urbanos facilitando o acesso da população rural; a paridade econômica e social (com níveis de renda similares na cidade e no campo); e o crescimento demográfico (impulsionado pela redução da migração do campo para a cidade). Todos esses elementos marcam a singularidade do rural na sociedade contemporânea.

Saete Cavalcanti (2004) compreende que a ruralidade entra em cena nos debates a partir da retomada da discussão sobre os processos atuantes no território e no espaço local. A ruralidade, ou melhor, ruralidades, contempla uma diversidade de combinações e situações que se apresentam no meio rural. O conceito pretende expandir o debate sobre as “novas” configurações encontradas no campo, como: trabalho, moradia, turismo, comércio, “urbanização” do campo, identidades e relação rural e urbano. A compreensão sobre as novas ruralidades é, na verdade, uma revisitação ao campo que atualiza e contempla as questões que envolvem as populações rurais. Dessa maneira:

No Brasil, a discussão alimentada pelos trabalhos de Wanderley (2001), que considera o rural como um espaço de vida, um modo de vida, e, numa outra perspectiva, os trabalhos de Graziano da Silva (1995), ressalta o esforço acadêmico para a compreensão desses processos, pondo em xeque o lugar do rural, do trabalho agrícola e das noções que se lhes associam no desenvolvimento nacional. (CAVALCANTI, 2004, p. 18)

Sob este aspecto, o meio rural desponta como um território em disputa aparecendo no cenário nacional e mundial com “novos” problemas e novas questões. A região, agora, se insere como lugar de produção de mercadorias, turismo, comércio, consumo e lucro, e não apenas de agricultura. As novas ruralidades revelam-se como uma amostra da capacidade adaptativa do meio rural frente às transformações externas. Ao absorver em seu território novas situações, o rural mostra à sociedade urbano-industrial seu potencial de continuar existindo.

Nesse sentido, Marsden compreende a ruralidade como uma diversidade de processos atuantes no meio rural e que modificam o seu território, “especialmente aqueles da provisão de bens e serviços que podem ser consumidos dentro e fora de fronteiras particulares” (MARSDEN, 1999 apud CAVALCANTI, 2004). Assim, ele entende o meio rural como um espaço que ganha destaque e projeção na sociedade por dinamizar a sua atuação, e atrair novos atores para seu espaço.

À medida que os processos da globalização se intensificam, todas as esferas da sociedade, do local ao global, passam por uma resignificação, em que a cidade e o campo deixam de ser caracterizados apenas pelo espaço que ocupam e passam assumir um valor mais subjetivo em sua definição. É nesse sentido que André Pires (2007) emprega o termo “despacialização da categoria rural”, ao referir-se às principais discussões sobre o meio rural na

sociologia. A categoria rural se desprende das limitações espaciais e passa a ser analisada como uma *construção social* que dialoga com as mudanças a sua volta.

Continuando a linha de reflexão que percebe o rural como uma construção social, Pires (2007) ressalta a importância dos estudos de Marc Mormont na construção dessa perspectiva de entendimento do meio rural. Para Mormont, o que caracteriza o rural está além das dimensões geográficas. Isso significa dizer que o rural assume dois sentidos: em um primeiro momento, ele se situa como um espaço físico que se legitima em virtude das identidades sociais que são construídas em seu território, e, em um segundo momento, ele se define “como um local de relações sociais” (MORMONT, 1990 apud PIRES, 2007, p. 47).

O rural é percebido por Mormont através da apropriação do espaço que são significadas pelas relações sociais nele estabelecido. É por meio das práticas sociais e interação de seus atores que a ruralidade se transforma, assumindo novas questões. Nesse sentido, a representação do rural em Marc Mormont é expressa por todas as diferenças que seu espaço carrega, e que se constrói através da relação estabelecida com a cidade.

A partir da compreensão do significado da ruralidade como uma categoria que ultrapassa um espaço físico determinado Mormont (MORMONT, 1990 apud PIRES, p. 47, 2007) assinala que compreende o rural como um lugar físico e, ao mesmo tempo, simbólico no qual os atores sociais constroem suas identidades. E ruralidades, como a expressão de todas as mudanças em curso nesse espaço.

É pautado nessa perspectiva que compreendo a construção da ruralidade em Jaboatão dos Guararapes-PE. O rural em Jaboatão não se trata de um espaço que ganha significado pelo seu posicionamento geográfico. A proximidade dos sítios e engenho de uma região de intensa urbanização não tem descaracterizado o seu rural, antes serve como um recurso de permanência no campo, do ponto de vista das diversas atividades rurais e urbanas que compõem as formas de renda das famílias.

Essa constatação denota que o espaço rural se constrói por meio das relações travadas em seu contexto, na qual o modo de vida rural se configura como um dos fatores que contribui para a permanência da população nos limites do seu território. Esse modo de vida pode ser entendido como um *mecanismo* que contribui para diferenciá-los de outras categorias sociais, além de ajudá-los a se perceberem a si próprios enquanto população rural. Nesse sentido, a fala dos moradores do engenho e dos sítios confirmava essa assertiva. Quando

questionados sobre o que motivava a permanência no campo afirmavam que era o apego ao lugar, o modo de vida que aprenderam dos pais e, por último, a tranquilidade do meio rural.

Sendo portador de um *modo de vida e trabalho* diferenciado, o homem do campo reproduz suas ações por meio de um *habitus* construído nas relações estabelecidas no seu lugar de vida. A percepção do *habitus*, enquanto um instrumento conceitual que dialoga com as relações existentes entre indivíduo e sociedade nos faz refletir sobre as práticas aprendidas e reproduzidas pelos agentes nas suas trajetórias (BOURDIEU, 2008). Por conseguinte, constatei que, mesmo vivendo em situações difíceis e de constrangimento do rural pelo “crescimento/desenvolvimento” da cidade, as famílias agricultoras de Jabotão dos Guararapes tendem a permanecer em seu lugar de vida, e a desenvolver estratégias que assegurem essa permanência.

Em face disso, os dados obtidos nas entrevistas demonstraram que os moradores dos sítios e do engenho Megaípe não manifestam o interesse em deixar o campo. Ao indagar uma agricultora sobre uma possível saída, ela foi enfática em afirmar:

Eu nasci no campo, e vou morrer no campo. Não sei de nada (com relação às ocupações da cidade), só me vejo assim do jeito que eu sou trabalhando no roçado. (Dona L., 55 anos, Engenho Megaípe)

Nesses termos o rural emerge como um espaço de dimensões simbólicas, na qual Carneiro (2008) argumenta ser uma categoria de pensamento²³. Ela faz essa afirmação para se contrapor as ideias, até pouco tempo presente na sociologia rural, de que as diferenças entre o espaço rural e urbano tenderiam a desaparecer, havendo uma urbanização total do campo. Muito do que se havia premeditado sobre o fim rural, a assimilação do rural pela cidade ou a total urbanização do campo, não aconteceu (MENDRAS, 1976 apud CARNEIRO, 2008).

Contra-pondo-se a todas as expectativas contrárias a permanência do rural no mundo contemporâneo, os seus moradores seguem uma linha oposta e vão dando significado ao seu

²³ O rural como “categoria de pensamento” foi proposto por Carneiro (2008) para elucidar divergências sobre o futuro do meio rural. Com base em Marc Mormont, Jean Rémy, e Bourdieu, ela argumenta que: “rural é uma categoria de pensamento que classifica e organiza o mundo social orientando suas ações” (CARNEIRO, 2008, p. 9). Essa organização do mundo social é construída através das questões simbólicas e na interação com outros grupos culturais: “Nesses termos, consideramos que a noção de rural corresponde a construções simbólicas pertencentes a diferentes universos culturais que lhes atribuem significados distintos” (idem, 2012, p.46).

espaço a partir da interação com o outro, com a própria natureza nos momentos de lazer, ou, como no caso da fala da agricultora acima citado, com o roçado. O rural é, assim, construído a partir da rede de significados que é criada por uma população que não somente legitima o seu espaço com suas práticas, como se utiliza da relação com os elementos naturais para se diferenciar enquanto tais.

Ao associar a categoria rural a uma dimensão simbólica, Maria José Carneiro enquadra a ruralidade como um termo que capta não apenas os novos arranjos encontrados no campo, mas a pluralidade dos atores sociais que se inserem em seu espaço e modificam a sua estrutura, na qual “nesses termos, considero que a noção de rural corresponde a construções simbólicas pertencentes a diferentes universos culturais que lhes atribuem significados distintos” (CARNEIRO, 2008, p. 30). Dessa forma, como vimos anteriormente, o rural entra em cena como um espaço que vai se modificando a partir das contribuições que recebe dos novos atores sociais, do campo e da cidade, que se inserem em seu espaço.

De forma assertiva, Carneiro enxerga “a ruralidade como um processo dinâmico em constante reestruturação dos elementos da cultura local, mediante a incorporação de novos valores, hábitos e técnicas” (CARNEIRO, 2008, p. 35). O homem é um ser de dimensão cultural, e como tal, possui a capacidade de criar coisas novas, transformando o espaço em que vive. E, nesse caso, a pluriatividade também faz parte desse processo de transformação do meio rural.

A compreensão do rural enquanto uma “categoria de pensamento” nos permite ver ainda que se ligarmos o termo somente a um espaço diferenciado, poderemos cair em contradição e ignorar que o que mantém o agricultor no campo é muito mais do que um espaço afastado da cidade, mas questões relacionadas à dimensão simbólica, como à sua honra, sua noção de justiça, sua orientação para vida, sua família, e sua identidade que é construída na medida em que interage com seus conterrâneos.

Com isso, não quero negar a influência que o espaço exerce sobre o homem, mas afirmar que o homem também responde aos estímulos externos modificando a estrutura, mesmo que não o faça de forma intencional (ENGELS; MARX, 1998). As atividades humanas são construídas e reconstruídas a todo o momento com atribuições e significados novos (GIDDENS, 2009, p. 3). São os atores que se movem e alteram a estrutura. São eles também que concedem novos sentidos as suas ações.

O que parece ficar evidente é que o rural continua existindo, mas de uma forma diferente, de maneira que o rural se metamorfoseia e expande seu sentido de existir para além do trabalho identificado com a terra. Isso significa dizer que o camponês, agricultor ou morador do campo, pode, além de exercer suas típicas funções, ocupar outras matrizes de atividades laborais.

Essas mudanças em curso no meio rural são as responsáveis pela ressignificação de seu espaço. Em outras palavras “internamente, o meio rural atravessará processos de diversificação social e suas relações com o meio urbano perderão definitivamente o caráter de antagonismo, em benefício das relações de complementaridade” (WANDERLEY, 2009, p. 212). Nesse sentido, a ruralidade rompe com a antiga percepção que se tinha a seu respeito, posto que o novo rural não se constitui de um espaço parado no tempo, mas é dinâmico e vivo.

É nesses termos que compreendo as transformações no espaço rural de Jabotão dos Guararapes. Mesmo percebendo que a agricultura não se constitui mais como atividade proeminente de seu espaço rural, isso não infere em um recuo, ou aniquilação do seu campo. Pelo contrário, constato que sua população rural, por vezes, encontra na cidade a possibilidade de novos projetos de vida, mesclando suas atividades entre trabalho rural e urbano.

O meio rural de Jabotão dos Guararapes encontrou em si mesmo novas formas de redefinir seu espaço. Sua área rural possui, hoje, um elevado grau de complexidade com relação às diferenças que agrega em seu território. Essa complexidade é fundamentada por meio das atividades industriais presentes na sua área rural, e pela diversidade de atores que se encontram em seu espaço, cuja representação pode ser exemplificada pela presença do agricultor, dos trabalhadores da cana-de-açúcar, dos donos de chácaras oriundos da cidade e dos novos comerciantes. Cada um desses atores trazem para o campo suas necessidades e agregam novas contribuições na ressignificação desse espaço.

Valendo-se dessas questões aponto, também, que as novas inserções produtivas vivenciadas pelas famílias agricultoras no local de nossa pesquisa imputam mudanças na rotina da família, nos projetos para o futuro e numa nova concepção do modo de vida rural. As alterações nas inserções produtivas no meio rural parecem indicar que está em curso uma ruralidade na qual as antigas concepções são redefinidas, fazendo-se necessário um aprofundamento que caracterize as mudanças que decorrem desse processo.

Nesse sentido, no próximo tópico discuto como a proximidade da região com os centros urbanos ao mesmo tempo em que exerce influência sobre o campo (com relação às atividades não agrícolas) também preserva as singularidades próprias do mundo rural.

2.3 Expressões da ruralidade no município de Jaboatão dos Guararapes: a pluriatividade

O meio rural de Jaboatão dos Guararapes está situado em uma região bastante diversificada próxima aos centros urbanos de Jaboatão dos Guararapes e de Recife, na qual as atividades não agrícolas e agrícolas se misturam dificultando, em um primeiro momento, na definição sobre as dinâmicas que ocorrem nessa região. A formação do seu espaço rural não é algo recente, e, como já vimos no primeiro capítulo, à cidade e os equipamentos característicos dela foi o que cresceu ao redor da zona rural, e não o contrário como veremos adiante.

O município de Jaboatão dos Guararapes até meados do século XX tinha nas atividades agroindustriais a representação de sua força econômica. Contudo, as oscilações do mercado açucareiro trouxe uma situação de crises constantes ao setor fazendo com que não apenas o município, mas todo o estado de Pernambuco encontrasse outra via de desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, houve um intenso processo de urbanização e industrialização de todas as cidades da Região Metropolitana do Recife (RMR), e, conseqüentemente, de Jaboatão dos Guararapes. De sorte que o rural no espaço da pesquisa atualmente se constitui como um rural não agrícola. As atividades não agrícolas, que ocorrem fora e dentro do meio rural, têm auxiliado as famílias agricultoras a melhorarem suas condições de vida, diante da situação de que a agricultura já não consegue suprir todas as demandas de seus membros.

As transformações do mundo rural contemporâneo faz parte de um processo que agrega dois fatores principais, quais sejam, a "industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro lado, o transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural" (SILVA, 1997). Essa combinação de fatores trouxe para o meio rural novas formas de interpretar esse espaço, no qual as atividades não agrícolas são cada vez mais exemplares das mudanças vivenciadas pelas populações que vivem no campo.

É por isso que Graziano da Silva (1997)²⁴ aponta que não se pode mais identificar o mundo rural somente com as atividades agropecuárias, dadas às circunstâncias em vigor. O rural é um espaço que agrega atividades ligadas ao consumo, lazer, turismo, residência e preservação, atraindo, assim, diversos atores sociais.

No bojo dessas transformações Graziano da Silva sinaliza para o surgimento de um tipo de agricultor que nos países desenvolvidos é denominado de *part-time farmer*, que em português é denominado de agricultor de tempo parcial. Assim, sobre esse ator social ele afirma que:

A sua característica fundamental é que ele não é mais somente um agricultor ou um pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com outras atividades não-agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano- industriais, como nas novas atividades que vem se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais. (SILVA, 1997, p. 46)

O agricultor de tempo parcial se ocupa das atividades agrícolas juntamente com as atividades não agrícolas configurando, assim, um exemplo da clássica pluriatividade. Essa mescla de atividades não implica na proletarização do campo, mas numa adaptação da população rural frente à retração da atividade agrícola e mudanças no campo, tendo em vista que o objetivo dessas famílias pluriativas é o funcionamento da unidade produtiva, e não o abandono do campo (SILVA, 1997).

Para Nazareth Wanderley (2009, p. 225) as tipologias dos espaços rurais servem como um sinalizador da dinâmica atuante em cada região rural. Nesse sentido, ela cita Bernard Kayser para exemplificar como ele faz essas separações. Para ele, os espaços rurais possuem tipologias diferentes, podendo abrigar em seu território três tipos de situações:

Os espaços em vias de despovoamento e de abandono; o espaço periurbano que, apesar de próximo aos centros urbanos, mantém as características rurais e a importância da atividade agrícola; o meio rural vivo que constitui a parcela mais significativa do meio rural, também integrada à sociedade e fortemente marcada pela presença das atividades primárias. (KAYSER, 1990 apud WANDERLEY, 2009, p. 225-226)

²⁴ Não somente Graziano da Silva, mas uma quantidade significativa de autores tem contribuído para o entendimento da diversidade de situações presentes no meio rural, na qual as atividades agrícolas não respondem mais como as únicas fontes de renda das famílias agricultoras. Dentre esses autores, há o Schneider (2006), Mormont (1990), Carneiro (2006) e Kageyama (2001).

Assim, percebe-se que esses espaços de ruralidades em áreas próximas aos centros urbanos são espaços que possuem sua própria dinâmica que os diferenciam enquanto tal. Essas regiões sofreram processos mais intensos de diversificação e mudanças sociais, do que o “meio rural vivo” denominado por Kayser, além de terem recebido uma influência de ambos os espaços sobre os processos sociais que se descortinavam em seus territórios.

Podemos, ainda, entender que as regiões de disputa congregam em seu espaço diversos atores sociais, empresas, indústrias e serviços em decorrência da proximidade com a cidade. Isso demonstra que não há somente aquele tipo de campo idealizado como uma região distante de tudo e sem acesso à “modernidade”. Cada vez mais o meio rural apresenta novas questões, conduzindo a academia a questionar esse novo rural e seus limites. Os problemas existentes na sociedade urbano-industrial, mesmo que em escala menor, também se encontram nas regiões rurais apresentando elevado grau de complexificação.

Os processos em curso no meio rural tem direcionado uma busca mais intensa de sua população por atividades, além da agricultura, que assegurem a sua reprodução social no lugar em que vivem. Um desses mecanismos diz respeito àquilo que Sérgio Schneider denomina como pluriatividade, ou seja, a “expressão das transformações pós-fordistas sobre o mercado de trabalho rural, trazendo para este espaço um conjunto de novas relações de trabalho” (SCHNEIDER, 2006, p. 9).

A sobrevivência dos grupos e comunidades oriundas do campo depende, por certo, da capacidade de dinamismo e integração com os espaços urbanos, porém uma integração num sentido de complemento e diálogo, não no sentido de perda de seus bens simbólicos. Essa relação campo-cidade não implica, conforme mencionado, no fim do rural nem da agricultura, mas numa capacidade adaptativa que contemple uma maior diversificação das atividades produtivas (WANDERLEY, 2001; VEIGA, 2002).

Os dados da pesquisa que inspiraram esta dissertação demonstraram que a relação campo-cidade tem ocorrido de forma intensa, mas sempre pautada pelos deslocamentos diários para o trabalho em Suape e nas indústrias do distrito industrial de Jaboatão dos Guararapes, pelo acesso à escola e aos hospitais, e também pela visita, por parte dos pais, aos filhos que ao se casarem foram morar com seus cônjuges em outros lugares.

Em face disso, a pluriatividade se insere nesse cenário como uma estratégia de reprodução social das famílias agricultoras e como um mecanismo encontrado para

permanência no campo. Porém, em algumas situações, no caso dos filhos que se casaram com alguma pessoa de fora, a atividade não agrícola concede a independência financeira e eventual saída do campo para a moradia “definitiva” nos centros urbanos. Isso ocorre, porque diante da escassez do trabalho agrícola e da intensificação dos processos modernizantes responsáveis por um desenraizamento do campo, os agricultores partem em busca de outras formas de ocupação como estratégia para complementar a renda familiar.

Van der Ploeg analisando a pluriatividade argumenta que este tipo de atividade pode ser encontrada em várias regiões camponesas, tanto nos países centrais, como nos países periféricos (PLOEG, 2008). Ou seja, a pluriatividade é percebida como um fenômeno passível de ocorrer no campo, não sendo algo estranho ao agricultor e sua família. Segundo ele, essas inserções produtivas extras são comuns no campesinato, além de serem as verdadeiras responsáveis pela elevação da renda familiar rural:

Na maioria das vezes, a pluriatividade é uma forma de suplemento de renda, mas muitas vezes ela serve também para obter fundos que permitem aos camponeses investir na compra de combustível, bombas de irrigação, sementes, fertilizantes, bois, tratores e/ou na alimentação da família. (PLOEG, 2008, p. 49)

No engenho Megaípe e nos sítios pesquisados ficou constatado que a pluriatividade é acionada como um complemento de renda, já que os ganhos com a lavoura são insuficientes para manter a sobrevivência da família. Nesses termos, as estratégias pluriativas também são encaradas como um mecanismo de escape à dura realidade enfrentada pelos agricultores no campo. A dureza da vida e a precariedade que envolve o meio rural faz com que as famílias busquem alternativas de mesclarem suas atividades para poder continuar existindo em seu espaço.

De acordo com Schneider a pluriatividade é um fenômeno que faz parte da realidade de algumas famílias agricultoras, se caracterizando a partir da junção de duas atividades, incluindo a agricultura (SCHNEIDER, 2006). Concordando com Ploeg e Graziano da Silva, Schneider segue as mesmas premissas para caracterizar esse tipo de estratégia produtiva:

A pluriatividade é heterogênea e diversificada e está ligada, de um lado, as estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros e, de outro, sua variabilidade dependerá das características do contexto ou do território em que estiver inserida. Por outro lado, a pluriatividade pode adquirir significados diversos e servir para satisfazer

projetos coletivos ou como resposta às decisões individuais. (SCHNEIDER, 2006, p. 4)

Ao admitir que a pluriatividade pode receber significados diferenciados a partir do membro escolhido para esse trabalho fora do núcleo familiar, Schneider remete-nos a questão da diferenciação desse fenômeno, o qual ocorre através do “grau de escolaridade dos membros da família, a superfície de terra disponível para a produção, o número de membros na família, a diferenciação etária e o acesso à renda” (SCHNEIDER, 2006, p. 5).

Somente após compreendermos o que é pluriatividade é que poderemos analisar o que não compreende esse tipo de estratégia familiar. Existe uma lógica que define a pluriatividade, e nesse contexto a dimensão do projeto da família merece um destaque especial na análise dos processos de diversificação da produção. Tanto Ploeg como Schneider concebem o agrupamento familiar como norteador na definição dessas questões. Somado ao trabalho agrícola, característica fundamental, a pluriatividade é um recurso de planejamento que envolve alguns membros da família no mercado de trabalho (SCHNEIDER, 2006; PLOEG, 2008).

Alguns posicionamentos teóricos surgiram afirmando que a pluriatividade levaria ao fim do rural. Ploeg (2008) argumenta que o equívoco desses pesquisadores foi interpretar o fenômeno pluriativo e de migração como mais uma etapa rumo ao fim do campesinato. Nesses termos, Nazareth (2009) concorda com a tese de Ploeg quando ele afirma que é um erro decretar a morte do campesinato, na qual a pluriatividade seria sua sentença final.

As atividades plurais em momento algum concorrem com as atividades agrícolas, ou para uma transição do meio rural para o meio urbano, ao contrário, se constituiria,

(...) estratégia da família, afim de, diversificando suas atividades, fora do estabelecimento, assegurar a reprodução deste e sua permanência como ponto de referência central [...] para todos os membros da família. (WANDERLEY, 2009, p. 193)

Diferenciando-se em algumas questões de Schneider, Nazareth propõe que só há uma genuína pluriatividade quando a tarefa é desempenhada pelo chefe da família. Seu argumento se sustenta na premissa de que o rendimento do chefe familiar lhe asseguraria, com certeza, um tempo livre para desempenhar as atividades agrícolas. Por isso ela compreende que o trabalho de outros membros da família não asseguraria o uso da renda obtida no estabelecimento familiar.

Quando os filhos trabalham, geralmente o dinheiro adquirido é para seu próprio benefício, assegurando-lhe a possibilidade de autonomia financeira, e a construção de outra unidade familiar. De igual forma o trabalho da mulher nem sempre implica em pluriatividade, pois pode assumir duas conotações distintas, “às vezes, [...] a mulher contribui para a família com o dinheiro que ela mesma ganhou [...]. Em outros casos, o trabalho externo da mulher tende a criar um distanciamento dela em relação ao estabelecimento familiar” (WANDERLEY, 2009, p 194).

No meio rural de Jabotão dos Guararapes, nos espaços (engenho e sítios) onde fiz a pesquisa de campo, a pluriatividade é feita pela família. Assim, tanto os pais (chefes da unidade familiar) que trabalham na usina Bom Jesus e nas pedreiras da região, como os filhos que trabalham em Suape ou no distrito industrial do município, exercem algum tipo de atividade não agrícola. As mulheres se ocupam, sobretudo do trabalho doméstico e do roçado.

Nesse contexto, fica evidente que as atividades não agrícolas são acionadas juntamente com as atividades agrícolas são acionadas pelas famílias como recurso para complementação de renda, e se inserem como a principal fonte de sobrevivência das famílias.

A pluriatividade enquanto mecanismo de diversificação das atividades rurais está implicitamente ligada à estratégia familiar, e é somente nesse contexto que o termo adquire sentido. Portanto, percebe-se que há na dinâmica rural uma relação intrínseca entre as necessidades familiares e as estratégias produtivas que asseguram sua reprodução.

O debate sobre a pluriatividade foi aqui retonado para demonstrar que as inserções produtivas escolhidas pelas famílias agricultoras são pautadas nas necessidades que advém de seu contexto. Ou seja, não são todas as famílias agricultoras que recorrerão à pluriatividade, mas apenas aquelas na qual a família entende que se faz necessário. A pluriatividade, antes de qualquer coisa, é uma decisão familiar.

Vale ressaltar, porém, que nem todo o mecanismo de trabalho fora do estabelecimento agrícola resulta em situações que podem ser consideradas pluriativas, ou em pluriatividade. Para Carneiro (2006, 166-167), a pluriatividade tem a função de diversificar as atividades produtivas do estabelecimento agrícola. Além disso, ela sinaliza que a pluriatividade ocorre como consequência da crise da reprodução da agricultura familiar na condição do agricultor que foi afetado diretamente pelas políticas agrícolas que fomentou a crise da modernização da agricultura. Nesse caso, só se caracteriza como pluriativo o agricultor que em decorrência

desses processos teve que se submeter às atividades não agrícolas, visando à manutenção da unidade de produção familiar.

No capítulo que se segue, o último deste texto de dissertação, problematizo acerca de como as famílias do engenho (Megaípe) e dos sítios (Cumbe e Boa Vista), em meio às metamorfoses pelas quais a região metropolitana sul do estado de Pernambuco tem passado, se reproduzem socialmente, sobretudo através da pluriatividade.

Os dados possibilitaram inferir que por essa população ter sido submetida historicamente a uma situação de pobreza e subserviência e, mais recentemente, pressionada por uma lógica dominante de que a região precisa crescer economicamente pelo fetichismo da industrialização – em detrimento das atividades agrícolas -, as atividades agrícolas não são mais suficientes para garantir o mínimo necessário à sobrevivência e reprodução dos grupos familiares.

Capítulo III

Trajectoria de vida e trabalho: os significados do rural no engenho e as atividades pluriativas

Quem mora na rua não quer morar no engenho, mas quem mora no engenho não se acostuma a
morar na rua.

(Moradora do engenho Megaípe)

Neste capítulo procuro demonstrar como no curso das suas trajetórias de vida as famílias do engenho Megaípe, do sítio Cumbe e Boa Vista foram se “adaptando” à instável região da cana-de-açúcar, observando, por conseguinte, que a pluriatividade no espaço da pesquisa nunca foi algo estranho aos seus moradores, já que sempre conviveram com um modelo de trabalho que contemplava o trabalho na usina (atividade rural não agrícola) e no roçado (atividade agrícola). O que tem de novo na região, como pude observar na pesquisa de campo, é a busca pelo emprego nas empresas e indústrias de Jaboatão dos Guararapes e em Suape.

O modo de vida no engenho, por certo, é diferente do que é vivenciado no sítio e nas áreas rurais onde não há predomínio da monocultura canavieira, de sorte que a própria percepção sobre o meio rural e a relação com a terra é delineada por seus atores sociais a partir da perspectiva do engenho. Em outras palavras, para quem mora no engenho a relação com a terra ora é de afeto (quando se está no seu roçado), ora é de dor (quando se está fazendo trabalho na usina/engenho). Contudo, isso não implica pensarmos que o morador do engenho está em uma condição inferior se comparado a agricultores que vivenciam outras formas de relação com a terra (como os sítiantes que são proprietários dos seus respectivos sítios), antes, essa condição, de dualidade com o espaço do engenho, expressa o contexto no qual ele está inserido, qual seja, a vida no engenho.

Isso posto, buscarei evidenciar como as próprias particularidades da área da pesquisa conduziram as famílias agricultoras a um tipo de sociabilidade específica na qual o trabalho, o lazer, as festas e as percepções sobre o meio em que vivem são orientadas a partir da vida no engenho. Até mesmo os moradores dos sítios de que ficam no entorno, Cumbe e Boa Vista, tem o engenho Megaípe como um referencial no lugar em que vivem.

O capítulo está estruturado da seguinte maneira: em um primeiro momento faço uma descrição da sociabilidade da vida no engenho, e, em seguida, demonstro através de situações empíricas como a pluriatividade se apresenta no universo da pesquisa, apontando as principais estratégias sociais acionadas pelas famílias. Por fim, desenvolvo uma análise da trajetória de vida de uma família que sempre viveu no engenho Megaípe, e de outra família que sempre viveu no sítio Boa Vista. Essa comparação se demonstrou fulcral no tocante à compreensão de que ainda que essa população esteja inserida em contextos semelhantes, os processos que aconteceram na parte urbana do município foram assimilados de maneira singular por cada família.

3.1 As particularidades da agricultura na região canavieira: modos de vida no engenho

A civilização do açúcar se estendeu por toda a porção litorânea de Pernambuco em decorrência de uma série de fatores, dos quais destacam-se: a facilidade para escoar a produção para a Europa - por causa da proximidade com o mar e da abundância de rios - e a resistência indígena nas regiões mais afastadas do estado (ANDRADE, 1989). Essa característica, da predominância dos engenhos no litoral, também foi responsável por fomentar um adensamento populacional na região pernambucana conhecida como zona da mata²⁵.

A população que começou a residir nessa região era formada por uma grande quantidade de sujeitos e homens livres que viviam em torno do engenho, onde destacadamente o senhor de engenho possuía poder e status entre os seus empregados e demais moradores. Sobre essa sociedade açucareira, Andrade (1989, p. 13) afirma que:

A sociedade açucareira era, na verdade, muito elitista e concentradora de renda nas mãos de uma oligarquia que se auto intitulava de “nobreza da terra”, formada por pessoas ligadas a algumas famílias entre si, em contraste com uma grande massa de escravos e de libertos, completamente apropriados de bens, e um pequeno grupo intermediário.

Esse tripé da sociedade colonial, sustentado por uma “nobreza da terra”, escravos e libertos, foram os responsáveis pela base populacional que fomentaria os modos de vida no engenho, contribuindo, dessarte, para o estabelecimento da civilização do açúcar.

²⁵ Região composta pela Mata Atlântica que compreende toda a extensão do litoral de Pernambuco, desde a extremidade norte até a extremidade sul (CONDEPE/FIDEM, 2009).

Tal civilização se desenvolveu em face da implantação do sistema *plantation* – que teve na monocultura canavieira e a exploração por meio da escravidão sua marca registrada- e pela concentração de terras, cujo monopólio pertencia a uma minoria de famílias ricas enquanto a massa populacional padecia de uma série de ausências, como terra, casa e direitos sociais básicos (educação, saúde).

A especificidade dessa civilização também gerou entraves ao desenvolvimento da agricultura, sendo esta “limitada” pela escassa disponibilidade de terras, não obstante a abundância de mão de obra, o que, fez com que parte da população rural fosse trabalhar nos engenhos e usinas de cana-de-açúcar em troca de uma moradia e de terra para plantar.

Ao analisar essa problemática, Otávio Velho (1969) constatou que os trabalhadores rurais da Zona da Mata pernambucana tinham uma maior tendência a proletarização, pois, as dificuldades de exercerem as atividades agrícolas os direcionavam para a migração em busca de outras frentes de trabalho, entre estas as atividades não agrícolas. Contudo, por mais que o referido autor apontasse para essa proletarização, e afirmasse que os trabalhadores da *plantation* não eram propriamente camponeses, ele reconhecia a presença de um campesinato marginal fora da *plantation* (VELHO, 1976 apud WANDERLEY, 2009).

Sobre este aspecto, a pesquisadora Nazareth Wanderley (2009, p. 95) afirma que “(...) sendo o capital uma relação social, que se estabelece entre proprietários dos meios de produção e vendedores de força de trabalho, sua realização histórica supõe a separação do produtor direto de suas condições objetivas de trabalho.” Entretanto, ela pontua que mesmo que o processo de proletarização seja algo nítido, isso não implica, porém, que o capital “proletariza a totalidade da força de trabalho, particularmente na agricultura” (WANDERLEY, 2009, p. 95). O campesinato, e aqui me refiro ao trabalhador/morador de engenho, continua a existir mediante uma relação de autonomia e subordinação se inserindo dentro do próprio desenvolvimento do capitalismo.

Segundo Nazareth Wanderley, não há uma distinção entre os camponeses e trabalhadores rurais, pois ambos pertencem a uma classe em comum em que os interesses que os movem são os mesmos, e se caracterizam pela “reivindicação do acesso à propriedade da terra em condições de estabilidade e suficiência e representa, em última instância, a reivindicação do controle dos frutos de seu trabalho” (WANDERLEY, 2009, p. 130). Ou seja, o que direciona o trabalhador/morador rural do engenho é o mesmo ímpeto que orienta a vida do camponês, que é a busca pela autonomia que somente a terra pode lhe proporcionar.

Ao ingressar no *sistema de morada*, - conforme mencionei no decorrer do texto esse sistema consiste na casa que o morador do engenho recebe para morar e no sítio que recebe para plantar produtos agrícolas de subsistência para a sua família - o trabalhador rural não está à procura apenas de um trabalho ou uma casa para viver, mas sim da possibilidade de usufruir do benefício do sítio que somente o acesso à terra lhe traz. Dessa forma, constata-se que esses trabalhadores/moradores são agricultores que em decorrência dos longos processos de expropriação na zona da mata tiveram que se submeter, portanto, ao trabalho no engenho.

Por mais que a vida no engenho represente, em um primeiro momento, a proletarização desses trabalhadores/moradores, esta é a maneira que centenas de famílias encontraram de permanecer no campo. De fato, na pesquisa de campo pude observar que o que ordena a vida dos atores sociais no espaço do engenho Megaípe não é o trabalho na usina, já que este é tido como um serviço penoso por seus moradores, mas a autonomia que o trabalho no roçado lhes proporciona.

Isso significa dizer que, ainda que o trabalhador/morador da região do açúcar sempre estivesse propenso a uma “exposição” ao processo de proletarização no percurso de sua trajetória, contudo, isso, de forma alguma implicaria numa afirmação que esses produtores não sejam agricultores. Os dados da pesquisa postos no decorrer desse capítulo mostram exatamente o contrário disso, quer dizer, as dificuldades de acesso à terra própria e a busca por atividades não agrícolas não os descaracterizavam enquanto tais.

Nazareth Wanderley tem uma percepção peculiar sobre esse dilema vivenciado pelos moradores de engenho, qual seja, a possibilidade de realizar seu projeto de vida no campo através da morada no engenho:

O morador de engenho, por exemplo, é um trabalhador rural, no sentido de que não dispõe da propriedade de seus meios de produção. Mas é através do contrato de trabalho que ele procura realizar sua perspectiva de manter uma organização familiar do trabalho, através da qual possa obter um nível de renda familiar complementar ao salário. (WANDERLEY, 2009, p. 130)

Nesse sentido, pode-se dizer que a morada no engenho se constitui como um mecanismo viável que assegura a trajetória de vida de muitas famílias no campo. Mais do que uma casa para habitar, *morar* no engenho significa possuir condições de “ter”, mesmo que seja por período de tempo determinado²⁶, terra para plantar. Significa, ainda, a possibilidade

²⁶ A permanência do morador/trabalhador no engenho não é garantida apenas por sua própria vontade, mas pela determinação do dono do engenho/usina, que de acordo com seus critérios pode expulsar os moradores de sua propriedade.

de usufruir do sítio. É nessa linha de pensamento que Moacir Palmeira, em seu estudo sobre os moradores de engenho na zona da mata de Pernambuco, afirma que:

Quando o trabalhador potencial procura um engenho, antes de pedir trabalho, o que ele procura é casa. Mas não é qualquer casa, no sentido que nós damos a essa palavra, que ele procura, mas sim casa de morada, uma casa que permita o sustento dele e de sua família e lhe assegure certas vantagens no engenho, além de lhe abrir certas possibilidades como a do usufruto de um sítio. (PALMEIRA, 1977, p. 205)

Essa constatação a que chegou Moacir Palmeira nos leva a compreender que a obtenção da morada é, com efeito, uma forma de permanência e de reprodução da unidade familiar no meio rural. Dito de forma sucinta, a obtenção da morada – a casa juntamente com o sítio – é que leva o trabalhador rural/agricultor a se submeter ao trabalho no engenho/usina.

Portanto, o trabalho no engenho não é a finalidade de vida almejada pela família agricultora, mas é um mecanismo social que conduzirá essa família a ter a autonomia que somente o seu trabalho no sítio assegurará. Vejamos o que diz Palmeira (1977, p. 206) sobre este aspecto:

Mas não há dúvida de que a concessão de sítios representa o mais importante dos “prêmios” que o senhor de engenho atribui ao morador, pois significa o morador poder plantar, além do seu roçado, árvores e, portanto, ligar-se permanentemente à propriedade (e aqui o tempo de permanência passa a ser um elemento importante).

Para ter direito ao sítio o morador se insere no “sistema” de morada, usufruindo por um lado, dos seus benefícios, e por outro lado, das obrigações com o trabalho nos canaviais. Destarte, foi nessa perspectiva que pude perceber as dinâmicas atuantes no engenho Megaípe, no entanto, com um diferencial interessante: o sítio é descrito por seus moradores como roçado, pois quem tem sítio de verdade, segundo eles, são os sitiantes dos sítios ao redor do engenho, no caso, o sítio Cumbe e sítio Boa Vista.

Por certo a região canavieira possui muitas singularidades, fazendo com que as relações estabelecidas no seu espaço rural assumam contornos diferentes das regiões em que o agricultor dispõe da posse da terra. As formas de relações que emanam do modo de vida no engenho desde cedo parecem ser absorvidas pelos seus moradores, pois, quem mora no engenho precisa entender, conforme uma expressão do Moacir Palmeira, as regras do jogo para poder ter acesso aos possíveis “benefícios” da casa e do roçado.

A região da zona da mata foi por muito tempo um espaço de disputa entre a produção monopolizadora da cana-de-açúcar, e a busca de centenas de agricultores por um espaço para

plantar e desenvolver a agricultura. Contudo, tendo em vista a dificuldade do acesso à terra em uma região como essa, a idealização de uma vida no meio rural só se tornou possível pela ligação a algum engenho por parte das famílias agricultoras.

No engenho Megaípe, para poder ter o direito de desenvolver o roçado o morador juntamente com sua família teve de exercer uma dupla jornada vinculada, sobretudo, ao trabalho na usina durante o dia, e à sua própria plantação durante o período da tarde. Além disso, em decorrência das recentes mudanças em curso na região, ancoradas principalmente pelo desenvolvimento de Suape e pelo crescimento das indústrias na região, outro mecanismo que tem sido cada vez mais acionado pelos filhos dos moradores é a busca pelo trabalho nesses setores.

Ainda não se pode afirmar se esta mudança implicará em alguma ruptura com o modelo vigente, ou em uma nova reorganização da vida social no meio rural. O que se pode observar é que essas metamorfoses não têm indicado uma transição total desses agricultores para uma vida urbana. Mesmo que as diversas pesquisas – Sigaud 1979, Velho 1969, Palmeira, 1977 - sobre os trabalhadores rurais da zona da mata tenham apontado para o quão propenso estes trabalhadores estão a um processo de precarização, elas também apontaram para a permanência de parte desses moradores no meio rural.

Nesse sentido, Lygia Sigaud nos ajuda a pensar sobre a situação desses moradores/trabalhadores da zona da mata. Ela demonstrou que quando os moradores da zona da mata vivenciaram um intenso processo de expropriação em meados da década de 1950 do século passado, ancorado na expulsão desses moradores dos engenhos para as cidades, boa parte deles e de suas respectivas famílias não deixaram o engenho, mas continuaram a procura da terra onde pudesse fazer sua plantação de subsistência e de um novo engenho para dar continuidade a morada. No bojo dessas transformações ela afirmou que:

De um lado esse movimento para fora dos engenhos, velho porque sempre existiu, mas novo porque sem retorno, não é um processo consumado, na medida em que muitos *moradores* continuam ainda residindo dentro das propriedades. Também não é um movimento que indique uma ruptura com o trabalho na cana (...). (SIGAUD, 1979, p. 33-34)

Entretanto, Sigaud pontua que assim como alguns moradores permaneceram no engenho, usufruindo da morada, nem todos os que vivenciaram o processo de expropriação e eventual saída dos engenhos se tornaram um mero vendedor da força de trabalho para os proprietários do engenho/usina. Antes, se metamorfosearam em pequenos produtores rurais

independentes. Foi nesses termos que Sigaud corrobora para uma análise feita por Afrânio Garcia (1975) quando afirmou que:

Assim, se uma das vertentes do processo de mudança foi a transformação do *morador* em mero vendedor de força de trabalho, a outra vertente teria sido a constituição de um campesinato marginal à *plantation*, a partir da fragmentação de antigos engenhos que foram então vendidos em pequenos lotes por ser esta a modalidade mais rentável. (GARGIA Jr., 1975 apud SIGAUD, 1979, p. 44)

A região canavieira é marcada por processos de expropriação, por uma agricultura frágil como consequência da pouca disponibilidade de terra, e pela grande quantidade de engenhos com moradores. Nesse conjunto de situações se encontram os pequenos produtores que em face de situações adversas, como escassez de recursos e dificuldades de acesso à terra, permanecem com um projeto de vida que tem como prioridade as relações advindas do campo. Acuados por intensas transformações, até hoje eles têm “permanecido” no seu lugar vida.

Apesar de todas as fragilidades presentes nas áreas canavieiras, no engenho Megaípe os seus moradores declararam serem satisfeitos por ainda poderem morar em um engenho, além disso, veem com bons olhos as recentes mudanças no município no tocante, principalmente, às ofertas de empregos nas empresas de Jaboatão dos Guararapes e às indústrias de Suape.

As mudanças em curso no município de Jaboatão dos Guararapes e em toda a Região Metropolitana do Recife (RMR), conforme demonstrei no capítulo I, tem por pressuposto uma valorização e intensificação das atividades econômicas industriais. Como consequência desse processo, houve uma redução significativa das atividades agroindustriais em Jaboatão dos Guararapes. Porém, as mudanças não foram recebidas com indiferença pela população do engenho Megaípe, antes, seus moradores viram nela uma possibilidade de aumentar a renda familiar. Nesse sentido, pessoas que nunca haviam trabalhado anteriormente em atividades que não fosse na cana-de-açúcar e no roçado, agora se encontram trabalhando em uma indústria. Não ocorreu apenas uma mudança de emprego, da cana para a indústria, mas uma mudança de comportamento nas trajetórias das famílias.

Assim, se tem uma dualidade: se por um lado o rural é visto como a única forma possível de se viver para as famílias agricultoras do engenho Megaípe, do sítio Cumbe e do sítio Boa Vista, por outro lado para a maioria das famílias também já não é mais possível se

viver somente da lavoura ou do trabalho na usina, por isso há essa aceitação da presença de empresas no entorno da área do engenho e sítios.

Nesse sentido, passo a expor nos tópicos a seguir de maneira mais detalhada como se configura a vida no engenho Megaípe, comparando com os dados obtidos junto aos sítios Cumbe e Boa Vista. A comparação nos possibilitará enxergar, principalmente, como a vida dos moradores do engenho é permeada pela instabilidade da falta de posse da terra, deixando-os à mercê das mudanças econômicas e políticas, enquanto que nos sítios a certeza de ter um lugar que é seu para morar e trabalhar garante a possibilidade da sucessão familiar no sítio.

3.1.1 Caracterização das famílias agricultoras do engenho e dos sítios

Conforme já havia informado no capítulo I, os sitiantes e os moradores do engenho, ambos aqui representados como famílias agricultoras, se distribuem no entorno do bairro de Muribeca dos Guararapes sem grandes conflitos.

É importante destacar que o próprio engenho também se configura como um referencial para os sitiantes, posto que, ainda que na atualidade ninguém mais trabalhe apenas no engenho/usina, no passado não era assim. Antes da intensificação da criação de empresas em Jaboatão dos Guararapes, que ocorreu a partir da década de 1990 e acelerou em meados do século XXI, os moradores relataram que o trabalho nos canaviais era a “salvação” das famílias que não conseguiam viver somente da agricultura. Além disso, ainda há o fato de que o engenho se insere como um espaço que centraliza toda a vida social em seus domínios, pois é nele que existe a presença da escola, do barracão e do açude.

Isto posto, passo a traçar a partir das entrevistas realizadas e dos questionários aplicados aos sitiantes e moradores do engenho um perfil das famílias agricultoras. Os questionários foram de grande utilidade para apreender as mudanças na região. Já as entrevistas revelaram as trajetórias de vida dessas famílias. Vale salientar que ao todo foram aplicados 32 questionários, e feitas 9 entrevistas com informantes chave, moradores mais antigos que guardam consigo retratos na memória do lugar. Desses 32 questionários, 24 foram aplicados no engenho Megaípe e 8 questionários foram aplicados nos sítios, sendo 4 questionários para cada sítio.

A amostra foi escolhida aleatoriamente. Contudo, como eu objetivava colher informações de forma que abrangesse toda a realidade pesquisada, apliquei os questionários às famílias em toda a extensão do engenho, desde a parte central até a parte periférica.

Os dados apontaram que, de maneira geral, os moradores do engenho fazem uma avaliação positiva da vida no campo e que apesar dos contratemplos, - como a distância do engenho da parte central do bairro - não se imaginam vivendo longe dos vizinhos e da natureza. No entanto, as entrevistas com os moradores mais jovens apontaram um desejo de sair da área rural, motivados, sobretudo pela vontade de ter uma vida digna e com qualidade, que para eles seria ter acesso aos serviços que são ofertados na cidade. O interessante é que mesmo com o desejo de partir, esses jovens informaram que gostam de viver no engenho/sítio e que não saberiam morar em outro lugar, o que revela a tensão subjetiva entre o ir ou não ir habitar na cidade.

Vejamos abaixo a tabela 5 com o perfil da idade dos entrevistados do engenho Megaípe, e em seguida a tabela 6 com o perfil da idade dos entrevistados dos sítios Boa Vista e Cumbe.

Tabela 5 – Perfil da idade dos entrevistados no engenho Megaípe

Idade	Quantidade	Porcentagem (%)
Menos de 20 anos	0	0,00
21 - 30 anos	5	20,83
31 - 40 anos	1	4,16
41 - 50 anos	6	25
51- 60 anos	8	33,33
Acima de 61 anos	4	16,66
Total	24	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada no ano de 2012.

No engenho Megaípe há uma maior quantidade de pessoas a partir dos 41 anos. Assim, se somarmos as pessoas que se encontram entre a faixa etária “41-50 anos” até “acima de 61 anos” teremos um total de 74,99%.

De acordo com a tabela 6, também podemos confirmar que há um predomínio de entrevistados numa faixa de idade adulta e idosa. Há um predomínio de pessoas acima dos 51 anos, com um total de 75% (Ver a tabela) :

Tabela 6 – Perfil da idade dos entrevistados dos sítios Cumbe e Boa Vista

Idade	Quantidade	Porcentagem (%)
Menos de 20 anos	0	0,00
21 - 30 anos	1	12,5
31 - 40 anos	1	12,5
41 - 50 anos	0	0,00
51- 60 anos	3	37,5
Acima de 61 anos	3	37,5
Total	08	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada no ano de 2012.

Um dado interessante com relação à idade dos entrevistados é que os moradores, tanto dos sítios como do engenho, que se encontram na faixa etária acima dos 41 anos foram os que demonstraram maior apego ao lugar e vontade de permanecer no meio rural. Essa mesma faixa etária também concentra os moradores com menor tempo de estudo, ou seja, desde os que nunca frequentaram a escola até os que cursaram até a 4ª série do ensino fundamental - conforme veremos adiante-, e, como mencionei, os que não têm vontade de sair do campo. É o que mostra a tabela 7:

Tabela 7 – Vontade dos entrevistados de sair do meio rural para a cidade

Vontade	Quantidade	Porcentagem (%)
Não tenho vontade	25	78,12%
Sim, pois a cidade oferece melhores condições de vida	6	18,75%
Sim, pois não gosto das atividades agrícolas	-	-
Sim, outros motivos	1	3,12%
Total	32	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada no ano de 2012.

Com relação aos que querem sair do campo, a pesquisa indicou que os moradores mais jovens manifestam esse desejo, com 18,75%. A maior parte desses jovens possui, ainda, mais anos de estudos que as outras pessoas da área pesquisada e já tiveram algum tipo de contato

com o trabalho não agrícola no centro urbano de Jabotão dos Guararapes. Contudo, 78,12% dos indivíduos não têm vontade de sair do meio rural. Essa opção foi escolhida pelos moradores mais antigos do engenho e dos sítios, por não conseguirem mais se imaginar morando na cidade.

Nesse sentido, tornou-se comum ouvir os mais moradores mais antigos do engenho Megaípe afirmarem que “quando se mora em engenho não se acostuma morar na rua”. Já os moradores dos sítios afirmavam que não queriam ir para a cidade porque gostavam de morar no meio rural e porque eram proprietários de suas terras.

No tocante à escolaridade dos entrevistados os dados apontaram que a maior parte não tem muitos anos de escolaridade. Conforme pudemos ver nas tabelas acima a maioria dos moradores da região está acima dos 41 anos de idade, não possuem nenhuma vontade de sair do campo e também são os que se encontram na situação de amargarem os menores níveis de escolaridade. As famílias mais jovens são as que possuem maior nível escolar. A seguir, a tabela 8 indica o grau de escolaridade no engenho Megaípe, e a tabela 9 indica a escolaridade no sítio Cumbe e sítio Boa Vista:

Tabela 8 – Grau de escolaridade dos entrevistados do engenho Megaípe

Escolaridade	Quantidade	Porcentagem (%)
Nunca estudou	10	41,66
1ª a 4ª série	11	45,83
5ª a 8ª série	1	4,16
Ensino médio incompleto	0	0,00
Ensino médio completo	2	8,33
Total	24	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada no ano de 2012.

No engenho Megaípe há um predomínio de pessoas que nunca estudaram ou que estudaram no máximo até a 4ª série do ensino fundamental, com um total de 87,49%. Conforme mencionei acima, esse índice de pouca escolaridade é predominante na população de idade mais elevada. A tabela 8 ainda nos mostra outras duas informações, que os entrevistados mais jovens foram os únicos que completaram o ensino médio, e que tem uma escolaridade entre a “5ª e 8ª série”.

Com relação ao sítio Cumbe e sítio Boa Vista a situação é similar ao engenho Megaípe: os sitiantes de mais idade nunca estudaram, e, se estudaram, foi até a 4ª série do ensino fundamental, e o mais jovem, no caso 1 entrevistado, concluiu o ensino médio.

Tabela 9 – Grau de escolaridade dos entrevistados dos sítios Cumbe e Boa Vista

Escolaridade	Quantidade	Porcentagem (%)
Nunca estudou	4	50
1ª a 4ª série	3	37,5
5ª a 8ª série	0	0,00
Ensino médio incompleto	0	0,00
Ensino médio completo	1	12,5
Total	8	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada no ano de 2012.

No tocante à percepção dos moradores de Megaípe e dos sítios a respeito do meio rural, este é compreendido pelas famílias como um “costume”. E é esse costume, baseado em um modo de vida que aprenderam dos pais, que também os mantêm reproduzindo suas vidas no engenho, apesar das transformações que tem ocorrido em seu entorno. Contudo, o medo de perderem suas casas, suas vidas e toda uma rede de sociabilidade construída no local, denuncia o quanto estão expostos a um sistema de frágil inserção social, e que limita a autonomia dessas famílias.

O sistema da *plantation* foi, por certo, duplamente cruel com os moradores da zona canavieira, pois se de um lado, utilizava essa mão de obra disponível para o trabalho desgastante da cana-de-açúcar, por outro lado lhes negava qualquer possibilidade de acesso permanente à terra. Até hoje, a terra se caracteriza como um sonho distante para essa população que no decorrer de sua existência passou por todo o tipo de expropriação.

A falta de perspectiva de vida fora do engenho é perceptível na fala dos entrevistados em Megaípe, principalmente quando afirmam que não querem sair do engenho porque não há lugar para onde ir, uma vez que viver na rua (referindo-se a cidade) sempre foi algo fora de cogitação para a maioria dos interlocutores.

O medo de não encontrarem mais terra para plantar e para reproduzir as condições de existência das famílias é o que tem levado os moradores a continuarem se “sujeitando” ao engenho. Isso fica evidenciado na fala de um morador do engenho Megaípe, o qual também

aponta para a vontade de ter a sua própria terra (aqui se entenda casa e o espaço para o roçado) e para o medo face às mudanças em curso na localidade:

A terra representa coisas boas. O que eu mais queria era ter uma terra minha mesmo. Aqui no engenho há dez anos essa BR embaixo não existia. Havia muita mangueira e jaqueira, mas agora o espaço para plantar tá diminuindo, os pés de árvore estão morrendo, o rural tá se apertando. Isso tá escrito na bíblia, por isso as coisas ruim estão acontecendo, e nossa vida tá piorando. (Seu I. J. 40 anos, engenho Megaípe)

A fala do morador I. J. permite analisar dois aspectos interessantes sobre os anseios de quem mora no engenho Megaípe: a obtenção da terra e depois, a preocupação com o avanço das empresas que pode abalar a já tão frágil condição de vida inserção das famílias agricultoras que vivem na região.

A região de Megaípe, do sítio Cumbe e do sítio Boa Vista possuem no total de 465 pessoas, residentes nas 60 casas do engenho, nas 15 casas do sítio Cumbe e nas 15 casas do sítio Boa Vista. A origem dessas famílias são as mais variadas. Porém, quem mora no sítio Boa Vista são descendentes de um parente em comum que chegou na localidade no começo do século XX, de sorte que todos os moradores nasceram e se criaram nesse sítio.

Já os que moram no sítio Cumbe não possuem esse traço em comum na origem, pois já passaram por um processo de diferenciação dos membros fundadores, de forma que os que moram no sítio possuem uma origem diversa. Com relação aos moradores do engenho Megaípe há duas situações sobre suas origens: os que sempre moraram no engenho, e os que vieram de outro engenho, ou de outra área rural, para morar nos seus domínios. Ver tabelas abaixo sobre a origem dos moradores:

Tabela 10 – Local de origem das famílias dos sítios Cumbe e Boa Vista

Local de Origem dos Chefes da U.F	Quantidade	Porcentagem (%)
Muribeca dos Guararapes	1	12,5
Sítio Cumbe	1	12,5
Sítio Boa Vista	4	50
Comporta/Jaboatão	1	12,5
Engenho Cacimba/Vitória de Santo Antão	1	12,5
Total	8	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada no ano de 2012.

A tabela 10 indica as diferentes origens dos moradores do sítio Cumbe, que na atualidade tem como característica dominante a mobilidade com que diversos atores sociais transitam sobre seu espaço. Os moradores que foram entrevistados informaram ainda que a diversidade nas origens das pessoas que moram no sítio tem se configurado como um problema grave, pois existem casas fechadas de moradores que pouco aparecem na localidade. De acordo com os sítiantes mais antigos do sítio Cumbe, as casas fechadas pertencem à pessoas que nunca se envolveram muito com a localidade, mas que mantêm a sua propriedade ou porque à compraram a um preço barato, ou porque herdaram de algum morador um pedaço de terra. Em contraste com o Cumbe que possui uma grande diferenciação na origem dos seus moradores, todas as 4 famílias entrevistadas no sítio Boa Vista tem sua origem nesse mesmo sítio.

Com relação ao engenho Megaípe os dados revelaram que 50% dos seus moradores são oriundos do próprio engenho, e os demais tem sua origem em outros engenhos e áreas rurais. Isso confirma, que esses moradores de fora, em sua maioria, vieram dos engenhos que aboliram o sistema de morada e iniciaram o processo de expulsão de seus moradores para as periferias das cidades da zona da mata.

Os moradores de engenhos expropriados foram para Megaípe durante a década de 1990, e habitam a região há mais de 20 anos, de maneira que hoje são completamente aceitos pelos moradores antigos, convivendo em total harmonia com eles. Durante as entrevistas percebi que essa harmonia decorre de um entendimento entre os próprios moradores de engenho, que consiste no fato de que encontrar um engenho para viver é difícil demais para negligenciar quem precisa de uma morada. A tabela 11 na página seguinte mostra todos os locais de onde as famílias vieram:

Tabela 11 – Local de origem das famílias do engenho Megaípe

Origem	Quantidade	Porcentagem (%)
Engenho Novo	1	4,16
Ribeirão / Mata Sul	3	12,5
Curcurana	1	4,16
Engenho Megaípe	12	50
Engenho Trapiche/Sirinhaém	1	4,16
Engenho Caiongo	1	4,16
Engenho Caraúna/Moreno	1	4,16
Engenho Santo Estevão/Cabo	1	4,16
São José da Laje/ Zona da Mata de Alagoas	1	4,16
Engenho Gaipió/Ipojuca	1	4,16
Escada/Mata Sul	1	4,16
Total	24	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada no ano de 2012.

A dificuldade de encontrar um engenho/usina que oferece a casa, remuneração pelo trabalho nos canaviais e a possibilidade do roçado, faz com que os moradores de fora demonstrem um sentimento de “gratidão” ao dono da usina que não foi percebido por mim entre os moradores que sempre viveram no engenho Megaípe.

A fragilidade da região canavieira aparece também no temor que os moradores estabelecidos e os de fora possuem com relação à impossibilidade de permanecerem, ou não no seu lugar de vida no seu lugar de vida, em decorrência das intensas transformações que têm ocorrido na localidade.

Com relação do engenho Megaípe, há um duplo temor nas famílias moradoras desse engenho. Além de se defrontarem com a instabilidade do sistema de morada, há ainda o medo de sofrerem uma segunda expropriação, que é com relação ao avanço das empresas. Contudo, esse medo só se restringe a uma possível saída deles em face das mudanças, porque, no que diz respeito à geração de empregos que essas empresas proporcionam aos filhos dos agricultores, elas são vistas com bons olhos.

No entanto, esse temor não é percebido pelos sitiantes, os quais respaldados pelo fato de serem proprietários possuem total confiança quanto à sua permanência no sítio como espaço de vida. A certeza de que a terra é um bem da família revela também que a continuidade da família pela sucessão da terra está assegurada.

No engenho Megaípe a moradia é cedida pela usina Bom Jesus, que compreende a casa e um “pedaço” de terra para as famílias plantarem o roçado. A distribuição da moradia e do sítio é concedida às famílias em duas situações específicas: para a família que tem algum membro trabalhando na usina, e para as famílias mais antigas na qual seus membros já trabalharam no passado para a usina. Atualmente nem todos os que moram nas casas do engenho trabalham para a usina. A tabela abaixo indica a instabilidade da moradia na região, pois nenhum morador de engenho tem de fato à posse da terra:

Tabela 12 - Condição da moradia no engenho Megaípe

Condição da moradia	Quantidade	Porcentagem (%)
Cedida	24	100
Alugada	0	0,00
Própria	0	0,00
Invasão	0	0,00
Outro	0	0,00
Total	24	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada no ano de 2012.

Diferente do engenho, nos sítios as casas são próprias, o que assegura aos sítiantes uma condição privilegiada na localidade. A terra se constitui um fator importante para as famílias agricultoras, pois é por meio dela que a unidade familiar se reproduz socialmente.

No próximo tópico abordo os aspectos sociais da vida no engenho e nos sítios, passando a evidenciar a sociabilidade entre as famílias e a reprodução de suas vidas no lugar social alvo dessa pesquisa.

3.1.2 Vida, sociabilidade e lazer no engenho Megaípe

Mesmo que nem todos os moradores do engenho Megaípe trabalhem na plantação da cana-de-açúcar, a vida no engenho de certa forma é intermediada pelas relações que por muitos anos se estabeleceram com essa cultura. A percepção da moradia, a relação com o roçado, os divertimentos dos finais de semana, as relações interpessoais, dentre outros aspectos, são reveladores de como a sociabilidade dos seus moradores estiveram sempre ligados ao modo de vida no engenho.

De fato, se alguma pessoa questionar os moradores do engenho Megaípe sobre o que eles acham de morar na área rural, eles provavelmente direcionariam o entendimento do meio

rural ao engenho, e a resposta seria descrita como: “eu gosto de morar no engenho” ou “eu tenho costume de morar no engenho”, e ainda “minha vida toda foi no engenho, junto da natureza”. Engenho e natureza, eis a percepção das famílias agricultoras ali encontradas sobre o que seria o meio rural para elas.

Outra questão reveladora sobre a percepção dos moradores de engenho e dos sítios é que o rural é vivenciado como um *costume*, como “algo que aprenderam a viver” a partir da relação que estabeleceram com a família, com o trabalho na terra, com vizinhança e com a natureza. Em contrapartida, a cidade, ou melhor, a rua²⁷, é vista como um espaço de poluição, perigo e falta de liberdade:

Eu gosto do rural porque eu nasci aqui, tenho costume. A minha vida toda eu morei em engenho. Aqui a gente vê a paz, o sossego. Na rua só tem droga. Eu não me acostumo com a rua porque tem poluição também. Aqui o ar é mais gostoso e a gente se sente a vontade, porque ninguém vem incomodar nós. Não gosto de casa colada, o que a gente come o outro sabe, se a gente briga o outro sabe. A cidade é barulhenta e tem perigo. Quem mora na cidade não quer morar aqui, mas quem mora aqui não quer morar na cidade. (Seu I. J. 40 anos, engenho Megaípe)

A fala abaixo de uma moradora do sítio Cumbe também evidencia esse olhar sobre o rural:

Eu acho que tudo é o costume. Eu só saio daqui para o cemitério, porque gosto muito daqui, gosto das minhas frutas e das minhas águas boas. Aqui é onde tudo começou, aqui comecei a criar meus filhos, aqui começou a minha história. Aqui eu sou livre, na rua a pessoa é presa. (Dona N. B. 57 anos, sítio Cumbe)

Em ambas as falas fica nítido que a noção de *costume* é comumente associada ao rural. Antes de tudo, viver no meio rural é percebido como algo que se aprendeu desde o nascimento e que está associado à própria vida da pessoa. Isso implica pensarmos que não se mora apenas no espaço rural, ou seja, o rural não é apenas um lugar de moradia, mas se vive um modo vida que é captado no percurso das vidas de seus atores sociais, sendo transmitido para as futuras gerações.

Essa percepção de seus moradores confirma nossa perspectiva de que o rural está fortemente atrelado às questões de ordem simbólicas e culturais, se configurando como uma

²⁷ “Rua” é a denominação que os moradores de Megaípe e dos sítios fazem para se referir à cidade ou mesmo à parte urbana do bairro de Muribeca dos Guararapes. A “rua”, aqui, está associada também aos serviços públicos e privados, ao tipo de moradia de casas próximas uma das outras e a um lugar cheio de dificuldades.

referência identitária para seus habitantes, ou seja, é aquilo que Kayser afirmou sobre o rural como “um modo particular de utilização do espaço e de vida social” (KAYSER, 1990, p. 13 apud WANDERLEY, 2009, p. 204).

Quando questionados sobre o que o rural representava para as famílias, foi concedida a possibilidade dos entrevistados responderem mais de um item. Assim, para a maioria, 42,6%, o meio rural é representado como um lugar de vida e trabalho. Em segundo lugar, o rural está associado ao sustento, e, em terceiro lugar o rural é compreendido como um lugar que representa felicidade. Ver a tabela abaixo:

Tabela 13 - Representação do engenho/sítio para as famílias agricultoras

Representação	Quantidade de vezes da resposta	Porcentagem (%)
Lugar de Vida e Trabalho	26	42,6
Sustento	17	27,8
Felicidade	11	18
Outros (Costume)	7	11,4
Total	61	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada no ano de 2012.

Contudo, um dado revelado nessa tabela é que mesmo o *costume* não sendo uma das opções nas alternativas à disposição dos entrevistados, ele apareceu na categoria “outros” para 11,4% dos entrevistados, confirmando as falas obtidas nas entrevistas na qual os moradores assimilavam o rural como um costume, ou seja, um modo de vida que é “interiorizado” e reproduzido pelos atores sociais.

No que diz respeito ao lugar em que vivem, os moradores do engenho e dos sítios possuem uma visão em comum sobre as dificuldades da região, e sobre o projeto de permanência da vida no campo. No desenrolar da vida cotidiana, eles apontaram que a maior dificuldade da região é o acesso aos hospitais, representando 46,87%, e, em segundo lugar somando 37,5%, foi mencionada a dificuldade de acesso ao transporte. Na verdade, toda a área rural pesquisada se encontra numa região de difícil acesso, dificultando que a população usufrua dos serviços da área urbana do bairro de Muribeca dos Guararapes. Vejamos as porcentagens na tabela 14 em seguida:

Tabela 14 – Dificuldade para quem mora no engenho Megaípe, sítio Cumbe e Boa Vista

Dificuldade	Quantidade	Porcentagem (%)
Hospital	15	46,87
Escola	0	0,00
Escoamento da produção	0	0,00
Estradas	1	3,12
Água	1	3,12
Transporte	12	37,5
Outro	3	9,37
Total	32	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada no ano de 2012.

A primazia concedida ao rural como um lugar de vida e de trabalho denota a multifuncionalidade do espaço rural. Concretamente, ao mesmo tempo em que ele se insere como um espaço de se viver é, também, um lugar de trabalho (aqui os moradores se referem tanto ao trabalho feito no roçado com o objetivo de venda dos excedentes nas feiras, ao trabalho nas pedreiras que ficam dentro do engenho e ao trabalho na usina). Já o sustento foi utilizado pelas famílias com a noção da provisão que a natureza concede aos seus moradores. Nesse sentido, era natural ouvir os moradores afirmarem que “a natureza dava tudo que eles precisavam para viver”, diferente da rua que tudo precisa ser comprado.

Além dessa questão relacionada ao *costume*, há outra característica própria do rural no espaço da pesquisa, que é com relação à *sociabilidade* no engenho. A sociabilidade pode ser compreendida como um processo que envolve a interação entre indivíduos e grupos sociais (ALMEIDA, 1997).

A sociabilidade será aqui interpretada como um desenrolar das relações entre os próprios atores sociais e entre os atores sociais e o engenho, na qual vão definindo o modo de vida em que vivem. Para isso, passo agora a discorrer sobre a vida e o lazer no engenho, sempre comparando com o sítio, para demonstrar as possíveis aproximações e/ou distanciamento entre esses respectivos atores sociais.

O desenvolvimento das atividades no engenho Megaípe e nos sítios começa logo cedo juntamente com o nascer do sol. Os moradores que trabalham durante o dia costumam se deitar para o sono noturno entre as 18h00 e as 20h00, de maneira que no máximo às 05h00 já estão todos acordados. Os moradores do engenho afirmaram que o hábito de dormir e acordar

cedo vem desde o período que não existia usina ou televisão na região, e que preservaram essa tradição até os dias atuais.

Ao acordarem, os homens (chefes das unidades familiares) se dirigem ao trabalho na usina, às pedreiras, às empresas da região ou a Suape. As mulheres que possuem filhos em idade escolar os encaminham à escola, em seguida vão no roçado logo cedo “barrer”²⁸ o mato, ou fazem algum serviço rápido enquanto o “sol não esquenta”.

A divisão das tarefas no engenho Megaípe ocorre da seguinte maneira: os homens, na sua maioria, desenvolvem as atividades pluriativas (atividades agrícolas e não agrícolas), e as mulheres se ocupam do trabalho doméstico e do roçado. Quando seus maridos saem para trabalhar, e os seus filhos “descem” para a escola, a rotina dessas mulheres se intensifica, de sorte que, em um curto espaço de tempo elas vão ao roçado, lavam roupas juntas no rio e fazem suas atividades. À tarde, as mulheres e os homens vão para o roçado fazer o serviço mais pesado.

Essa divisão do trabalho é feita entre os próprios membros da família. É o que Perry Scott (2009, p. 246) argumenta ao analisar os trabalhadores rurais da zona canavieira, quando diz que “trabalhadores rurais e camponeses não diferem de outros grupos humanos. Constroem grupos domésticos para se beneficiarem. Neste esforço comum, criam-se especializações por sexo, idade e parentesco”.

Essa divisão, além de ser formulada a partir da condição de cada membro na unidade de produção familiar, tem contribuído para a permanência da mulher em casa tanto em Megaípe quanto nos sítios. De todas as famílias entrevistada no Engenho Megaípe e nos dois sítios, apenas uma mulher trabalhava fora da unidade produtiva, enquanto que o restante se dedicava ao serviço doméstico e à “parte mais leve do roçado”²⁹. É como se houvesse uma tendência do homem buscar se inserir no contexto da pluriatividade para que a mulher não se aventure nessas atividades.

Com respeito a esse dado, Klaas Woortmann (1990) reconheceu em um estudo sobre os sitiantes que eles acionavam a migração porque não havia trabalho e porque, dentre outros motivos, não queriam que as suas mulheres trabalhassem, a fim de manter, dessa maneira, a hierarquia familiar:

²⁸ “Barrer” é um termo utilizado pelos moradores do engenho que significa limpar o roçado, ou tirar o mato e as eventuais sujeiras do seu respectivo terreno.

²⁹ O que denomino de “parte mais leve do roçado” é o ato de barrer e conferir como está à plantação. Somente na parte da parte é que é feito o serviço mais pesado, como: capinar, arrancar as ervas daninhas, colocar veneno nas formigas, colher a lavoura.

Migrar, portanto, é um recurso para manter a mulher no domínio da casa, espaço por excelência da mãe de família. Não se trata meramente de manter a subordinação da mulher, mas de preservar sua dignidade e o status da família em geral. (WOORTMANN, 1990, p. 226-227)

Contudo, a permanência das mulheres dos engenhos e sítios no lar não me pareceu ser fruto de uma determinação/dominação masculina, mas sim um acordo familiar que tem dado certo, haja vista que no passado as mulheres afirmaram que trabalhavam na usina. Porém, com a melhoria das condições de vida, as famílias não julgaram mais necessário que todos os seus membros exerçam atividades não agrícolas. O que ocorre na região da pesquisa é o predomínio de um tipo de solidariedade (DURKHEIM, 2008) que tem contribuído para a coesão social da unidade familiar e reprodução de um modelo que não tem agradado aos moradores.

Durante o dia é mais comum encontrar as mulheres circulando pelo engenho, levando as roupas e as louças para serem lavadas no rio. Em um desses episódios diários da lavagem, eu consegui me inserir no meio delas e conversar com essas mulheres. Pude perceber que o momento de lavar a roupa e a louça, não era apenas um período de realização das atividades domésticas, mas um período de divertimento e de colocar a conversa em dia.

Era no rio que todas as mulheres do engenho Megaípe se encontravam, tanto as que moravam na parte central do engenho, como as que moravam na parte mais periférica. Elas conversavam de tudo, desde problemas familiares a assuntos sobre festas, igreja e roçado. Ao me inserir entre elas percebi o quão receptivas estavam comigo a ponto do diálogo tomar um rumo próprio. Durante toda a conversa elas me apresentaram a vida no engenho apontando sempre para o fato de que não conseguiam ver-se em outro tipo de vida.

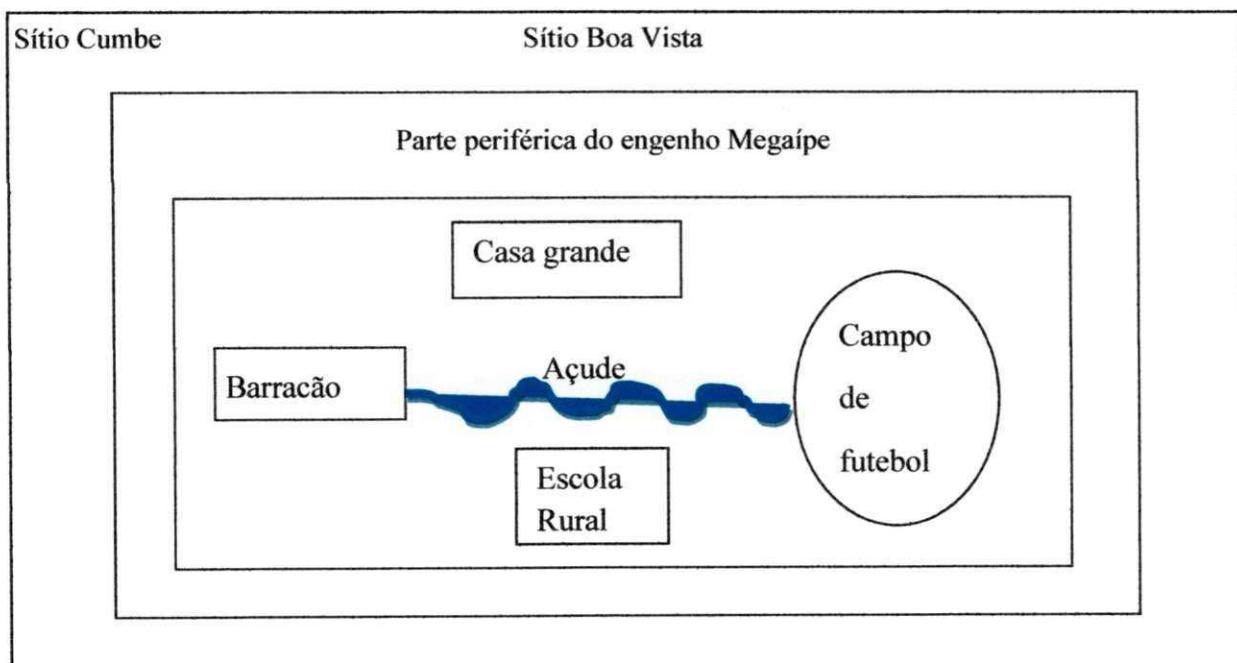
Já para os homens, o momento que eles se reuniam era perto do horário do almoço, no barracão, após largarem do *serviço*³⁰. Lá foi possível perceber que não havia a presença feminina (os homens e as mulheres se reuniam para se divertir somente nos finais de semana), pois apenas os homens paravam no barracão para conversarem, beberem e jogarem um pouco de sinuca, ou até mesmo se refrescaram no açude do engenho.

³⁰ Esses homens que se encontravam no barracão no horário do almoço tinham um perfil de idade mais avançada. Eles trabalhavam na usina e nas pedreiras, pois alegavam que além de não se acostumarem com o trabalho na rua, o horário de apenas um expediente permitia que desenvolvessem o roçado livremente. Já os mais jovens eram os que ingressavam no trabalho não agrícola.

No engenho Megaípe o momento de lazer é vivenciado entre as pausas das atividades diárias. Mas algumas vezes as próprias atividades diárias são momentos de interação e descontração, como acontece com o roçado e o momento de lavar as roupas e as louças no rio. Contudo, o momento ápice do lazer no engenho Megaípe e nos sítios ocorre entre a sexta-feira e o domingo. A maioria das famílias, com exceção das evangélicas, desce para a parte central do engenho para se congratularem. São os dias de festas do engenho, na qual os filhos que não moram mais no engenho e os parentes distantes vêm visitar suas respectivas famílias nos finais de semana.

A diversão também é assegurada pelos filhos dos agricultores que formaram uma banda de brega e pagode para animar os moradores da região, que ao som do ritmo local dançam em um espaço no barracão. Para os que não gostam de dançar há ainda a sinuca, o açude para tomar banho (que é a alegria das crianças e dos mais jovens) e o campo de futebol onde ocorrem as competições. Esse momento de descontração é também um momento de reencontro entre os que ficaram e os que partiram.

Toda a vida social gira em torno da sede do engenho que contém o barracão, o açude, a escola rural e o campo de futebol. O esquema abaixo demonstra como os sítios e as outras partes do engenho se ligam com parte central do engenho:



Podemos constatar, também, que no engenho Megaípe e principalmente nos sítios, por serem espaços familiares, a vida é permeada por uma maior coletividade na qual todos os seus moradores, ainda que não tenham relações de parentescos, consideram seu vizinho como um membro da própria família.

Essa solidariedade compartilhada entre os vizinhos é vivenciada no dia a dia tendo como principal exemplo a ajuda ao vizinho que não pode pagar um diarista para ajudá-lo no roçado, ou que passa por “aperto” financeiro. Os trabalhos de ajuda mútua, visto como elemento de sociabilidade grupal foi claramente analisado por Antonio Cândido (1964) no seu estudo sobre os caipiras paulistas. Segundo Cândido, o mutirão foi observado por ele como uma característica típica dos bairros rurais, na qual a sociabilidade é entrecortada pela coletividade de suas práticas.

Durante as entrevistas, quando eu perguntava sobre o que eles achavam da vizinhança, geralmente respondiam que “aqui todo mundo se ajuda, é como se fosse família”. Isso nos faz pensar sobre as relações que Henri Mendras chamou de “interconhecimento”, que se baseia em relações sociais entrecortadas pela coletividade (MENDRAS, 1976, apud WANDERLEY, 2009). A esse respeito Nazareth afirma que “dessas relações resultam práticas e representações particulares a respeito do espaço, do tempo, do trabalho, da família, etc.” (WANDERLEY, 2009, p. 204).

Assim, podemos dizer que a vida no engenho remete a uma reprodução de práticas que foram assimiladas pelos moradores através da socialização com o lugar que vivem e com a família. Nesse sentido, as práticas reproduzidas pelos moradores não lhes são estranhas, e, ainda que reconheçam que não se originaram deles, vivenciam como se o fosse. Tanto o tipo de comida que comem, como a forma que se relacionam com os vizinhos, são práticas vivenciadas pelos moradores de forma homogênea.

Com relação às comidas típicas do engenho Megaípe, elas são similares às dos sítios. Dentre as principais, destacam – se: quarenta (um mingau feito à base de milho), Manuê (comida à base da mandioca, envolvida na folha da bananeira), cuscuz (iguaria à base de farinha de milho, cozida à vapor), macaxeira com charque, bolo de mandioca, cuscuz de massa (massa do cuscuz cozinhada com o coco ralado) e banana verde com molho (esse prato é composto pela banana verde cozinhada juntamente com tomate, pimenta, cebola e coentro). A “banana verde com molho” é um prato muito apreciado por seus moradores, e uma questão interessante com relação a esse prato é que ele é feito como forma de divertimento das

famílias no lanche da tarde. Aproximadamente às 15h:00 os moradores do engenho (jovens e adultos) se reúnem para colher banana e fazer a “banana verde com molho” coletivamente. Cozinhar também é visto com um lazer na área pesquisada. Esse mesmo ritual também foi percebido nos sítios.

3.2 A pluriatividade no universo da pesquisa

Na região da pesquisa há uma predominância de fontes de rendimentos não agrícolas em decorrência de dois fatores centrais que já foram citados anteriormente: primeiramente, porque quem mora no engenho precisa trabalhar para a usina, e, em segundo lugar, por causa da impossibilidade de se viver apenas da agricultura na região, até mesmo para os próprios sítiantes.

Os rendimentos das famílias pesquisadas são de origens agrícolas e não agrícolas, este último se referindo aos benefícios sociais (aposentadorias rurais, pensões, bolsa família e o PETI), às atividades na usina, nas pedreiras, nas empresas da região e em Suape.

Um dado interessante apurado na pesquisa de campo é que há uma divisão clara das ocupações de cada membro da família nas suas atividades. De maneira geral, os filhos são os que optam por trabalhar nas atividades não agrícolas, incentivados, sobretudo pelos pais; os chefes da unidade produtiva, no caso os que são mais velhos, trabalham na usina ou na pedreira e as esposas trabalham no serviço doméstico. Contudo, todos os que fazem parte do grupo familiar também trabalham no roçado durante a semana e nos finais de semana, exceto as crianças.

A vivência das famílias do engenho Megaípe, sítio Cumbe e sítio Boa Vista nas atividades plurais tem se tornado um fenômeno tão habitual, que são poucos os que se dedicam exclusivamente à atividade agrícola. Na realidade, com relação a esse tipo foi encontrei apenas uma família no sítio Cumbe que se dedica totalmente à agricultura. No geral, as famílias desenvolvem a agricultura em conjunto com outras atividades ou fontes de renda não agrícolas.

Toda essa diversificação das atividades acionadas pelas famílias do meio rural tem impulsionado mudanças nas respectivas trajetórias de vidas dessas famílias, bem como na mobilidade espacial de seus membros. As famílias pluriativas demonstraram uma tendência de maior fluxo com relação à cidade, na qual os filhos que saem para trabalhar passam a

adquirir novas necessidades de consumo e padrão de vida que antes não tinham, de maneira que se tornou comum ouvir os pais comentarem sobre isso durante as conversas comigo, afirmando que a cabeça dos seus filhos muda quando eles vão para a cidade: “eles querem viver como o povo da rua” (Moradores do engenho).

Porém, pude perceber que essa ruptura dos filhos com o modo de vida do campo era, em alguns casos, parcial, pois em sua maioria eles não tinham vontade de sair do campo, mas sim de viver no meio rural com um modelo de vida similar aos dos centros urbanos. Em outras situações, porém, a ruptura era “total”, em que ao irem para a cidade esses jovens não retornavam mais. A saída, nesse caso, ocorria por dois motivos: a) através do sucesso obtido pelo jovem no emprego da cidade, a ponto de lhe proporcionar autonomia para formar outra família e poder ter condições de viver nos centros urbanos, e b) as jovens mulheres que contraíam matrimônio com alguém da cidade.

O engenho Megaípe, sítio Cumbe e sítio Boa Vista estão situados em uma localidade de disputa, na qual há um intenso processo de avanço das empresas sobre o meio rural, constringendo as famílias presentes a diversificarem as fontes de renda para poderem permanecer no campo.

Mediante esse cenário é possível perceber que a pluriatividade se configura como o principal mecanismo na reprodução de suas famílias. Longe de confirmar algum indício de abandono das atividades agrícolas, a pluriatividade tem minimizado a pobreza rural, elevado a qualidade de vida das famílias e viabilizado a permanência no campo (KAGEYAMA, 2001).

Nesse sentido, para Angela Kageyama (2001) a pluriatividade tem justamente a função de auxiliar as famílias que mais sofrem com as privações econômicas no meio rural, facilitando a elevação da renda dessas famílias com a soma das atividades não agrícolas, como o trabalho nas indústrias e comércio, as rendas não agrícolas, os benefícios sociais, as aposentadoria e pensões.

A família sempre se apresentou como um norte analítico no entendimento sobre as populações rurais, de maneira que autores clássicos sobre essa questão, como Chayanov (1985) e Wolf (1970), apontaram que o camponês, antes de qualquer coisa, administra uma família. É a partir das necessidades de reprodução social da família que as estratégias econômicas das famílias agricultoras são acionadas. Contudo, essas estratégias nem sempre são majoritariamente agrícolas, mas são todas amparadas no projeto familiar.

Quando a produção agrícola desenvolvida pela família já não consegue dar conta do que precisam para viver, é por meio da decisão familiar que seus membros recorrem a alternativas viáveis que assegurem a continuidade de suas trajetórias. É exatamente nesse contexto que a pluriatividade entra em ação.

3.2.1 Os tipos de pluriatividade do engenho Megaípe e seus sítios

Na região que compreende o engenho Megaípe, sítio Cumbe e sítio Boa Vista, há uma predominância de atividades plurais na composição de cada grupo familiar. Isso não é um fenômeno recente, pois conforme já assinaléi, há tempos que os moradores dessa localidade, além de desenvolverem a atividade do próprio roçado, trabalham para o engenho/usina.

Nesse sentido, Graziano da Silva (1997) ressaltou que as atividades pluriativas são evidenciadas tanto por meio da divisão do tempo do trabalho empregado em atividades agrícolas e atividades não agrícolas que são executadas fora d área rural, como por meio das atividades agrícolas em conjunto com o trabalho rural não agrícola.

Na realidade, em decorrência da escassez de recursos nas famílias agricultoras pesquisadas, as atividades agrícolas só tem sido possível por causa do ingresso de recursos advindos das atividades não agrícolas. Dessa forma, os moradores do local da pesquisa podem ser caracterizados, exatamente, a partir do tipo de atividade que exercem.

Entre as 32 famílias analisadas, temos as seguintes combinações: a) famílias que vivem apenas da agricultura; b) famílias que vivem da atividade agrícola e da renda de algum benefício social – como benefício social está incluso aposentadoria por motivo de doença, aposentadoria da usina, aposentadoria rural, pensões, bolsa família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); c) famílias que vivem da atividade agrícola e da atividade não agrícola nas indústrias, nas empresas, no trabalho em Suape, além do trabalho no serviço público. A tabela a seguir indica as fontes de renda das famílias:

Tabela 15 - As fontes de renda das famílias de Megaípe e dos sítios Cumbe e Boa Vista

Fonte de renda	Quantidade de famílias	Porcentagem (%)
Benefício social	2	6,25
Atividade agrícola	1	3,12
Atividade não agrícola + Atividade agrícola	7	21,87
Benefício social + Atividade agrícola	8	25

Atividade não agrícola+Benefício social	2	6,25
Atividade não agrícola+ Benefício social +Atividade agrícola	12	37,5
Total	32	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada no ano de 2012.

Ainda de acordo com a tabela 15, é possível observar que a maior parte das famílias tem uma renda baseada em atividades não agrícolas, das quais: 37,5% das famílias possuem uma fonte de renda plural caracterizada pela atividade agrícola, atividade não agrícola e benefício social; 6,25% tem uma renda baseada na atividade não agrícola e benefício social; e 21,87% tem como fonte de renda a junção das atividades agrícolas e não agrícolas apenas. O total das famílias em que uma das fontes de renda é fundamentada nas atividades não agrícolas é de 65,62%. Ou seja, 21 famílias têm nas atividades não agrícolas o mecanismo principal que possibilita sua reprodução social; 31,5%, 10 famílias, possuem o benefício social como fonte de renda não agrícola; e apenas 1 família, 3,12% sobrevive apenas da agricultura.

Para entender de forma detalhada quais as fontes de renda não agrícolas que são utilizadas pelas famílias, fiz uma tabela que descreve não somente as fontes de renda não agrícolas do núcleo familiar, mas a quantidade de pessoas que usufrui da respectiva fonte de renda. Ou seja, o resultado total do número de pessoas descrita na tabela como 68 não indica a quantidade de famílias entrevistadas, que como já falei anteriormente, foram 32, mas a quantidade de pessoas dentre as famílias pesquisadas que possuem rendas não agrícolas a partir de cada atividade descrita na tabela (ver a tabela 16).

Tabela 16- Fonte de renda das atividades não agrícolas

Fonte	Nº de pessoas	Porcentagem (%)
Aposentadoria pela usina	2	2,94
Aposentadoria rural	11	16,17
Aposentadoria (doença)	3	4,41
Pensão	4	5,88
Pedreira	4	5,88
Peti	2	2,94
Bolsa Família	16	23,52

Indústria	6	8,82
Suape	6	8,82
Usina Bom Jesus	7	10,29
Empresa de logística	2	2,94
Empresa de construção	1	1,47
Funcionário Público	3	4,41
Call center	1	1,47
Total	68	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada no ano de 2012.

De acordo com a tabela 16 podemos perceber o mosaico das fontes de renda das atividades não agrícolas acionada pelas famílias. Contudo, apesar de toda diversidade demonstrada na tabela, o que tem se apresentado como algo recente na região são as atividades da indústria (8,82%), os empregos em Suape (8,82%), empresa de logística (2,94%), empresa de construção e call center (1,47% ambos).

Essas novas atividades vivenciadas pelos membros de algumas famílias na região são desenvolvidas predominantemente pelos mais jovens. Já os chefes das unidades familiares (no caso os homens), são os que se ocupam do trabalho na usina e nas pedreiras. Com relação à aposentadoria e pensões, elas também são usufruídas pelos chefes das unidades familiares, tanto homens como mulheres. Por fim, conforme descrito na tabela, os programas de transferência de renda, como PETI e bolsa família, são recursos encontrados em abundância na região, representando 26% do total, e sendo administrados majoritariamente pelas mulheres.

Paralela a esta questão, quando questionados sobre o principal motivo que levou as famílias a optarem pela renda não agrícola, os entrevistados responderam de forma quase que unânime dois motivos principais: em primeiro lugar, com 54,83%, “ajudar na renda familiar”, e, em segundo lugar, com 38,70%, “a busca por trabalhos formais e direitos sociais”. Ver a tabela abaixo:

Tabela 17 - Principal motivo que ocasionou a escolha das atividades não agrícolas

Motivo	Quantidade de famílias	Porcentagem (%)
A possibilidade de sair do campo	0	0,00
Ajudar na renda familiar	17	54,83
Falta de interesse na agricultura	0	0,00

A busca por trabalhos formais e direitos sociais	12	38,70
Outro	2	6,45
Total	31	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada no ano de 2012.

Observa-se que o perfil etário dos interlocutores se diferencia quanto às motivações para adesão ao trabalho não agrícola para os mais jovens, assim, a “busca por trabalhos formais e direitos sociais”, se explica exatamente porque são estes que trabalhavam nas empresas ao redor do município e em Suape. Em geral, esses jovens são incentivados pelos pais a buscarem outros tipos de emprego para ajudarem no sustento da casa.

Contudo, os pais informavam que não podiam contar com dinheiro dos seus filhos, pois eles “só ajudavam quando podiam ou quando o dinheiro sobrava”. Na realidade, pude perceber que o trabalho fora do estabelecimento agrícola se constitui também, para os jovens com mais anos de estudos, numa forma de ter sua autonomia para planejar o seu projeto de vida. Ainda que este jovem não se desvincule da família ou do meio rural, sua relação com o ambiente de origem será mais frágil. É por isso que os chefes dos estabelecimentos familiares (homens e mulheres) também procuravam ter sua própria fonte de renda não agrícola, para assegurar a permanência do seu roçado e dos outros integrantes da família.

Nesse sentido, fica compreensível porque os chefes da unidade familiar (homens) responderam que o principal objetivo de recorrer a trabalhos não agrícolas era o de ajudar a garantir o próprio sustento da família. De fato, como confirmei nas entrevistas, todo o dinheiro obtido por esse grupo era empregado em casa e na lavoura da família.

Não obstante, os dados também revelam, e para o qual Nazareth Wanderley (2009) já nos alertava, é que nem todos os que possuem renda não agrícola contribuem para a manutenção da unidade familiar. E, dessa forma, nem toda atividade fora da unidade familiar pode ser caracterizada como pluriatividade. Às vezes as estratégias pessoais se sobrepõem ao projeto familiar, e quando isso ocorre estamos diante de um fenômeno distinto de uma genuína pluriatividade.

Com base nessa assertiva, poderemos criar uma tipologia das famílias pluriativas, a partir dos membros que integram o grupo familiar. Nesse sentido, na tabela 18 descrevo quais membros do grupo familiar possuem renda não agrícola e ajudam nas despesas da casa.

Quando a esposa e o marido, ou apenas um dos dois, possuem renda não agrícola, ambos investem o dinheiro nas despesas da casa. Porém, quando são os filhos que trabalham fora nem sempre eles auxiliam em casa (ver tabela 18).

Tabela 18 - Membros do grupo familiar com renda não agrícola que ajudam em casa

Membro do grupo familiar	Quantidade de famílias	Porcentagem (%)
Apenas Filho (a)	0	0,00
Apenas o Pai	6	19,35
Apenas a Mãe	4	12,90
Pai e mãe	5	16,12
Todos os membros da família que possuem renda não agrícola ajudam	16	51,61
Ninguém	0	0,00
Total	31	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada no ano de 2012.

Na opção referente ao “pai e a mãe,” geralmente é o homem quem trabalha fora, assim, a renda da mulher quase sempre vem de programas sociais como o PETI e o bolsa família. De modo que houve somente um chefe de família (mulher) que trabalhava fora de casa em um call center.

A linha da tabela com a informação que “apenas o pai” realiza trabalho não agrícola refere-se aos homens casados, que a esposa não possui nenhuma fonte de renda não agrícola, e que mesmo os filhos possuindo alguma fonte de renda não agrícola, eles não ajudam em casa. A opção “apenas a mãe” faz referência às mulheres cujos filhos não ajudam em casa e às mulheres em três situações específicas: as que são casadas e os maridos não possuem fonte de renda não agrícola (somente uma dessas mulheres possui o marido que não tem fonte de renda não agrícola); as que são viúvas e as que são separadas. Contudo, na situação dessas duas últimas apenas uma é separada e as demais são viúvas.

Ora, isto revela, sobremaneira, o que Nazareth Wanderley (2009) propôs como uma genuína pluriatividade. Para ela, a pluriatividade ocorre quando as atividades não agrícolas são desenvolvidas pelo chefe da família. Por certo, conforme pude constatar, a renda não agrícola obtida pelo pai da unidade familiar é o que realmente assegura a manutenção da produção agrícola e da reprodução das famílias. Contudo, com relação às mulheres, verifiquei

que tanto as que trabalham fora do estabelecimento como as que recebem algum tipo de benefício social, ajudam na manutenção da unidade familiar também.

Diante do exposto, afirmo que a renda não agrícola dos filhos não se caracteriza como uma pluriatividade total, pois para tal efeito dessa pesquisa os filhos, geralmente mais jovens, possuem outros projetos de vida, nos quais os interesses da família não são prioritários comparados aos projetos individuais.

As famílias pluriativas apresentam as seguintes características: a) o chefe da unidade familiar exerce uma atividade não agrícola e agrícola; b) a renda da mulher serve de complemento à renda do marido quando ela é casada; porém, c) quando a mulher (chefe da família) é solteira, viúva ou o marido não possui atividade não agrícola, é ela quem assume a responsabilidade pela manutenção da família; d) os filhos ajudam em casa, porém, de maneira parcial e nunca total, pois outros projetos são alvo dos seus investimentos.

Tal análise revela que tanto no sítio Cumbe, como no sítio Boa Vista e no engenho Megaípe as condições de vida das famílias e a agricultura só se viabilizam em um contexto no qual a pluriatividade se faz presente,

As tabelas 19 e 20 mostram uma comparação da renda mensal obtidas pelos trabalhadores advindas tanto de atividades agrícolas e não agrícolas. Vale informar que para efeito deste trabalho considero a renda a partir da auto declaração dos informantes. Um dos dados constatados ao analisar ambas as tabelas é que para a maioria das famílias a renda obtida com a agricultura é bastante reduzida, e, por isso, não teria condições de manter uma família com dignidade. Das 32 famílias pesquisadas, 20 famílias tem 5 membros, 2 famílias tem 9 membros, 1 família tem 8 membros, 3 famílias tem 7 membros e 6 famílias tem 6 membros.

Como renda não agrícola está incluso aqui os benefícios sociais e as atividades não agrícolas. Há somente, conforme mencionado anteriormente, uma família que vive apenas da agricultura, sem o benefício social ou atividade não agrícola.

Tabela 19- Renda familiar mensal das atividades não agrícolas

Renda	Quantidade de famílias com rendas não agrícolas	Porcentagem (%)
Até R\$ 622,00 (1 salário mínimo)	13	41,93
R\$ 1.244,00 a 1.866,00 (entre 2 e 3 salários)	18	58,06
Acima de R\$ 1.866,00	0	0,00

Total	31	100
--------------	-----------	------------

Fonte: Pesquisa de campo realizada no ano de 2012.

A maioria das famílias, 58,06%, recebe em média até 1.866,00 pelas atividades não agrícolas. A pesquisa revelou que as famílias que recebem esse valor são as que chegam a ter até duas aposentadorias ou pensões. Já as famílias que na tabela aparecem receber até 1 salário mínimo, geralmente recebem bem menos que 1 salário, são os que vivem dos benefícios sociais, os que trabalham na usina e os que trabalham em empresas que não pagam o salário mínimo. Se compararmos esse dado com a renda média obtida por meio das atividades agropecuárias, perceberemos as discrepâncias entre essas fontes de renda.

Conforme podemos constatar (ver tabela 20), a maioria das famílias (40,74%) que possuem rendas advindas das atividades agropecuárias e que recebem até R\$ 100,00 mensais. Esse valor não chega nem a superar o valor mínimo obtido pela renda não agrícola, que é cerca de R\$ 622,00 (na época da pesquisa de campo esse era o valor do salário mínimo vigente).

Tabela 20- Renda familiar mensal das atividades agropecuárias

Renda mensal	Quantidade de famílias	Porcentagem (%)
Até R\$ 100,00	11	40,74
R\$ 101,00 a 300,00	7	25,92
R\$ 301,00 a 500,00	4	14,81
R\$ 501,00 a 700,00	2	7,40
Acima de R\$ 700,00	3	11,11
Total	27	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada no ano de 2012.

Analisando a tabela, observa-se que apenas 27 famílias vendem o que produzem, as outras 5 famílias produzem para o consumo interno, não chegando a ter nenhum tipo de renda com a lavoura. Com relação à renda mensal advinda das atividades agrícolas, os dados da tabela revelam que apenas 3 famílias, 11,11%, recebem acima de R\$ 700,00 mensais. Um outro dado interessante com relação ao valor mínimo, ou seja, R\$100,00, obtido nas atividades agropecuárias, é que parte das famílias que se encontram nesse grupo recebem mensalmente em média de R\$51,00, na qual o menor valor recebido por uma família é R\$33,00 e o maior valor nesse grupo é R\$ 83,00.

Em decorrência da pouca remuneração as famílias não vislumbram outra alternativa para assegurar os seus membros no campo. A fala que se segue ilustra bem essa condição dos moradores:

Meus filhos foram criados no roçado. Antigamente a vida aqui era muito difícil, pois a gente só vivia do campo. A gente era muito pobrezinho, eu tinha que trabalhar muito no campo pra poder ter dinheiro e ir na rua comprar leite pra criar meus filhos. Quando foi chegando a idade dos meus filhos eles iam pra rua me ajudar a vender cajá, manga e macaxeira. Mas depois que tiraram os documentos foram procurar suas melhoras, porque não dá pra viver só da roça. Quem trabalha na usina é somente o meu marido, o serviço é pesado e o ganho é pouco, por isso os filhos tiveram que sair da roça. (Dona I. M. S. 53 anos, engenho Megaípe)

Esse relato revela, em certo sentido, o grau de instabilidade das atividades agrícolas. Na realidade, as falas dos moradores indicam que a inserção dos filhos dos agricultores e dos chefes de famílias nas atividades não agrícolas tem sido a única saída para minimizar as limitações da vida no campo.

As atividades agropecuárias continuam sendo desenvolvidas pelas famílias mesmo diante das situações adversas. Contudo, o fraco dinamismo desse setor impede que as atividades agrícolas mantenham a autonomia das famílias do engenho e dos sítios.

No engenho Megaípe, a agricultura sempre esteve associada ao sistema de morada. Nesses termos, o roçado nunca deveria concorrer com a principal cultura vigente no engenho/usina, qual seja, a cana-de-açúcar.

Esse modelo foi o principal responsável por uma agricultura desenvolvida de forma marginal. Contudo, nos sítios não havia esse problema estrutural da falta de terras próprias para plantar. Todavia, essa aparente vantagem dos sítiantes de serem proprietários, em comparação com os moradores de engenho que nunca foram donos da terra que plantavam, jamais conseguiu assegurar que as famílias se mantivessem das atividades agrícolas, haja visto que, das 8 famílias entrevistadas nos sítios, apenas uma vive das atividades agrícolas. Quando questionados sobre este fato, os sítiantes informaram que mesmo tendo a terra à disposição para plantar a situação financeira deles sempre foi difícil e, portanto, nunca foi possível viver apenas da agricultura.

Na tabela abaixo podemos analisar a situação das famílias com relação à terra que dispõem para plantar, se são próprias ou não. Observamos, assim, que os moradores do

engenho têm as terras cedidas pela usina para plantar e morar, e os sítiantes são proprietários da casa em que moram e da terra disponibilizada para o roçado.

Tabela 21- Condição das famílias em relação às terras que produzem

Membro do grupo familiar	Quantidade de famílias	Porcentagem (%)
Proprietário	8	25
Terras cedidas pela usina	24	75
Parceiro	0	0,00
Arrendatário	0	0,00
Outro	0	0,00
Total	32	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada no ano de 2012.

Todas as 8 famílias descritas como proprietárias são oriundas do sítio Cumbe e do sítio Boa Vista. As outras 24 famílias, que correspondem a 75% do total de famílias pesquisadas, são oriundas do engenho Megaípe e plantam nas terras designadas pela usina.

Um dado interessante sobre as terras em que produzem, é que, quando os entrevistados eram questionados sobre quantos hectares ou m² possuíam para plantar, todos falavam que não sabiam informar. Após um mês de pesquisa de campo foi que percebi que eles mediam a terra da mesma forma que o cabo³¹ da usina media para os cortadores de cana a quantidade diária de terra que eles deveriam cortar cana-de-açúcar.

O termo utilizado por eles era *conta*, e se aplicava tanto para as famílias do engenho como dos sítios. Percebe-se com isso que a vida na zona do açúcar é intermediada por uma série de fenômenos que advém de seu contexto. A vida no engenho se torna, assim, uma lente pelo qual se enxerga o mundo.

Sob essa perspectiva, podemos inferir que a *conta* se constitui como uma unidade de medida, na verdade, a única que realmente é válida para os trabalhadores do campo, que também é utilizada pelas famílias agricultoras. Durante as entrevistas realizadas, ou mesmo

³¹ As atividades da usina são divididas entre o trabalho administrativo da usina e o trabalho no campo. Nesse sentido, o “cabo” é uma das funções dos trabalhadores do campo. O cabo é responsável por medir a quantidade de terra (também conhecida como *conta*) que os trabalhadores deverão cortar. O cálculo da *conta* é feito da seguinte forma: no meio do canavial ele mede a terra a partir de um quadrado imaginário em que cada lado possui 10 braças, depois ele soma os lados opostos (que dará 20), divide o resultado pela quantidade dos lados (no caso, 2) e em seguida multiplica pelo resultado dos outros 2 lados do quadrado. Esse cálculo é denominado de *cubação*.

nas conversas informais feitas com as 32 famílias obtive a informação que todos ali mediam a terra por meio da *conta* porque foi assim que aprenderam a medir durante o tempo que trabalhavam para a usina.

Quanto mais contas ele fizer, melhor será a sua remuneração. Nesse sentido, após uma entrevista com um ex-cabo da usina Bom Jesus, obtive a informação que uma *conta* equivale a 100 braças, e 1 hectare equivale a 2.066 braças.

Ao chegar ao campo (é como os trabalhadores chamam o canavial) os cabos se reúnem com os trabalhadores e executam suas funções de estabelecer a conta de cada trabalhador e assinar as senhas do ponto de serviço de cada um. A medição é feita no momento em que os cabos se reúnem com os cortadores, e, como eles falam, “é tudo feito na cabeça da gente com muita precisão”, pois um erro do cabo rapidamente seria percebido pelo conferente (trabalhador responsável por conferir o serviço do cabo, visando evitar erros de contas ou favorecimento do cabo a algum trabalhador).

Dessa forma, constata-se que a produção das famílias é avaliada em *contas* que variam de 1 até 5, ou seja até 500 braças, que não chega a 1 hectare, já que esta unidade de medida equivale na região a 2.066 braças. Assim, verifica-se que mesmo que a produção feita no engenho e nos sítios seja bastante diversificada com uma predominância de frutas, raízes, milho, macaxeira e inhame, elas ocorrem em um espaço reduzido que, por si só, também se estabelece como um fator que limita a expansão agrícola.

A tabela 22 aponta as principais culturas agrícolas desenvolvidas pelas famílias, tanto do engenho como dos sítios, que se destinam à venda. Nessa tabela as famílias puderam escolher até duas opções dentre as principais culturas agrícolas desenvolvidas por elas. Assim, do total de 32 famílias entrevistadas, 23 famílias produzem macaxeira; 17 famílias produzem banana; e 8 famílias produzem manga.

Tabela 22 – Principais culturas agrícolas destinadas à venda

Cultura agrícola	Nº de famílias por cultura	Porcentagem (%)
Macaxeira	23	44,23
Manga	8	15,38
Jaca	2	3,84
Banana	17	32,69
Milho	2	3,84
Outro	0	0,00

Total	52	100
--------------	-----------	------------

Fonte: Pesquisa de campo realizada no ano de 2012.

Conforme relatei alhures, as duas principais culturas agrícolas produzidas pelas famílias agricultoras são a macaxeira e a banana. Com relação ao milho, exceto pelas duas famílias que o produzem para vender, as outras 30 famílias pesquisadas afirmaram que só plantavam essa cultura por causa das festas juninas, para poderem fazer as comidas à base milho para si e para os filhos que não moram mais na área rural, mas que nesse período do ano vão visitar os pais.

Em Megaípe e nos sítios há uma predominância das atividades agrícolas em detrimento da pecuária. A pouca disponibilidade de terra não permite que as famílias plantem e, ao mesmo tempo, exerçam a pecuária com finalidade econômica. Os poucos animais ainda existentes são as galinhas, cujo número não passa de 20 unidades por família. Por causa disso, a criação de galinha serve mais para o consumo familiar do que para a venda. Porém, quando a venda ocorre, geralmente ela é intermediada por atravessadores que, ao comprarem a produção agrícola, aproveitam para levar algumas galinhas. Esse processo é feito de forma esporádica e não chega a ser contabilizado como lucro pelas famílias, haja vista a irregularidade em que ocorre.

Todas as 32 famílias, ainda que não vivam somente das atividades agrícolas, plantam roçado. No total das 32 famílias entrevistadas 27 produzem e vendem os excedentes, e 5 famílias, das quais 4 dos sítios, só produzem para o próprio consumo.

O principal destino da produção agrícola, além do consumo próprio, é a venda nas feiras livre do bairro de prazeres (mercado das mangueiras) em Jaboatão dos Guararapes, feira de ponte dos Carvalhos no município do Cabo de Santo Agostinho; e aos atravessadores, que compram as safras nas portas das famílias quando esta já foi colhida, e, em alguns casos, quando a produção ainda está na terra.

A produção é feita sem nenhuma ajuda por parte da prefeitura, e sem nenhum tipo de crédito rural. Tanto as famílias do engenho como as famílias dos sítios informaram que não possuem nenhuma linha de crédito para financiar as atividades agropecuárias. Tudo é feito com recursos próprios da família, daí percebe-se as dificuldades essas famílias enfrentam para dinamizar ou aumentar a produção.

Para a maioria das famílias, no caso 31 delas, é impossível viver apenas das atividades agrícolas, pois é o dinheiro que vem das atividades não agrícolas que possibilita investimentos na produção.

O trabalho na roça é realizado pelas pessoas que integram o grupo familiar. A pesquisa informou que das 32 famílias entrevistadas, em 43,75% as atividades agrícolas são desenvolvidas por todos os membros da família em idade de ir para o roçado, lembrando que nessa área pesquisada nem as crianças, nem as filhas adolescentes vão para o roçado.

Em 7 unidades familiares lideradas por mulheres, que são viúvas, separadas ou solteiras, mãe e filhas realizam as atividades no roçado. Geralmente quando os filhos trabalham fora do estabelecimento familiar, eles ainda ajudam a família, só que de maneira esporádica. Porém, mesmo quando o chefe da unidade familiar (masculino/feminino) trabalha fora, ele trabalha também no roçado.

Na amostra utilizada há famílias que utilizam a mão de obra externa temporária. Essas famílias fazem parte do grupo que possui uma renda mensal maior que as demais nas atividades agrícolas, entre R\$501,00 e R\$ 1.200,00,

A mão de obra temporária tende a ser acionada quando há muito serviço no roçado, e quando a família já não consegue mais dar conta sozinha. O tempo de duração dessa mão de obra é de 5 dias a 1 mês e meio, e os valores pagos vão desde a diária entre R\$30,00 e R\$40,00 a R\$ 200,00 por empreitada (pacote de uma semana de serviço).

As atividades de lavoura é totalmente realizada de forma manual, com instrumentos como enxada, foice, estrovenga, facão e machado. Os insumos agrícolas, como adubo e veneno, também são utilizados pelos agricultores com a finalidade de preparar melhor o solo e de matar os insetos, e principalmente as formigas na lavoura.

A produção do roçado, qual seja, preparo da terra, “tocar fogo” na vegetação de maior porte e na capoeira (tipo de vegetação rasteira), a plantação da cultura escolhida (mandioca, milho, cana-de-açúcar dentre outras), a manutenção e limpeza do roçado, a fim de evitar que o mato que faz concorrência com o roçado não invada a plantação e prejudique o seu crescimento, é feito pela família. Porém, todo esse processo é pesado e nem sempre a família consegue fazer tudo sozinha, por isso alguns trabalhadores diaristas são acionados.

As dificuldades do campo, bem como a precária situação financeira que os moradores desse espaço analisado vivenciam, faz com que os mais jovens percam o estímulo de tentar

viver da agricultura. Esses jovens, ao completarem a maior idade só almejam conseguir o aval dos pais para “partir” em busca de suas “melhorias”.

Antes das empresas e indústrias se instalarem na região de Muribeca dos Guararapes e Prazeres, e de Suape ascender no cenário econômico pernambucano, o máximo que esses jovens conseguiam como atividade não agrícola era o trabalho rural no canavial. Agora, porém, os jovens e suas famílias contemplan outra saída que se caracteriza pela busca do trabalho “fichado” nas firmas.

Contudo, o processo de escolha pelo trabalho não agrícola não é feito de forma aleatória, mas depende de um processo de negociação que envolve uma hierarquia familiar e o projeto coletivo da família. É sobre esse processo que dissertarei no próximo item.

3.2.2 O trabalho não agrícola: a negociação de quem vai e de quem fica

O trabalho não agrícola se efetiva como saída para complementação da renda familiar. Motivadas pela oportunidade dos filhos romperem com a pobreza em que estão inseridos, as unidades familiares passam cada vez mais a ver nas empresas que se instalam na região uma oportunidade de melhorarem suas condições de vida.

O trabalho rural não agrícola no engenho/usina, por muito foi o responsável por “eivar” as condições econômicas das famílias. Nesse sentido, os moradores dos sítios e do engenho relataram que conseguir um trabalho nos canaviais era a garantia de ter dinheiro para continuar plantando no roçado, e alimentar os filhos. Assim, trabalhar na usina tinha se tornado parte do projeto familiar para todos os que moravam nas imediações de Megaípe e dos sítios.

Entrementes, depois da chegada das empresas foi que a situação dessas famílias “melhorou”. Nesse sentido, no breve diálogo abaixo com o morador de Megaípe, senhor R. C. S., podemos perceber como a dura realidade da vida no engenho incentivou que os membros de sua família buscassem o trabalho não agrícola:

Entrevistadora: Fale um pouco da vida da sua família no engenho Megaípe.
Senhor R. C. S.: *Eu vim do engenho Caraiúna, em 1961. Com 14 anos comecei a trabalhar nesse engenho. Isso aqui foi a escola que eu tive, eu casei aqui, vivi sempre aqui. Meu pai era um morador de engenho e o meu avô também, essa é a minha raiz. O serviço na cana é duro, é ruim, me trouxe muitas doenças, mas era a única coisa que tinha aqui. Quando eu tive meus filhos, que são 10 ao todo, os criei no engenho. Eles trabalharam na*

usina, mas com essas empresas por aí eles puderam ir arrumando coisa melhor e formando sua família.

Entrevistadora: Como era a vida aqui antes dessas empresas chegarem?

Senhor R. C. S.: *Era meio ruim, não existia serviço não. Tinha vez que a gente trabalhava dois, três dias, e mesmo assim tinha semana que não tinha nada. Era muito difícil aqui. Quando a usina abriu aqui, há uns 20 anos atrás, começaram a abrir mais oportunidade, mas o emprego na usina ainda era ruim. Mas quando as empresas vieram elas empregaram muita gente. Os jovens aqui tudo tem trabalho agora. Não dá pra viver só do roçado pra sustentar uma família. Quando você vive só de engenho é ruim, porque não conseguimos ter nenhum mocambo só nosso. A gente não tem nada na vida. Tem que trabalhar fora para melhorar as coisas. (Senhor R. C. S. 65 anos, engenho Megaípe)*

Esse diálogo ilustra o fato de que viver somente da agricultura nunca fez parte da realidade da estrutura familiar, e os dados do campo indicam que essa não é apenas uma realidade vivenciada pela família do seu R.C.S., mas de todos os moradores da área de Megaípe e dos sítios Cumbe e Boa Vista.

A escolha de quem vai e quem fica no roçado se dá no âmbito da própria família. Após o filho alcançar a maior idade e se ele gostar do trabalho na “rua”, a família logo trata de incentivá-lo a buscar esse tipo de emprego. Mas às vezes a escolha para trabalhar fora parte do próprio jovem, que por seu turno, teve suas dúvidas esclarecidas por algum amigo, ou por algum “agenciador” do bairro de Muribeca dos Guararapes que o ajudou na criação do currículo e na inserção em Suape ou em outras indústrias.

De uma maneira geral, a família não proíbe o filho de trabalhar fora de casa, já que em um primeiro momento esse filho também ajudará em casa. O filho que vai trabalhar fora começa a parar de ajudar em casa quando está prestes a casar, ou se já contraiu o matrimônio, e quando tem algum projeto de vida individual.

Contudo, dentro de um contexto específico, alguns pais afirmaram que não queriam que os filhos fossem trabalhar nas empresas, pois necessitavam da ajuda deles no roçado. Essa “proibição” ocorre em duas situações: 1) quando há pouca mão de obra disponível na família para trabalhar no roçado, e 2) quando a base econômica da família vem da agricultura. Outra situação em que o filho é impedido de ir trabalhar nas empresas é se for mulher. As filhas mulheres trabalham em casa auxiliando a mãe, e tendem a sair de casa apenas para casar.

Diante do exposto, posso afirmar que o processo de inserção desses jovens no trabalho das indústrias nem sempre tem colaborado para a reprodução da unidade familiar de origem. Os projetos de vida, tanto para fins pessoais como para fins de constituir uma nova família,

por certo tem alterado a sua relação com o projeto inicial da família. Sob esta perspectiva, no próximo tópico veremos como a diversificação do trabalho também provoca mudanças nas trajetórias familiares.

3.2.3 A diversificação do trabalho e as mudanças nas trajetórias de vida

O objetivo aqui é fazer uma comparação por meio da trajetória de vida de duas famílias, uma do engenho e outra do sítio, com a finalidade de analisar e compreender como essas famílias convivem com as mudanças percebidas por elas no município de Jaboaão dos Guararapes. Além disso, nosso olhar se aterá a perceber se a chegada das empresas foram vistas com alguma ressalva ou receio por pelas famílias. Uma última questão é observar se a sucessão do projeto familiar no campo e os caminhos traçados por seus filhos também foram alterados.

A dinâmica do engenho, por si mesmo, não trás segurança para os seus moradores, pois estes, na atual situação, nunca chegarão a se tornar um proprietário na terra em que vivem. Este fato pareceu ser crucial para que as famílias do engenho se tornassem mais “abertas” as mudanças em curso na região. De maneira diferente do engenho, as famílias dos sítios enxergam essas mudanças com mais cautela, pois além de tirarem da agricultura boa parte do seu sustento, são proprietários de seus sítios e não possuem nenhum interesse em deixar a área.

Contudo, há uma condição singular presente tanto nas famílias do engenho Megaípe quanto nas famílias dos sítios, que é a auto identificação desses grupos familiares como agricultores e pertencentes ao mundo rural.

Essas famílias, todas elas, sempre viveram no campo, umas, como os moradores do engenho, passaram por constantes processos de expropriação e se tornaram trabalhadores rurais à serviço do capital (WANDERLEY, 2009); outras, no caso as famílias dos sítios, sempre conviveram com o sentimento de ser proprietário da terra em que produzem; porém, ambas as famílias sempre tiveram como questão norteadora a busca por uma vida com qualidade, mais liberdade e autonomia.

Se para poder ter acesso à terra for preciso se “submeter” ao sistema de morada, ou buscar outras fontes de renda na usina, ou ainda se inserir nas atividades não agrícolas, essas famílias o farão. Isso porque, uma vida longe do campo é tudo o que elas mais temem e

evitam, e, nesse sentido, a receptividade às mudanças em curso só são toleráveis até o ponto de não prejudicarem a reprodução de suas vidas no espaço em que vivem.

Entretanto, por mais que as atividades pluriativas não impliquem em uma retirada do campo, tenho por certo, a partir dos dados obtidos na pesquisa, que as famílias pluriativas tendem a absorver cada vez mais o modelo de vida urbano, fazendo com que os seus projetos de vida sejam redesenhados. Isso foi percebido de forma mais intensa sobre os jovens.

Nos dois tópicos seguintes, exponho o relato de duas famílias: uma do sítio e outra do engenho. A apresentação das famílias será feita a partir de suas próprias percepções sobre sua trajetória no lugar da pesquisa, seus medos, a forma que enxergam a vida na agricultura e as mudanças que ocorrem ao redor do lugar em que vivem.

3.2.3.1 A trajetória de uma família sitiante

A família cuja trajetória será descrita abaixo reside no sítio Cumbe. O relato foi construído a partir da narrativa do chefe da unidade familiar, que através de algumas questões que eu propus, pode ir traçando seu próprio discurso. Vale ressaltar que busquei deixá-lo bem “à vontade” para que ele pudesse externar sua compreensão sobre a trajetória de vida de sua família no espaço em que vive.

O senhor J.M.P.N, conhecido como seu Mané, é um agricultor que nasceu e se criou no sítio Cumbe. Sua idade é de 52 anos, estudou até a 4ª série do ensino fundamental e possui 4 filhos. Sua companheira se chama E. G., e apesar de não serem “casados de papel” (expressão utilizada por ele), afirmava que “casado é quem bem vevi”. Sua companheira tem 50 anos de idade e nunca teve nenhum tipo de estudo formal. Em contraste com o companheiro, que é oriundo do próprio sítio, ela veio do engenho Megaípe e somente após o casamento se estabeleceu no Cumbe.

Os pais do seu Mané sempre trabalharam na agricultura, viveram da lavoura, mas também já trabalharam em engenho como todo mundo na região. Os pais dele também sempre moraram no sítio, e após falecerem, ele herdou o terreno dos seus pais. Quando adolescente, seu Mané teve de trabalhar no engenho, roçando o mato, plantando cana e adubando a terra. Quando ele ficou maior de idade conseguiu trabalhar na cidade por uns tempos, e depois passou a se dedicar somente à propriedade.

Os quatro filhos do casal vivem na região do sítio Cumbe. Dos 4 filhos apenas um filho ainda está solteiro e mora com ele; a outra filha é casada, tem filhos e trabalha em uma pedreira da região como cozinheira e mora no sítio Cumbe; o terceiro filho trabalha em uma indústria do distrito industrial de Jabotão dos Guararapes, também é casado e mora no Cumbe; o quarto filho do seu Mané também trabalha em uma indústria, é casado e mora no Cumbe. Todos os seus filhos estudaram, mas não conseguiram completar todo o estudo.

Porém, mesmo trabalhando na indústria e sendo casados, os filhos e a filha do seu Mané o ajudam na lavoura. Após largarem do trabalho os seus filhos se revezam para ajudá-lo na produção. Dessa forma, seu Mané consegue assegurar que os produtos da lavoura sustentem seu núcleo familiar, bem como ajude seus filhos. Sua dedicação intensa a agricultura tem produzido resultados, de sorte que ele possui a maior renda agrícola na região, cerca de R\$1.200,00 mensais.

A produção de seu Mané é vendida por ele mesmo na feira livre de Prazeres, no Mercado das Mangueiras. Segundo ele, se não for dessa forma a lavoura não consegue sustentar sua família, por isso há a necessidade de que todos trabalhem, cada um fazendo a sua parte.

Quando perguntei ao seu Mané porque seus filhos tiveram de ir trabalhar na indústria, ele me informou que:

Eles tiveram que ir trabalhar fora porque fizeram família, e somente o valor que eu ganho não ia dar para sustentá-los. Mas eles moram todos aqui perto de mim. Cada um ganhou o seu pedaço de terra. Eles vão continuar aqui no roçado porque eles gostam da agricultura. Eu sei disso (J. M. P. N., 52 anos, sítio Cumbe).

A fala do seu Mané revela que o momento em que os filhos buscam o emprego não agrícola é quando querem fazer uma reserva de dinheiro, ou constituir família. Porém, isso não significa uma saída do meio rural, mas é uma redefinição no projeto familiar. Assim, se percebe que as trajetórias da sua família não são conduzidas por causa das mudanças em curso no município de Jabotão dos Guararapes, mas por causa de uma necessidade familiar que os faz dar mais atenção a determinada atividade, visando preservar a reprodução da família.

Nesse sentido, seu Mané também informou que nem ele nem os filhos têm vontade de sair do sítio. Viver no sítio para ele é uma questão de “costume”, morar na rua seria uma ideia que nunca passaria pela sua cabeça. Segundo ele, “tudo no sítio é bom, a vida é tranquila e

segura”. Portanto, para ele, o maior problema que pode acometer a área rural é se as empresas quiserem entrar no seu território.

Com relação a esse assunto, ele afirmou que a aproximação das empresas no meio rural é prejudicial em todos os sentidos, pois essas empresas “trazem muita poluição à plantação, além de trazerem pessoas desconhecidas”. Antes das empresas chegarem, afirma ele “tudo era muito melhor”.

Segundo ele, essas empresas só são boas para oferecer trabalho para os mais jovens, mas somente se estiverem instaladas bem longe da área rural. A cidade também só é vista como algo bom para fazer negócio e para o socorro no momento da doença, fora isso, “não há nada de bom na cidade”. O campo, ao contrário, é visto por ele como tudo que tem de melhor no mundo.

Por fim, quando indagado sobre o projeto familiar para o estabelecimento agrícola, ele me respondeu que:

Meus filhos gostam da lavoura, eles são inteligentes e sabem tudo da lavoura. Eu quero que meus filhos continuem com a plantação, pois não há vida melhor que a do campo. Quem tá empregado lá fora é hoje e não é amanhã, tanto faz tá empregado como desempregado. Aqui é melhor, porque meus filhos vão trabalhar para eles mesmos. É bem melhor trabalhar no sítio do que para os outros (J. M. P. N., 52 anos, sítio Cumbe).

A busca pela autonomia é uma constante na vida do agricultor e sua família. Essa característica já foi compreendida como própria da lógica de vida que move a família camponesa. O camponês abrange formas diversas, e no nosso caso ele é retratado como agricultor. Nestes termos, Shanin afirmou que:

Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas. Os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não-camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social (SHANIN, 1980, p. 75).

Porém, mesmo sendo uma categoria heterogênea, existem alguns critérios que permitem demonstrar a presença camponesa em determinadas sociedades, como por exemplo, a produção de auto-consumo, a relação parcial com o mercado (mantendo sua autonomia) e a produção feita por meio da mão de obra familiar.

São com base nestes elementos que a família de seu Mané se reordena no espaço pesquisado, e direciona a trajetória de vida de toda a sua família. Isso significa, sobretudo, que ainda que as atividades plurais sejam acionadas pela sua família, elas não implicam em uma

perda do costume e do *modus vivendi* no meio rural, pelo contrário, essas atividades são utilizadas como maneira de manter a própria tradição da família.

3.2.3.2 A trajetória de uma família do engenho

Tanto a família do seu Mané como a família a ser retratada aqui tiveram a sua trajetória de vida dividida em dois momentos: o trabalho no engenho e na usina como única fonte de renda não agrícola por um determinado período de tempo, e o trabalho nas empresas como um fenômeno recente que tem contribuído para elevar as condições de vida familiar.

A história a ser narrada logo abaixo será a partir do ponto de vista da matriarca da família, que por meio de algumas perguntas formuladas por mim, pode ir delineando toda a sua trajetória no engenho Megaípe.

Dona A.F.B, conhecida como dona Dai, tem 67 anos, teve 11 filhos, estudou até a 3ª série do ensino fundamental na escola rural municipal mista (que atualmente se chama menininha Batista) que fica no próprio engenho, e há, exatamente 20 anos, é viúva. Sua família sempre residiu em engenho. Seu pai foi oriundo do engenho Frexeiras da cidade de Escada, e sua mãe veio do engenho Santo Estevão da cidade do Cabo de Santo Agostinho. Eles se casaram e vieram morar e trabalhar no engenho Megaípe, onde tiveram 11 filhos que se casaram e permaneceram morando em Megaípe também.

Quando Dona Dai casou ela tinha 19 anos e junto com o marido criou os 11 filhos no engenho, foram 5 filhos e 6 filhas. Todos eles trabalharam no engenho e só depois que cresceram procuraram outras atividades. Um filho dela era casado e trabalhador da usina, porém, foi morto; o segundo filho que é casado trabalha em uma empresa do distrito industrial de Jaboatão dos Guararapes; o terceiro filho é solteiro, trabalha em uma Indústria de Jaboatão dos Guararapes e mora com dona Daí; o quarto filho trabalha em uma empresa de logística, casou e foi o único dos filhos homens que foi morar fora do engenho, no Bairro de Comportas em Jaboatão dos Guararapes; o quinto filho é casado, trabalha no engenho e mora no engenho. Já com relação as 6 filhas que ela possui, 2 são solteiras, moram com ela, não trabalham fora, mas ajudam a mãe no roçado; e as outras 4 filhas casaram e foram morar fora do engenho, 1 foi viver fora do Brasil, em Portugal, e as outras 3 no bairro de Comporta do município de Jaboatão dos Guararapes.

Segundo dona Daí, os filhos que casaram não ajudam mais ela em casa, mas os filhos que são solteiros e moram com ela ainda ajudam. Sua renda mensal provém da pensão que herdou do marido e de sua aposentadoria como agricultora, fora isso, ainda há a renda do bolsa família que ela recebe de suas netas que moram com ela, e a ajuda que recebe dos filhos que trabalham nas atividades não agrícolas. Todo o dinheiro é destinado a alimentar as 8 pessoas que moram na casa dela (filhos, netos e o namorado de uma filha dela), e para manter as despesas no roçado.

Com relação ao roçado, seus proventos que advém dessa atividade são insuficientes. A principal cultura desenvolvida por ela é a macaxeira, que lhe rende no mínimo R\$ 200,00 por semestre. Há também o dinheiro que ela recebe pela venda da manga, da jaca e de outras frutas que lhe asseguram um valor mensal de aproximadamente R\$ 35,00. Já houve um período que dona Dai conseguia ter mais lucro com a lavoura, mas por causa de sua idade avançada e pela falta de mão de obra que a ajude no roçado ela não consegue mais obter uma renda maior. Antigamente ela vendia na feira, e agora por não ter quem a ajude a levar a produção à feira, ela vende a produção para um atravessador que vem pegar toda a safra na sua residência. O que sobra desse processo ela vende a quem vem à sua porta comprar.

Dona Daí me explicou que nunca foi fácil ter lavoura no engenho, pois geralmente o dono do engenho/usina não deixa que os moradores plantem em grandes quantidades de terra. Com relação a isso, ela afirma que a sua lavoura só dispõe de duas contas de terra (duas contas equivalem a 200 braças, e cada braça possui 2m e 20cm). Segundo ela, a lavoura serviu muito para alimentar seus filhos quando eles eram menores, pois o dinheiro que ela recebia pela venda dos excedentes na feira e que o marido recebia do engenho não dava para alimentar a todos. Se não fosse a lavoura seus filhos não teriam sido criados.

A precariedade da vida no engenho, muito mais do que o motivo de casar, foi o que levou seus filhos a procurarem outros tipos de serviços. O trabalho no engenho é muito pesado, e por isso seus filhos nunca quiseram viver a vida dentro da cana-de-açúcar. Contudo, boa parte dos seus filhos gosta da vida no campo e não têm vontade de sair do engenho para outro lugar. Nesse sentido, ela afirma que os filhos que moram no engenho, “moram porque gostam e mesmo tendo dinheiro para viver na rua eles não querem, pois não se identificam com a rua”.

Com relação a sua percepção sobre as mudanças na região ela acha que antes a vida no engenho era melhor mesmo eles ganhando menos. De acordo com ela, mesmo que agora seja

mais fácil conseguir emprego, não compensa muito, pois as “empresas chegaram para prejudicar os moradores”. Um trecho da entrevista abaixo demonstra como ela vê essas mudanças, o que ela acha de morar no engenho e do projeto de vida de seus filhos:

Entrevistadora: O que você acha da instalação dessas empresas na região?

Dona Dai: *Eu sou nascida e criada aqui, e tenho costume porque sempre vivi aqui. Mas acho que essas empresas vão prejudicar a gente, porque eles podem tirar a gente daqui, pois aqui não é da gente. A única coisa boa que elas dão são os empregos. Agora o ruim é se quiserem mexer com a gente. Eu já ouvi falar que isso aqui tá tudo vendido para a Moura Dubeux. Agora é só esperar.*

Entrevistadora: O que a Senhora mais gosta no engenho?

Dona Dai: *Eu gosto de tudo no engenho, de tá pelo campo, de tá pela roça, de pescar, de ir pra igreja, tudo do engenho eu gosto. Eu aprendi com meus pais a ser moradora de engenho, eu nasci e me criei aqui, nunca me mudei.*

Entrevistadora: Mas os seus filhos se mudaram, alguns saíram daqui....

Dona Dai: *Meus meninos só se mudaram daqui porque foram trabalhar nas firmas, porque o serviço do engenho é muito duro e muito ruim, aí eles tiveram que sair. Mesmo eles gostando do campo tiveram que procurar suas melhoras porque aqui nada é próprio. Eu mesmo não saio daqui pra ir pra rua, só se for morta. Eu não me acostumo com a rua, eu só saio daqui se for para ter meu sítio, minha terra. (Dona Dai, 67 anos, engenho Megaípe)*

A entrevista com dona Dai mostra como as famílias do engenho sempre estiveram mais propensas às eventuais mudanças na região, tanto as mudanças que ocorrem na sua área urbana como as que ocorrem no setor canavieiro, e como as dificuldades de uma vida entre a propriedade e os canaviais impôs aos seus moradores a necessidade de procurarem suas “melhoras”.

Dessa forma, percebe-se como o projeto de vida no campo fica comprometido, pois não se pode planejar o que não se tem, e é justamente esta questão que tem impulsionado os filhos dos moradores a trabalharem nas atividades não agrícolas como forma de poderem sustentar-se e dar continuidade a sua família. Planejar viver no campo parece ser um projeto incerto e cada vez mais distante, uma realidade que até agora só é segura para quem é sitiante.

O maior dilema das famílias agricultoras do engenho é querer ter uma trajetória de vida no meio rural em que seus filhos, assim como eles, possam construir sua família no campo. Porém, por mais que gostem do meio rural, por mais que tenham costume, por mais que tenham vivido a vida toda no campo, nada disso lhes garante o acesso à vida a que tanto anelam. Somente a posse da terra lhes possibilitará conquistar tal sonho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por objetivo revelar as transformações em curso no meio rural contemporâneo através de uma discussão que evidenciasse o rural não agrícola em Jaboatão dos Guararapes, mas precisamente na região onde foi desenvolvida a pesquisa de campo: engenho Megaípe, sítio Cumbe e sítio Boa Vista.

Há tempos que o meio rural não pode mais ser ligado apenas às questões que envolvem as atividades agropecuárias. Em decorrência dos processos de mudanças que ocorrem no nível macro, ou seja, na sociedade urbano-industrial, como no nível micro, na dinâmica da própria sociedade rural, a vida no campo tem vivenciado novas questões que direcionam os olhares mais atentos para tentar compreender as problemáticas que emanam nesse espaço.

Nesse sentido, a pesquisa demonstrou que as mudanças que ocorreram no âmbito mais geral, no caso, no próprio estado de Pernambuco e em Jaboatão dos Guararapes, foram fulcrais para as transformações que se desencadearam na área escolhida para a pesquisa de campo.

Por muito tempo o município de Jaboatão dos Guararapes teve sua força econômica baseada nas atividades agroindustriais, na qual a cana-de-açúcar foi sua principal representante. Contudo, em decorrência das constantes crises que o setor sucroalcooleiro enfrentou em meados do século XX em todo o estado de Pernambuco, grande parte das usinas e engenhos sofreram com a retração da economia canavieira. Nem os altos investimentos dos governos federal e estadual sobre esse setor conseguiu impedir que algumas usinas fechassem e até mesmo decretassem falência.

No ápice desse processo, Jaboatão dos Guararapes foi amplamente prejudicado, e, na atualidade, não há uma única usina em funcionamento. O preço do fechamento e falência das usinas foi muito alto para o Estado, pois além de perder a hegemonia da produção nacional para a região Sudeste e Centro-oeste, Pernambuco começou a mergulhar em uma situação de clara estagnação econômica, com altos índices de desemprego no campo.

A saída para tal desconforto foi à inserção de Pernambuco no cenário nacional não mais como um estado de economia agrícola, mas também como uma região industrializada. Para tal efeito, a SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – foi a responsável por dinamizar a economia local. Assim, logo foram sendo construídos os primeiros distritos industriais de Pernambuco por toda a Região Metropolitana de Recife.

No município de Jaboatão dos Guararapes foram criados dois importantes distritos: o distrito industrial de Prazeres e o distrito industrial do Curado, localizados respectivamente às margens da BR 101 e BR 232. O distrito industrial de Prazeres cresceu vertiginosamente, de maneira que passou a se inserir nas áreas rurais do município e a desenvolver o mais importante polo logístico da Região Metropolitana do Recife. Todos esses empreendimentos foram os responsáveis, além, é claro, da proximidade com o Complexo Industrial Portuário de Suape, pelo crescimento econômico do município.

Dessa forma, as famílias agricultoras do município que por muitos anos dependeu do trabalho rural não agrícola nas usinas e engenhos da região para sobreviver, passou a contemplar nessas atividades não agrícolas uma forma de poderem reproduzir suas condições de existência.

A partir de um estudo de caso em uma região singular que comporta ao mesmo tempo a vida no engenho e a vida nos sítios, a pesquisa revelou que ambas as famílias se reproduzem socialmente por meio das atividades agrícolas e não agrícolas. Como forma de atividades não agrícolas encontrei, além do trabalho na usina, o trabalho em Suape, nas indústrias da região, nos centros de logística, o trabalho na área de telemarketing, o trabalho nas pedreiras e empresas de diversos setores, e, por fim, os benefícios sociais como bolsa família, PETI, aposentadoria por doença, aposentadoria rural, pensões e funcionários públicos.

Constatei, assim, que os chefes das unidades familiares com mais idade em geral trabalham nas atividades da pedreira, na usina, ou recebendo benefícios sociais, alguns poucos são funcionários públicos. Enquanto os filhos, com maior tempo de estudos encontram espaço nos empregos de Suape, indústrias e empresas da região. Houve alguns casos de casais mais jovens que foi possível perceber sua inserção em atividades relacionadas a um nível de estudo maior, como no caso de uma esposa de agricultor que trabalhava em telemarketing e um agricultor que trabalhava como funcionário da prefeitura.

No tocante às atividades agrícolas todas as famílias pesquisadas trabalham no seu roçado, ainda que nem todas negociassem a sua produção. Na região da pesquisa o roçado não é exercido apenas como mais uma atividade pelas famílias agricultoras, mas como um mecanismo que possibilita a autonomia das famílias frente às instabilidades das atividades não agrícolas. Nesses termos, era recorrente ouvir durante as entrevistas as famílias associarem o roçado à autonomia, com afirmações de que “ter o roçado é importante porque o trabalho na rua é incerto”. Além disso, a pesquisa também evidenciou que a inserção dessas

famílias nas atividades não agrícolas não implicou em um aniquilamento do rural, mas em novas formas encontradas pelas famílias de poderem continuar sua trajetória no campo.

Isso confirma o fato de que por mais que essas famílias estejam submetidas a processos de expropriação (as famílias que vivem no engenho) e à pobreza rural (as famílias do engenho e dos sítios), o rural é vivenciado por essas famílias muito mais do que uma relação com as atividades agrícolas, mas como uma forma de viver intermediada por questões simbólicas.

Todavia, por mais que as atividades não agrícolas tenham contribuído para a melhoria das condições de vida e para a manutenção das famílias, não posso negar o fato de que essas mudanças têm implicado em transformações nas trajetórias das famílias. Nesse sentido, são os mais jovens que tendem a querer deixar o campo, principalmente os jovens do engenho em decorrência de não possuírem terras próprias para viver, para se aventurarem em uma vida na sociedade urbana. Na verdade esses jovens do engenho vivem um dilema: a vontade de sair para construir sua vida, e, ao mesmo tempo, a vontade de continuar sua vida no campo, ainda que trabalhem nas empresas e indústrias da região.

Diante das mudanças em curso no meio rural de Jaboatão dos Guararapes, as famílias que vivem no engenho Megaípe compreendem esses processos por um lado como algo positivo, por causa da oferta de empregos disponibilizadas aos jovens, e, por outro lado, como algo negativo por temerem uma expropriação do lugar em que vivem em decorrência do avanço das empresas. Contudo, esse temor não é sentido pelas famílias que vivem nos sítios, pois a noção de que são proprietários da terra, atua como um fator de segurança para os sítiantes.

Com isso, é possível perceber que os sítiantes são os únicos que realmente podem planejar a sucessão da família no campo e assegurar a reprodução de seus modos de vida. Assim, a posse da terra se constitui como uma ferramenta indispensável para a reprodução das famílias agricultoras.

Diante do exposto, compreendo que esta pesquisa demonstrou que toda a região da Zona da Mata Sul do Estado Pernambuco ainda tem muitas questões a serem exploradas, dentre as quais, o aprofundamento das novas dinâmicas atuantes entre os moradores de engenho da zona da mata, que coagidos pelas metamorfoses que ocorrem nessa região, especialmente motivado pelo crescimento de Suape, tem feito com que cada vez mais essas famílias passem a contemplar no porto a “salvação de suas vidas”.

Se no passado, como Lygia Sigaud (1979) demonstrou, os moradores de engenho sofreram um processo de expulsão dos engenhos para as recentes cidades da zona da mata; e, em outro momento, na década de 1990, conforme a mesma pesquisadora concluiu, esses moradores passaram por uma falta de emprego no campo que se iniciou com a crise do setor sucroalcooleiro, em que a única saída provável passou a ser a reforma agrária (SIGAUD, 2006); na atualidade os processos têm indicado para uma inserção desses moradores cada vez maior nas indústrias que surgem na região alavancada pelo crescimento de Suape.

Destarte, nossa iniciativa parte de contribuir um pouco mais para o estudo de uma área tão complexa, como é a região da civilização do açúcar. Espero que o presente trabalho tenha cumprido os objetivos propostos, revelando que nas suas trajetórias as famílias agricultoras do engenho Megaípe, sítio Boa Vista e Sítio Cumbe, desde sempre recorrem às atividades pluriativas como estratégia para assegurar a permanência e reprodução social no seu espaço de vida.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti de. **A morada do vale: sociabilidade e representações, um estudo sobre as famílias pioneiras do Heimtal**. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 1997.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **História das usinas de açúcar de Pernambuco**. Recife: Editora Massangana, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

_____. A ilusão biográfica. In: **usos e abusos da história oral**. Ferreira, M. M. (orgs) Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CAMAROTTO, Murilo. Pernambuco atinge sua maior participação no PIB nacional. In: **Valor Econômico S.A.** Recife, nov/2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2915844/pernambuco-atinge-sua-maior-participacao-no-pib-nacional#ixzz2HdoGMasV> Acesso em 20 dez. 2012.

CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. Rio de Janeiro: Livraria Duas Cidades, 1971.

_____. As formas de solidariedade. Os parceiros do rio bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964. In: WELCH, C.A; MALAGODI, E; CAVALCANTI, J.S.B; WANDERLEY, M.N.B (Orgs.) **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas (História Social do Campesinato)**. Vol. I. São Paulo: Editora UNESP, NEAD, 2009.

CARNEIRO, Maria José. (Coord.). **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

_____. "Rural" como categoria de pensamento. In: **Ruris**, Campinas, vol. 2, nº 01, p. 09-38, mar. 2008.

_____. Pluriatividade da Agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: Schnider, Sergio (Org.) **Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre – RS: Ed. UFRGS, 2006.

_____. **Ruralidade: novas identidades em construção**. Natal: XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural, 1997.

CASTILHO, Fernando. Coluna JC Negócios, In: **Jornal do Commercio**, Recife: Publicado em 24.09.2010.

CAVALCANTI, J. S. B. Globalização e ruralidade. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. (Org.). **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro**. São Paulo: Polis, 2004. P. 17-32.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1985.

CLÍMACO, Fernando. In: Pernambuco em desenvolvimento, Recife Ago/2009. Disponível em: <<http://pedesenvolvimento.com/2009/08/22/governo-vai-instalar-polo-exportador-em-jaboatao/>> Acesso em 20 dez. 2012.

CONDEPE/FIDEM. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. **Pernambuco: realidade e desafios**. Recife: 2009.

CONDEPE/FIDEM. **Perfil Municipal 2011**. Disponível em: http://www2.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=8c7056dd-a1af-4627-ac29-4311910757b0&groupId=19941> Acesso em: 24 Jul. 2011.

_____. **PIB de Pernambuco**. Disponível em: http://www2.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem/exibir_noticia?groupId=19941&articleId=1118198&templateId=82535> Acesso em: 16 dez. 2011.

_____. **Perfil Municipal (2012)**. Disponível em: <<http://www.bde.pe.gov.br/ArquivosPerfilMunicipal/JABOAT%C3%83O%20DOS%20GUARARAPES.pdf>> Acesso em: 15 out. 2012.

CONE SUAPE. Disponível em: <<http://www.conebr.com/>> Acesso em 20 dez. 2012.

CPRH. Serviço geológico do Brasil, In: **Atlas do meio físico do município de Jaboatão dos Guararapes**: <<http://www.cprm.gov.br/recife/jaboatao/municipio.pdf>> Acesso em: 10 out. 2012

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GARCIA, Carlos; MUSSALEM; Josué. **Suape: muito mais que um porto, uma visão econômica**. Recife: Comunigraf, 2011.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

GODOI, Emilia Pietrafesa de. **Reciprocidade e circulação de crianças entre camponeses do sertão**. In: GODOI, E.P; MENEZES, M.A; MARIN, R.A (Orgs.) **Diversidade do campesinato: expressões e cateterias: Estratégias de reprodução social**. Vol. II. São Paulo: Editora UNESP, NEAD, 2009.

GOMES, Ramonildes Alves. **De sitiantes a irrigantes: construção identitária, conversão e projetos de vida.** In: GODOI, E.P; MENEZES, M.A; MARIN, R.A (Orgs.) **Diversidade do campesinato: expressões e cateterias: Estratégias de reprodução social.** Vol. II. São Paulo: Editora UNESP, NEAD, 2009.

HEREDIA, B.A; JR. Afrânio Raúl Garcia. **Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil.** In: GODOI, E.P; MENEZES, M.A; MARIN, R.A (Orgs.) **Diversidade do campesinato: expressões e cateterias: Estratégias de reprodução social.** Vol. II. São Paulo: Editora UNESP, NEAD, 2009.

IBGE (2012). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoas/elementos_representacao.html> Acesso em: 11 ago. 2012.

_____. **Censo Populacional (2010).** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=pe>> Acesso em: 24 set. 2012.

IBGE. **Censo agropecuário 2006:** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 20 dez. 2012.

_____. **Censo Populacional (2000).** Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2000/Dados_do_Universo/Regioes_Metropolitanas/> Acesso em: 20 dez. 2012

_____. **Censo Populacional (1991).** Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/CD1991/CD_1991_caracteristicas_populacao_domicilios_PE.pdf> Acesso em: 24 set. 2012.

IPA. **Instituto Agrônomo de Pernambuco.** Disponível em: www.ipa.br>. Acesso em: 12 fev. 2012.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

L'ESTOILE, Benoît de; SIGAUD, Lygia (orgs.). **Ocupações de terra e transformações sociais: uma experiência de etnografia coletiva.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia.** 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARCENA, Adriano. **Jaboatão histórias e lutas: Jaboaão dos Guararapes.** 2. ed. Edição do Autor, 2002.

MARTINS, José de Souza. **O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural.** In: ANAIS do Congresso Mundial de Sociologia Rural. Rio de Janeiro, 4 de agosto de 2000.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MELO, Iara Helena Rodrigues de (Coord.). **Jaboatão: histórias, memórias e imagens**. Texto: Antonio Paulo de Moraes. Rosende: Recife: Companhia Editora de PE. Jaboaão dos Guararapes: Fundação Yapoatan, 1996.

MENEZES, Maria Aparecida de. **Migrações: uma experiência histórica do campesinato do Nordeste**. In. GODOI, E.P; MENEZES, M.A; MARIN, R.A (Orgs.) *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: Estratégias de reprodução social*. Vol. II. São Paulo: Editora UNESP, NEAD, 2009.

OLIVEIRA, Roberto Didier. **Zona de atração e pobreza urbana: o caso de Jaboaão**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). UFPE: Recife, 1980.

PALACIOS, Guillermo. **Campesinato e escrevidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste Oriental do Brasil: 1700-1845**. Dados: Rio de Janeiro, v.30, n.3, 325-356, 1987. In. WELCH, C.A; MALAGODI, E; CAVALCANTI, J.S.B; WANDERLEY, M.N.B (Orgs.) *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas (História Social do Campesinato)*. Vol. I. São Paulo: Editora UNESP, NEAD, 2009.

PALMEIRA, Moacir. **Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional**. Contraponto: Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 103-114, 1977. In. WELCH, C.A; MALAGODI, E; CAVALCANTI, J.S.B; WANDERLEY, M.N.B (Orgs.) *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas (História Social do Campesinato)*. Vol. I. São Paulo: Editora UNESP, NEAD, 2009.

PIRES, André. **Ruralidades em transformação: agricultores, caseiros e moradores de condomínio**. São Paulo: Annablume, 2007.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento**. In: **Novos estudos: CEBRAP**, São Paulo, n. 80, p. 109-125, 2008.

SÁ, Aline Nadege de Menezes. **Diálogos em torno do Nordeste**. In: **O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Banco do Nordeste, 2009.

SAINT-PIERRE, Héctor L. **Max Weber: entre a paixão e a razão**. 3. ed. Campinas: São Paulo: Editora da UNICAMP, 2004.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação**. In: VII Congresso da ALASRU, Quito, Nov, 2006.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Editora Nova Cultural LTDA, 1997.

SCOTT, Russell Parry. **Famílias camponesas, migrações e contextos de poder no Nordeste: entre o “cativeiro” e o “meio do mundo”**. In. GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Maria Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.) *Diversidade do campesinato: expressões e categorias (Estratégias de Reprodução Social)*, vol. II. São Paulo: Editora UNESP, NEAD, 2009.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SHANIN, T. (1980) **A definição do camponês: conceituações e desconceituações**. Estudos CEBRAP 26.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas/SP: Editora do Instituto de Economia da Unicamp, 1999. v. 1.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. In. *Revista Nova Economia: Belo Horizonte*, p. 43-81, maio de 1997. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.geografia.fflch.usp.br/g_raduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf> Acesso em: 28 jan. 2013.

SINDAÇÚCAR. **Sindicato da Indústria do açúcar e do Alcool de Pernambuco (2012)**. Disponível em: <http://www.sindacucar.com.br/noticias_estatisticas.html>. Acesso em: 29 fev. 2012.

SUAPE. **Institucional (2012)**. Disponível em: <<http://www.suape.pe.gov.br/institucional/institucional.php>> Acesso em: 29 set. 2012.

VEIGA, José Eli. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

VEIGA, J. E. et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Séries Textos para Discussão, n. 1, Brasília-DF: NEAD, ago.2001.

VELHO, Otávio Guilherme A.C. **O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro (1969)**. In. WELCH, C.A; MALAGODI, E; CAVALCANTI, J.S.B; WANDERLEY, M.N.B (Orgs.) *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas (História Social do Campesinato)*. Vol. I. São Paulo: Editora UNESP, NEAD, 2009.

VELOSO, Van-holven Ferreira. **Muribeca dos meus avós**. 2. ed. Recife: Biblioteca Pública de Pernambuco, 1982.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: **Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO)**. Buenos Aires: Argentina, 2001.

WOLF, E. R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

WOORTMANN, E.F; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora da UnB, 1997.

WOORTMANN, K. **Migração, família e campesinato**. Revista Brasileira de Estudos de População: Campinas, v.7, n.1, p.35-53, 1990. In. WELCH, C.A; MALAGODI, E; CAVALCANTI, J.S.B; WANDERLEY, M.N.B (Orgs.) Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas (História Social do Campesinato). Vol. I. São Paulo: Editora UNESP, NEAD, 2009.

APÊNDICE

Universidade Federal de Campina Grande – Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais

Questionário aplicado na Unidade Familiar

A. DADOS SOBRE A UNIDADE FAMILIAR

Data da aplicação do questionário: ____/____/____

1- Entrevistado (a): _____

1.1 – Idade: _____ 1.2 Sexo: () Masculino () Feminino 1.3 Quantos filhos possui: _____

1.4 Grau de escolaridade:

() Nunca frequentou escola () 1ª a 4ª série () 5ª a 8ª série () Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio Completo () Outro _____

1.5 – Perfil da família residente no seu domicílio:

Nome	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Atividade	Parentesco
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					

2- Mora há quanto tempo no Engenho Megaípe/ Sítio Cumbe / Sítio Boa Vista?

() Desde que nasceu () + de 10 anos () - de 10 anos () + de 20 anos

() Outro: _____

2.1 Onde nasceu? () Na propriedade () Na maternidade

2.2 Local de moradia: () Engenho Megaípe/ () Sítio Cumbe / () Sítio Boa Vista

3- É proveniente de que local? _____

3.1 Por que veio morar no Engenho / Sítio Cumbe / Sítio Boa Vista?

() Sempre viveu no engenho/sítio () Para trabalhar na Usina () Veio Junto com os pais de outro engenho () Outro _____

4- Já pensou em deixar o Engenho / Sítio Cumbe / Sítio Boa Vista?

() sim, por quê? _____

() não por quê? _____

5- A casa que você mora é:

() Cedida: Por quem? _____

() Alugada

() Própria

() Invasão

() Outro _____

6- Todos os membros de sua família estão residindo no Engenho Megaípe / Sítio Cumbe / Sítio Boa Vista?

() Sim

() Não

B- INFORMAÇÕES SOBRE AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

7- Qual a sua condição de produtor em relação às terras?

() Proprietário () Terras cedidas pela usina para plantação () Parceiro () Arrendatário () outro _____

8 – Quanto hectare possui para plantar?

() Não sei informar () Menos de 1 hectare () 1 a 5 hectares () 6 a 10 hectares

() Acima de 10 hectares

9- Cite duas das principais culturas do roçado que são destinadas a venda?

() Manga () Macaxeira () Jaca () banana () Milho () Outro _____

10– Quais são as duas principais culturas utilizadas no consumo da família?

() Manga () Macaxeira () Jaca () banana () Milho () Outro _____

10.1- Qual o destino da produção agrícola na propriedade? (pode ser marcada mais de uma opção)

Feira Livre Consumo próprio Atravessador Programa de aquisição de alimentos Outro _____

11 - A família recebe algum tipo de assistência técnica da prefeitura para a produção agrícola?

Sim. Especificar: _____ Não

11.1- A família possui algum tipo Financiamento rural para a produção agrícola?

Sim. Especificar: _____ Não

12- Quem trabalha nas atividades agrícolas?

Pai Mãe Filhos Mão de obra externa temporária Mão de obra externa permanente

12.1 - Quanto se paga ao trabalhador externo por um dia de trabalho? _____

12.2 Por que esse trabalhador externo é acionado?

- Falta de Mão de obra na família
 Porque tem muito serviço no roçado
 Outro _____

12.3- Por quanto tempo o trabalhador externo trabalha no roçado?

de 1 a 5 dias de 6 a 10 dias de 11 a 20 dias + de 20 dias outro _____

13- Quantas horas por dias o (a) senhor/senhora passa no roçado?

1 a 2 horas 3 a 4 horas Mais de 4 horas

13.1- Quais os dias da semana que o (a) senhor/senhora trabalha no roçado:

Todos Segunda a sexta Segunda a Sábado dias alternados Outro _____

14- Com que tipo de instrumento é feita produção agrícola?

- Motorizado. Quais? _____
 Instrumentos manuais. Quais? _____

14.1 Que tipo de insumo agrícola você usa na produção?

Não utilizo insumo agrícola Adubo Veneno Outros _____

15- Exerce atividade pecuária? (Se a resposta for não, pule para a pergunta 19)

Sim Não

16 - Na propriedade, a pecuária é voltada principalmente para:

Bovino Suíno Avicultura outro

17- Qual o destino da produção pecuária da propriedade? (pode ser marcada mais de uma)

Feira de animais Consumo próprio Atravessador Outro _____

18- Qual a renda familiar mensal estimada das atividades agropecuárias? _____

C. INFORMAÇÕES SOBRE TRABALHO NÃO AGRÍCOLA

19 - Quais as fontes de renda não agrícolas que a família possui? (pode ser marcada mais de uma opção)

Não possui renda não agrícola Aposentadoria rural Bolsa Família Usina.
Qual: _____

Suape Outro _____

20- Qual o principal motivo que levou você ou algum membro da sua família a buscar renda não agrícola?

a possibilidade de sair do campo ajudar na renda da família falta de interesse na agricultura

a busca por trabalhos formais e direitos sociais Outro _____

21- Qual a renda familiar mensal estimada das atividades não agrícolas?

R\$ 622,00 R\$ 1.244,00 a 1.866,00 Acima de 1.866,00

22- Quais são os membros da família que possuem renda não agrícola e ajudam no orçamento familiar?

filhos (as) marido esposa Todos Ninguém

23- Como você organiza/distribui orçamento familiar? (pode ser marcada mais de uma opção)

alimentação remédios roupas prestação energia outros _____

D- LUGAR DE VIDA

24- Indique qual a maior dificuldade para quem mora no Engenho Megaípe/ Sítio Cumbe/ Sítio Boa Vista?

acesso ao hospital acesso a escola escoamento da produção falta de estrada
 água transporte outro _____

25 - Você tem vontade de sair do campo?

- Não tenho vontade
 Sim, pois a cidade oferece melhores condições de vida
 Sim, pois não gosto das atividades agrícolas
 Sim. Outros motivos _____

26- O que o motiva a permanecer no campo? (pode ser marcada mais de uma opção)

apego ao lugar tranquilidade modo de vida que aprendeu dos pais outros

27- O que você acha da instalação de empresas nas áreas próximas aos engenhos/sítios? Por quê?

Ótima Boa Mais ou menos Ruim Péssima

28 – Você acha que a presença dessas empresas pode ameaçar a sua permanência no engenho/sítio? Por quê?

sim não

29) Como você avalia a relação da prefeitura com a população rural? Por quê?

Ótima Boa Mais ou menos Ruim Péssima

30- Informe o que o engenho/sítio representa para você, por que? (pode ser marcada mais de uma opção)

lugar de vida e trabalho sustento felicidade outro
